



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
NÍVEL MESTRADO

ANTONIO CESAR MACHADO DA SILVA

RECONHECIMENTO E REIFICAÇÃO NA POLÍTICA DE
ATENDIMENTO A JOVENS EM CONFLITO COM A LEI:
estudo de caso do Centro de Atendimento sócio-educativo em
semiliberdade (CASEMI-COL/SL) e do Conselho Municipal de Defesa
do Direito da Criança e do Adolescente (COMDEDICA)

FLORIANÓPOLIS
2010

Antonio Cesar Machado da Silva

RECONHECIMENTO E REIFICAÇÃO NA POLÍTICA DE
ATENDIMENTO A JOVENS EM CONFLITO COM A LEI:
estudo de caso do Centro de Atendimento Sócio-Educativo em
Semiliberdade (CASEMI-COL/SL) e do Conselho Municipal de Defesa
do Direito da Criança e do Adolescente (COMDEDICA)

Dissertação apresentada como requisito
parcial para a obtenção do título de mestre
pelo Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política da Universidade Federal
de Santa Catarina – UFSC.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell

Florianópolis
2010

Antonio Cesar Machado da Silva

RECONHECIMENTO E REIFICAÇÃO NA POLÍTICA DE ATENDIMENTO A JOVENS EM CONFLITO COM A LEI:
estudo de caso do Centro de Atendimento sócio-educativo em semiliberdade (CASEMI-COL/SL) e do Conselho Municipal de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente (COMDEDICA)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Aprovado em / /_.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (Orientador)

Prof. Dr. Julian Borba

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof. Dr. Carlos Alfredo Gadea Castro

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

DEDICATÓRIA

À minha mãe
e à vida.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho tem a participação de muitas pessoas e instituições as quais o tornaram possível. Dentre estas merecem nossos sinceros agradecimentos em particular:

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPq) pela bolsa de estudos a qual me possibilitou dedicação exclusiva ao mestrado durante parte significativa destes dois últimos anos.

Ao Professor Dr. Carlos Eduardo Sell pela orientação, incentivo e atenção dedicados a mim e ao projeto. Guiando-me com sabedoria e estima não só na construção da dissertação, mas também nas escolhas que surgiram neste período.

É preciso mencionar também as secretárias do PPGSP Albertina e Fátima sempre dispostas a resolver os problemas burocráticos.

O pessoal do NPMS – professores, alunos e equipe técnica - pelas discussões das quais surgiram muitas das saídas teóricas e metodológicas apresentadas aqui.

A todos do CASEMI, COL, COMDEDICA e SACIS pela atenção prestimosa aos vários pedidos por mim realizados.

Não posso deixar de lembrar os amigos desta trajetória os quais fizeram da UFSC e de Florianópolis minhas casas, sem tais o trabalho teria sido mais duro e a vida menos alegre André Bianco, Carol Jacques, Carol Toschi, Frank Ferreira, Rudy Assunção, Silvia Fernandes e Vivi França.

Aos professores Odelso Schneider pelas palavras de esperança e alento e Carlos Gadea pelo incentivo e amizade.

Minha mãe (Ione) e irmão (Rodrigo) porto seguro naqueles momentos de dúvidas e incertezas, os quais conferem sentido às palavras aqui expressas.

E a todas as pessoas que cruzei nesta caminhada.

Obrigado!

EPÍGRAFE

Chegaram mesmo ao ponto de pensar que a escuridão em que os cegos viviam não era, afinal, senão a simples ausência da luz, que o que chamamos de cegueira era algo que se limitava a cobrir a aparência dos seres e das coisas, deixando-os intactos por trás do seu véu negro.

Ensaio sobre a cegueira
José Saramago

RESUMO

O presente texto trata do estudo de caso do Centro de Atendimento Sócio-Educativo em Semiliberdade (CASEMI). Investigamos sua capacidade em captar as demandas sociais, culturais e políticas dos jovens por ele atendidos e as posteriores tematizações que delas faz na esfera pública, materializada na figura no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDEDICA), entidade responsável pela deliberação das políticas de atendimento a esse público. Isto porque as tematizações públicas com vistas a alcançarem maior legitimidade precisam estar sendo constantemente informadas pela esfera individual. Na tentativa de esclarecimento esta situação mobilizamos não só a Teoria Habermasiana da democracia deliberativa, mas principalmente a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth, a qual identifica a necessidade do estabelecimento de reconhecimento intersubjetivo como condição para auto-realização dos indivíduos. Sendo assim, as análises dos fluxos comunicativos indicaram com base na técnica de análise de conteúdo, relativo potencial de apreensão das demandas dos jovens por parte da entidade da sociedade civil através de seu trabalho cotidiano com os sujeitos, porém constataram-se dificuldades na sua capacidade em problematizá-las na esfera pública. Quanto a esta, há indícios de uma excessiva burocratização do COMDEDICA, enfraquecendo seu potencial deliberativo e propositivo de políticas, havendo por outro lado uma grande valorização de sua dimensão cartorial. Dessa forma, os interesses dos jovens que deveriam estar na pauta muitas vezes são olvidados nas plênarias.

Palavras-Chave: Reificação. Reconhecimento. Esfera pública. ONGs. Conselhos.

ABSTRACT

The following text is a case study of Centro de Atendimento Socioeducativo em Semiliberdade (CASEMI). We investigated its capacity to capture the political, cultural and social demands of the young for its supported and later put to debate in public sphere, embodied in Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDEDICA). Entity responsible for care policies to this public. This is because the theme thanks public in order to achieve greater legitimacy need to be constantly informed by the individual sphere. In an attempt to clarify this situation not only mobilizes the Habermasian Theory of deliberative democracy, but rather of the Theory of Recognition of Axel Honneth, which identifies the need for the establishment of an intersubjective recognition as a condition for self-realization of individuals. Thus, the analysis of communicative flows indicated based on the technique of content analysis on potential seizure of the demands of young people through the daily activities of the organization but we found in the same institution a difficult in it to discuss these themes in the council. About the public sphere there are traces of over-burocratization of COMDEDICA, weakening its deliberative potential and proposer of politics, on the other hand valuing its bureaucratic dimension. In this way the interests of the young that should be discussed are forgot during the plenums.

Keywords: Reification. Recognition, Public Sphere. NGOs. Councils.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I - DESENHO DE PESQUISA: DA TEORIA DOS CONSELHOS AO TRABALHO DE CAMPO	27
1.1 Contexto da problemática	28
1.2 Definição do objeto.....	36
1.3 Justificativa e validade científica	39
1.4 Adoção de tipos ideais de análise sociológica	41
1.5 Habermas e os princípios da participação.....	42
1.5.1 Os fluxos comunicacionais habermasianos	46
1.6 Tipos ideais de fluxos comunicacionais.....	51
1.7 Hipótese	53
1.8 Objetivos.....	55
1.9 Coleta e análise de dados	55
1.9.1 Coleta	55
1.9.2 Análise.....	59
CAPÍTULO II - RECONHECIMENTO, REIFICAÇÃO E ESFERA PÚBLICA	63
2.1 Formas de reconhecimento	64
2.2 O não reconhecimento ou o outro que desaparece.....	80
2.3 Reificação: o esquecimento do reconhecimento	84
2.4 Reconhecimento e participação	92
CAPÍTULO III - O RECONHECIMENTO NO MUNDO DA VIDA	101
3.1 Os discursos acerca dos jovens em conflito com a lei	101
3.2 Afinal quem são esses jovens?.....	105
3.3 O potencial catalizador de demandas da equipe técnica	109
3.4 O COL e as ambiguidades do atendimento.....	117

CAPÍTULO IV - O RECONHECIMENTO NA ESFERA PÚBLICA	123
4.1 O papel do Conselho	123
4.2 Governo e COMDEDICA	130
4.3 Os discursos sobre o COMDEDICA	134
4.4 Considerações gerais sobre o circuito comunicativo	140
CONSIDERAÇÃO FINAIS	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153
ANEXO A	157
ANEXO B	175

INTRODUÇÃO

A construção de um projeto de pesquisa envolve muitos aspectos técnicos e científicos referentes à delimitação do projeto, ao alcance dos resultados obtidos, à construção do objeto, além da escolha acertada dos melhores métodos de coleta e análise das informações obtidas, para que assim possamos transformá-las em material inteligível, categorizando e compreendendo a realidade.

Porém, a ciência vai além. Embora as conhecidas ciências duras ou da natureza apresentem resistência em admitir, todo projeto científico possui a presença do elemento subjetivo do pesquisador, não na condução da pesquisa ou na análise dos dados, mas, antes, no nascimento da proposta de investigação.

É neste momento que a subjetividade se manifesta, quando da escolha do objeto, do recorte que fazemos no universo de possibilidades disponíveis de investigação que a realidade coloca diante de nós. Nossa experiência de vida, nossos valores e nossos objetivos futuros transfundem-se na nossa decisão final por este ou aquele objeto de investigação.

Por essa razão, pensamos ser oportuno, na introdução do trabalho, expor essas idéias, já alinhavadas por Max Weber, quando do estudo das possibilidades de objetividade nas Ciências Sociais. O trabalho ao seu fim é a produção de conhecimento sobre um determinado fenômeno social, mas também é, de certa forma, a autoimagem do pesquisador, quando ele consegue se identificar com a sua produção.

Ao longo desse texto mobilizamos referenciais teóricos, técnicas de abordagem e análise do fenômeno que, levando em consideração boa parte das explicações possíveis, pensamos serem as mais produtivas no entendimento da realidade. Outras tantas poderiam ser viáveis, mas para nós são as que se seguem as mais ricas e eficientes.

É preciso deixar claro que, uma vez definido o desenho de pesquisa, tomamos o maior número de precauções possíveis para que não enviesássemos as conclusões aqui apresentadas no final, pois, do contrário, de pouca validade haveria de ser toda a pesquisa. Em momento algum, pretendemos ser dogmáticos ou normativos, quanto a um *dever ser* em relação ao objeto, embora pelo referencial utilizado por nós possa parecer o contrário.

Esta dissertação começou a ser pensada dois anos atrás, quando ainda realizávamos a pesquisa de campo para a monografia de conclusão de curso. Naquela oportunidade, tomamos contato com a realidade dos jovens que, por alguma razão, cometeram um ato infracional e, por isso, foram encaminhados ao cumprimento de medidas socioeducativas.

Entrevistamos muitos deles. Procurávamos saber quais eram as maiores motivações para suas escolhas de vida, as quais, de alguma forma, conduziram-nos à situação de restrição de liberdade. Dentro da infinidade de categorias advindas desse trabalho, uma chamou-nos a atenção em particular – a de reconhecimento intersubjetivo, pois muitos dos jovens que ali estavam não tinham um vida miserável, embora fossem pobres. Alguns trabalhavam, quando foram internados; havia algo por trás daqueles discursos.

A partir daí, inferimos que não era somente a busca por conquistas econômicas proporcionadas pelo dinheiro dos furtos e roubos, tampouco a falta da presença paterna nas suas vidas, mas, sim, a necessidade de respeito, reconhecimento, o que os impulsionavam em suas atividades. Por meio de suas ações, alcançam uma determinada forma de autorrealização, apesar das consequências advindas, sentiam-se valorizados, estimados, em outras palavras, vistos por todos.

Mas e agora que estão internados? Como o Estado lidaria com esses jovens? São essas duas questões que iniciaram o processo que agora se materializa no formato de dissertação. De acordo com nossas entrevistas com os adolescentes, não entendíamos que cursos profissionalizantes, escola ou disciplinamento pudessem impactar positivamente nos projetos de vida, possibilitando a autorrealização, haja vista levarem uma vida ao seu próprio tempo, diferente dos parâmetros costumeiros.

Mas como poderiam essas demandas, essas necessidades tão particulares serem ouvidas pelo núcleo de poder administrativo responsável pela execução das medidas? Foi essa a nossa grande interrogação. A resposta estava dada no programa do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo (SINASE) que determina que sejam os conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente os responsáveis por pensar e garantir atendimento de qualidade a essa população.

Em virtude de questões regimentais, os próprios jovens não podem participar efetivamente desse espaço de deliberação. Dessa forma, era preciso encontrar canais capazes de levarem essas demandas até o nível da esfera pública, para que, assim, pudessem alcançar um nível maior de problematização.

Portanto, foi necessário encontrar uma entidade conselheira do Conselho Municipal de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente de São Leopoldo (COMDEDICA) que prestasse atendimento a jovens, cumprindo medida de atendimento. Obedecendo aos critérios por nós definidos, essa entidade acabou sendo o Círculo Operário Leopoldense (COL) que desenvolve o projeto Centro de Atendimento Sócio-Educativo em Semiliberdade (CASEMI) para jovens em processo de progressão de medida.

Apresentamos a história da dissertação, com o intuito de familiarizar o leitor com a temática desenvolvida. Antes de avançarmos no texto, é preciso esclarecer que a hipótese de trabalho desenvolvida por nós desempenha uma função mais de guia do nosso olhar sobre a realidade do que qualquer outra. Não temos a pretensão tentar validá-la ou não a qualquer custo.

Acreditávamos que as ações públicas destinadas a esses jovens não conseguiram tocar suas realidades, por estarem ancoradas em visões de mundo reificantes por parte das entidades governamentais partícipes do conselho, incapazes de reconhecer esses jovens como sujeitos de direito, dotados de projetos e histórias de vida singulares. Por outro lado, as entidades da sociedade civil, em específico aquela, objeto de nosso estudo, apesar de conseguir captar tais demandas não encontravam clima favorável no conselho para propor políticas orientadas no sentido de promover a autorrealização desses sujeitos.

Como suporte conceitual, tomamos basicamente dois conjuntos de teorias: a Teoria Habermasiana, que trata dos procedimentos e fluxos comunicacionais estabelecidos entre esfera privada e esfera pública. Sobre esse pano de fundo teórico, mobilizamos a Teoria do Reconhecimento, seguindo a orientação de Axel Honneth.

Essa combinação não é aleatória, pelo contrário, procura respeitar padrões de argumentação lógicos, pois, se uma das críticas mais severas sofridas por Honneth diz respeito ao fato de não valorizar os mecanismos pelo quais o reconhecimento pode ser legitimado, ao adotarmos parte da Teoria de Habermas, para quem os procedimentos de justificação e publicização dos temas encontrados na vida ordinária dos indivíduos são os guardiões da justiça e liberdade, constituímos um universo teórico robusto.

Nessa caminhada, tomamos como objetivos principais descobrir; primeiro se entidades que trabalham com jovens em situação de conflito com a lei são capazes de captar as demandas por reconhecimento desse público; segundo, averiguar se e como essas demandas alcançariam a esfera pública, o espaço de deliberação das políticas de atendimento.

Para tanto, optamos ter como ferramentas de coleta de dados três técnicas: cópias de documentos e atas das instituições envolvidas, entrevistas com informantes qualificados do sistema de atendimento do município de São Leopoldo e, por fim, observações das plenárias do conselho e do funcionamento do CASEMI. Para a análise dos dados, utilizamos a metodologia da análise de conteúdo, mediante a qual pudemos identificar algumas categorias operantes nas falas dos sujeitos entrevistados, percebendo se a dimensão do reconhecimento estava presente ou não.

Feitas essas considerações preliminares passamos agora à apresentação da dissertação.

No primeiro capítulo intitulado Desenho de Pesquisa: Da Teoria dos Conselhos ao Trabalho de Campo, tratamos de apresentar em detalhes a construção do projeto, que mencionamos anteriormente em linhas gerais. Nessa seção, além do contexto da problemática, discutimos nosso objeto de estudo. Logo em seguida, realizamos um cuidadoso debate sobre as teorias participacionistas com maior poder explicativo no Brasil. Entre elas destacamos a categoria instituições híbridas elaborada por Avritzer e Pereira (2005) com o intuito de explicar a dimensão paritária dos conselhos gestores de políticas.

Discutimos, amparados por Lüchmann (2002 e 2007) a capacidade dessas instituições em representar os interesses dos públicos com os quais trabalham, se esses realmente, encontram legitimidade suficiente para propor ações, permitindo o fluxo das comunicações começado na esfera privada, no cotidiano dos indivíduos.

Em seguida, fazemos uma rápida discussão sobre a validade e objetividade das pesquisas científicas, destacando, as de Ciências Sociais, o nosso caso, para logo, na seção subsequente, apresentarmos a teoria weberiana dos tipos ideais, porque será com base em tais proposições, que construiremos dois tipos ideais de fluxos comunicacionais pertinentes à cadeia comunicacional das demandas dos jovens em conflito com a lei: uma denominada Tipo Reconhecimento e outra, Tipo Reificado. Assim, pretendemos analisar a presença ou não do reconhecimento do outro no circuito.

Nesse capítulo, dedicamos também uma extensa seção à Teoria Habermasiana de democracia deliberativa, focalizando principalmente sua argumentação a respeito da constituição e funcionamento da esfera pública e a capacidade que ela tem de influenciar o núcleo do poder administrativo, com vistas a equilibrar a distribuição do poder entre sociedade civil e governo.

Por último, são apresentadas as técnicas de coleta e análise dos dados mencionados anteriormente.

Passemos agora ao segundo capítulo. Sem dúvida, este capítulo é o mais denso do trabalho, pois nele realizamos uma discussão eminentemente teórica sobre a Teoria do Reconhecimento, seguindo a vertente de Honneth. Optamos aqui em não nos alongarmos demasiadamente sobre a origem da categoria-chave, reconhecimento/respeito, o que nos levaria a pensadores como Aristóteles, tornando o trabalho denso sem necessidade.

Assim, logo na primeira seção apresentamos a tipologia proposta por Honneth acerca das três formas de reconhecimento expressas por intermédio do amor, do reconhecimento jurídico e da solidariedade. Para construí-las, ele vai buscar inspiração nos escritos do jovem Hegel. Porém, procura dar uma conotação empírica ao trabalho e, para isso, recorre aos estudos de Winnicott, Mead, entre outros, mostrando que cada forma de reconhecimento possui uma correlação na autorrelação prática nos indivíduos, manifesto na forma de autoconfiança, autorrespeito e estima-social.

Da mesma maneira, o não reconhecimento pode causar efeitos negativos sobre o indivíduo, acarretando consequências muitas vezes irreversíveis, quando, ao invés de amor, sofremos maus-tratos, de reconhecimento jurídico, exclusão-social e, ao contrário de solidariedade, enfrentamos preconceitos.

A novidade trazida por Honneth e que merece destaque em nosso trabalho é a associação que ele faz entre a categoria lukacsiana, reificação, mas não na perspectiva da universalização da lógica de troca de mercadorias, invadindo a todos os domínios da vida, porém, sim, entendendo-a como esquecimento do reconhecimento, substrato das relações sociais.

Na última parte do capítulo, problematizamos a capacidade das experiências de desrespeitos mobilizarem os indivíduos na constituição de públicos capazes de levarem à esfera pública suas demandas. Essa problemática permite conexão com elementos do primeiro capítulo, haja vista este público poder encontrar institucionalidade e legitimidade nos conselhos.

O terceiro e quarto capítulos carregam, se assim podemos chamar, a novidade do trabalho, é quando lançamos à empiria a teoria por nós mobilizada, não com o sentido de verificá-las ou não, mas para que possamos tirar algumas conclusões sobre o fenômeno em tela.

A terceira parte é dividida em quatro seções; na primeira, analisamos como os sujeitos da pesquisa entendem o trabalho proposto

pelo CASEMI, quais as categorias que podem ser apreendidas de suas falas, e que orientam a realização das atividades propostas pela instituição.

Na seção seguinte, voltamos-nos ao público alvo da instituição, os jovens, tentando descobrir como eles são vistos pelos agentes institucionais, descobrindo os discursos ditos em relação a essa população, pois a forma como são vistos ou não está intimamente relacionada ao tratamento que recebem na entidade.

A seção três vai explorar os canais de comunicação formais e informais existentes entre o trabalho executado com os jovens no cotidiano, principalmente pelos socioeducadores e a direção. Procuramos com isso perceber se tais demandas encontram espaço de manifestação não só dentro da casa, mas alcançam repercussão para além dos muros.

Na quarta seção, trazemos o COL, entidade responsável pelo projeto CASEMI e, por conseguinte, de representar o interesse de seus internos na esfera pública, materializada na forma do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes (COMDEDICA). Tendo como perguntas orientadoras: Como essa entidade percebe a importância do projeto desenvolvido? Quais os canais de comunicação que mantêm com regularidade com o mesmo, permitindo assim a captação de suas demandas?

No último capítulo as análises estarão focadas no funcionamento da esfera pública. Na primeira seção, abordaremos as dinâmicas de funcionamento do COMDEDICA, a relação estabelecida entre sociedade civil e governo, e os conflitos daí resultantes. Embora seja um espaço participativo, são variados os interesses e os discursos que o atravessam. Estaremos atentos a eles e em que medida tal tensão influencia as deliberações destinadas aos jovens.

Na próxima, abordamos os discursos dos sujeitos envolvidos na temática dos jovens em conflito com a lei quanto ao papel e efetividade do COMDEDICA, sua capacidade não só de fiscalização, mas de propor e deliberar sobre as políticas de atendimento.

Por último, faremos uma rápida síntese em que apresentaremos nossas conclusões quanto ao fenômeno estudado. Podemos adiantar que o circuito de atendimento é perpassado por grandes ambiguidades ora a dimensão do reconhecimento estando presente nas decisões, ora uma postura de mera observação e desinteresse é adotada diante dos jovens.

Temos consciência de que cada fenômeno social possui várias explicações e que elas não são definitivas e imutáveis, porém, dentro do recorte espacial-temporal por nós determinado, acreditamos ter chegado

a um bom termo de análises, contribuindo para o arcabouço das ciências no conhecimento da realidade.

CAPÍTULO I

DESENHO DE PESQUISA: DA TEORIA DOS CONSELHOS AO TRABALHO DE CAMPO

Neste capítulo, iniciamos descrevendo a gênese do projeto que deu origem à dissertação. Referimo-nos ao nosso trabalho de conclusão de curso pelo qual tomamos contato com a realidade dos jovens em conflito com a lei pela primeira vez. Em seguida, voltamos na direção da discussão a respeito da constituição e limites dos conselhos de políticas, espaços constituídos *a priori* com o intuito de facilitar o acesso da população ao núcleo do poder administrativo.

Inserindo-se neste debate, trazemos como objeto de pesquisa o estudo de caso do Círculo Operário Leopoldense (COL), entidade da sociedade civil, responsável pelo projeto de Semiliberdade para jovens em conflito com a lei, chamado CASEMI. Assim, queremos saber se essa instituição é capaz de captar mediante suas atividades cotidianas as demandas por reconhecimento desse público, posteriormente tematizando-as na esfera pública, materializada no Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (COMDEDICA).

Para a elucidação das dinâmicas comunicacionais envolvidas neste processo, recorreremos aos trabalhos de Habermas, que acredita estar no mundo da vida, ou seja, nas interações do dia a dia, o potencial de reprodução e transformação social, por meio dos consensos que os indivíduos são capazes de alcançarem. Nessas trocas comunicativas, surgiriam fluxos comunicacionais, conectando a esfera privada ao núcleo do poder estatal.

Para resolver a questão promovida pelo objeto de estudo, valeremos da construção de dois tipos ideais de fluxos comunicacionais: um em que a categoria reconhecimento está presente, valorizando as experiências de cada indivíduo, e outro em que não, reificando uma postura de instrumentalização dos jovens.

Para a coleta dos dados, combinaremos atas do conselho e outros materiais da ONG, em associação com entrevistas com informantes qualificados, participantes desse circuito de comunicação e, por fim, observações tanto do cotidiano do projeto de semiliberdade quanto das assembleias do conselho. Utilizaremos a técnica de análise de conteúdo para organizar as informações transformando-as em dados inteligíveis

para a compreensão do fenômeno, permitindo a comparação entre os tipos teóricos a serem desenvolvidos e a empiria.

1.1 Contexto da problemática

Antes de darmos seguimento ao texto, gostaríamos de recuperar a gênese da pesquisa que agora adquire a forma de dissertação, permitindo ao leitor melhor compreensão do argumento e dos objetivos aqui propostos. O ponto de partida desse estudo pode ser encontrado na nossa monografia¹ de conclusão de curso, com que procurávamos perceber se havia relação entre as modalidades de conduta estabelecidas por jovens em flagrante conflito com a lei, com tentativas de reelaborações de redes de reconhecimento social, que os possibilitassem alcançar estima social e consequente autorrealização em suas comunidades, superando, dessa forma, uma situação de falso reconhecimento e invisibilidade social.

Com base nas intervenções² dos sujeitos pesquisados, fomos, gradativamente, percebendo em seus discursos demandas de reconhecimento social, cultural e político, como jovens dotados de experiências individuais e coletivas. Dessa forma, evidenciou-se por parte deles uma busca não somente pela satisfação material mediante a aquisição de bens, mas também pela afirmação de si, como indivíduos merecedores de respeito e consideração. Esses anseios materializavam-se nas reclamações em relação ao modo de tratamento no período de internação, por exemplo, quando eram obrigados a andar com as mãos para trás e com a cabeça baixa, ou em relação ao modo degradante como suas comunidades são cotidianamente retratadas pelos meios de comunicação locais e, por fim, a invisibilidade sofrida no cotidiano extrainstitucional, ao circularem pela cidade.

Corroborar com esta perspectiva o estudo realizado por Dick e Ferreira (2009) sobre a realidade da juventude na cidade de São Leopoldo. De acordo com os jovens por eles entrevistados, quando perguntados sobre onde o município deveria investir mais de 86% afirmaram no conhecimento e o respeito dos/as jovens. “As respostas dos/as jovens comprovam que uma das buscas deles/as é a benquerença. Está evidente a busca de uma autoestima. Querem não só ser reconhecido/as, mas também respeitados/as. Parece, até, que os ‘locais

¹ A Busca por Reconhecimento Social nas Escolhas dos Jovens em Conflito com a Lei, defendida em dezembro de 2007.

² Nesta oportunidade, a metodologia utilizada foi a do grupo focal. Montamos um grupo com seis jovens, no qual cada um comentava passagens de sua vida, como também suas expectativas quanto ao futuro.

de lazer' ficam em segundo lugar [...]” (DICK e FERREIRA, 2009, p.85).

Conforme escutávamos essas falas, colocávamos em cheque duas matrizes de explicação do fenômeno em destaque. Uma vinculada à sociologia, que relaciona as ações de conflito com a lei à busca por subsistência ou inserção social, promovidas pelo consumo e pelo modo de vida capitalista. Outra relacionada à psicanálise, quando atribui tal postura de conflito à falência da lei paterna, afirmando que esses jovens buscam repressão e imposição de limites por parte do Estado, pois não a tiveram no pai ou figura que exercesse tal papel.

Feita essa caminhada, chegamos à conclusão de que a categoria reconhecimento intersubjetivo poderia ser explicativa dessa realidade, senão em sua totalidade, pelo menos em parte, pois nem todos os jovens pesquisados encontravam-se em situação de pobreza extrema ou passando necessidades materiais – o que desconstrói a primeira tese – o mesmo pode ser tido em relação à presença dos pais ou figura que o valha. Assim, a necessidade de ser estimado socialmente e respeitado ou, dito de outra forma, ser visto, aparecia como uma possibilidade de interpretação do fenômeno.

Conscientes disso, passamos a questionar se essas demandas de reconhecimento intersubjetivo, necessário à autorrealização e autorrelação prática positiva – importantes para a participação política, como veremos no capítulo a seguir, são capazes de serem articuladas na esfera pública. Surgia, então a questão norteadora dessa pesquisa: pode alguma entidade da sociedade civil ser capaz de captar as demandas desse público e tematizá-las na esfera pública, buscando o estabelecimento de normas capazes de garantir a autorrealização dessa população?

Dessa forma, optamos aqui em fugir de uma análise de políticas públicas em que se verificaria como elas vêm sendo desenvolvidas, ou se alcançam ou não seus objetivos. Ao invés disso, focalizamos nosso olhar nas dinâmicas institucionais pertinentes ao tema. Por isso escolhemos estudar uma entidade responsável pelo atendimento de jovens em conflito com a lei, procurando perceber como eles são vistos e se o trabalho realizado cotidianamente permite a captação das suas demandas, influenciando ou não em futuras problematizações na esfera pública.

A esfera pública pode assumir muitos formatos, por exemplo, fóruns, assembleias e conselhos. Esses espaços são responsáveis por captar os impulsos por transformação do mundo da vida, influenciando o núcleo do poder político a resolver tais problemas. Por essa razão não

parece absurdo considerarmos o Conselho Gestor de Políticas Públicas como um arranjo institucional apto a receber e tematizar as pautas vindas da esfera privada, propondo alternativas para tais por meio de discussões, envolvendo entidades da sociedade civil e instâncias governamentais.

Uma das características definidoras desse espaço de interlocução entre governo e sociedade civil é a participação paritária entre essas duas dimensões, permitindo o compartilhamento de visões de mundo e projetos políticos desses atores, o que, segundo Avritzer e Pereira (2005), permite-nos definir como uma instituição híbrida, que favorece a consolidação da democracia deliberativa.

Autores, como Avritzer e Pereira, 2005; Barbosa, Borba e Wendhausen, 2006 e Gohn, 2006, identificam no Brasil a partir da década de 1990, após o fim do regime ditatorial, o surgimento de uma série de novas formas de participação, ampliando o acesso da população à gestão pública não somente num caráter fiscalizador, mas também consultivo e deliberativo sobre os investimentos e organização do Estado:

A participação popular foi definida, naquele período, como esforços organizados para aumentar o controle sobre os recursos e as instituições que controla a vida em sociedade. Esses esforços deveriam partir fundamentalmente da sociedade civil organizada em movimentos e associações comunitárias (GOHN, 2006, p. 6).

Dentre as formas institucionais que esses processos assumiram, merecem destaque os conselhos e o orçamento participativo. Essas instituições podem ser consideradas híbridas, haja vista envolverem o partilhamento das deliberações entre membros da sociedade civil e do Estado, mas isto só é possível devido a um longo processo de reconfiguração institucional do judiciário e da administração pública, permitindo uma maior aproximação da população do núcleo de poder.

Sobre essa transformação Avritzer e Pereira (2005, p.17) destacam:

Novos espaços de negociação e inter-relação são criados em torno dos atores sociais e do Estado e, nesses espaços, esses atores, são obrigados a debater e ajustar suas estratégias; ou seja, a ação a

partir das instituições é substituída pela ação coletiva negociada. O local se torna o lugar da elaboração de políticas públicas, de tomada de decisão discutidas e compartilhadas sob a forma de orçamentos participativos, de fóruns e arenas público-privadas e projetos participativos, seja através de novas relações jurídico-institucionais entre as instâncias federal, estadual e municipal, seja através da construção de um novo espaço democrático com as comunidades locais e suas representações sociais e políticas.

Esses novos processos participativos promovem ao mesmo tempo a luta de populações empobrecidas pela satisfação de suas carências e a defesa de direitos constitucionais universais. A partir daí, o grande desafio passa a ser entender o modo como ocorrem essas mediações entre Estado e sociedade civil dentro do universo de processos participativos institucionalizados.

No estudo de Avritzer e Pereira (2005), aqui mencionado, eles identificam diferenças significativas na efetivação dessas instituições híbridas, resultado do desenho institucional estabelecido. Citam como exemplo os casos dos Orçamentos Participativos (OP) de Porto Alegre e Belo Horizonte, enquanto o segundo apresenta menos pontos de convergência entre a sociedade civil e o Estado, centralizando as decisões. O OP-POA, em função do seu desenho institucional, promove vários espaços de deliberação entre essas duas dimensões, facilitando a circulação do poder e, ao mesmo tempo, proporcionando que reivindicações populares sejam atendidas mais rapidamente.

Ao contrário do OP em que a iniciativa de sua instituição está vinculada ao fato de o governo dispor-se a repartir sua autoridade, os conselhos têm sua efetivação garantida por prerrogativa legal garantida pela Constituição de 1988. Contudo, também podem assumir arranjos diferenciados em virtude da esfera de abrangência de suas deliberações, do contexto de sua fundação ou do tema ao qual ele se refere:

É possível perceber que os conselhos diferem bastante nos seus elementos híbridos e nos seus deliberativos. Os conselhos constituem uma forma de partilhamento de soberania de atores específicos da sociedade civil, partilhamento esse requerido pela legislação, e que varia de conselho

para conselho na sua forma específica (AVRITZER; PEREIRA, 2005, p. 30).

Enfim, sintetizando as considerações dos autores, pode-se concluir que, no caso dos OPs, a deliberação é estabelecida pelos próprios atores, enquanto nos conselho isso é feito por atores especializados da sociedade civil. Um segundo conjunto de diferenças refere-se ao fato de nos OPs haver um número menor de interesses envolvidos, orientando o debate no sentido dos futuros públicos-alvo das ações governamentais. De outro lado, os conselhos são repletos de interesses divergentes, ampliando, assim, o debate. Encontramos diferenças também quanto à articulação dos atores da sociedade civil e do Estado. No OP as deliberações de fundo ocorrem antes o contato entre as duas instâncias nas assembleias regionais, o que não ocorre nos conselhos marcados pela presença de membros do Estado e da Sociedade Civil desde o início.

Por último, a variação dos desenhos institucionais é menor nos conselhos do que nos OPs, talvez pelo fato de os primeiros estarem regulamentados por Lei Federal e não dependerem do humor governamental.

Apesar dos avanços participativos trazidos por essas experiências os autores ressaltam que,

[...] é correto afirmar que a institucionalidade criada pelo processo Constituinte aumentou os espaços deliberativos na sociedade brasileira, também é correto alertar que o pleno funcionamento desses mecanismos ainda depende da generalização de elementos associativos que ainda estão desigualmente distribuídos entre as cidades e campo, entre as diversas regiões do país e entre as diversas arenas da deliberação pública (AVRITZER; PEREIRA, 2005, p. 38).

Continuando a reflexão, Avritzer (2008) aponta diferenças quanto às iniciativas de promoção do debate entre as instituições híbridas mais populares no Brasil, a saber: orçamento participativo, conselhos de políticas e planos diretores municipais, cada qual com um desenho institucional específico, ampliando ou não o acesso da população ao núcleo de poder. Esses seriam modelos de instituições participativas caracterizadas pela incorporação de cidadãos e associações da sociedade

civil pelos governos nos processos deliberativos, como já visto anteriormente.

Para o autor, em cada um desses formatos de participação e deliberação é estabelecido uma relação de enfrentamento entre sociedade civil e Estado, dessa forma o sucesso dos processos participativos estaria vinculado “[...] à maneira como se articulam desenho institucional, organização da sociedade civil e vontade política de implementar desenhos participativos” (AVRITZER, 2008, p. 47). Assim, o êxito dessas iniciativas está vinculado tanto à postura de diálogo proposta pelo governo, quanto por uma sociedade civil mobilizada, tudo amparado por procedimentos institucionalizados que favoreçam os fluxos comunicacionais.

Sendo assim, as experiências de OP podem ser consideradas como espaços públicos organizados de baixo para cima, pois, embora haja a disposição do governo em partilhar o poder, porque não existe imposição legal nesse sentido. É a sociedade civil por meio de suas associações de bairros que mobilizam os indivíduos a participarem, deliberando quanto aos investimentos públicos. Por causa disso, em casos em que o governo não está disposto a repartir seu poder ou encontra uma sociedade civil frágil, essa modalidade de participação enfraquece-se.

Por seu turno, os conselhos organizam-se pela copartilha de poder deliberativo entre Estado e Sociedade Civil. Isso foi garantido por lei federal, a partir da Constituição de 1988 motivado pela forte pressão dos movimentos sanitaristas e populares de saúde, que buscavam um modelo de gestão da área capaz de escutar as necessidades reais da população.

Esse formato acabou espraiando-se para outras áreas da administração, por exemplo, assistência social, reforma urbana, meio ambiente e etc. “Os conselhos, na maneira como eles introduziram a questão da partilha do poder em uma instituição híbrida, são também o resultado de diferentes negociações após o processo constituinte” (AVRITZER, 2008, p. 53). O estudo de Raichelis (2000) sobre a constituição do Conselho Nacional de Assistência Social aponta nessa mesma direção.

É importante lembrar que uma sociedade civil forte é capaz de enfrentar o governo, quando ele se mostra pouco afeito a acatar deliberações definidas no conselho; por outro lado, quando ela se apresenta frágil, temos um conselho incapaz de fazer frente a qualquer proposição ou intervenção governamental.

Por último, temos o modelo de ratificação pública, desenvolvido na medida em que as iniciativas partem do Estado e são apenas legitimadas pela sociedade civil, por exemplo, através de referendos ou consultas públicas. Embora a participação seja baixa, o diferencial está no fato desse modelo conseguir impedir que o governo ponha em prática qualquer projeto sem o assentimento da população.

De acordo com Lüchmann (2007), no seu estudo acerca da representação no interior de instituições participativas afirma que Conselhos Gestores de Políticas Públicas são espaços em que a sociedade civil procura institucionalização com o intuito de ampliar o debate e a articulação das várias demandas pelas quais é perpassada, procurando, dessa forma, sensibilizar o núcleo do governo para suas questões.

Sobre a definição de conselho a autora acrescenta; “[...] são também concebidos como fóruns públicos de captação de demandas e pactuação de interesses específicos dos diversos grupos sociais e como uma forma de ampliar a participação dos segmentos com menos acesso ao aparelho de Estado” (LÜCHMANN, 2007, p. 152). Assim, podemos entender os conselhos na perspectiva de lugar de concentração das várias entidades que compõem a sociedade civil, que tentam estabelecer conexão com o governo, pois é ele que, ao fim e ao cabo, tem o poder de implementação dos projetos.

Os conselhos podem, então, serem considerados a materialização da esfera pública, entendida aqui como espaço de deliberação e legitimação dos interesses presentes na sociedade civil. Portanto, diante de contextos de vulnerabilidade social, os conselhos possibilitam a mobilização social no enfrentamento contra o governo, proporcionando maior equidade e respeito aos sujeitos (BARBOSA; BORBA; WENDHAUSEN, 2006).

Lüchmann (2002), em outro momento, sustenta que, embora a instituição de conselhos gestores propicie o arejamento do circuito do poder político, encetando tanto novas problemáticas quanto maneiras alternativas de lidar com temas já recorrentes, devido a iniciativas da sociedade civil informadas pelas vivências dos indivíduos no mundo da vida, não garante pura e simplesmente a alteração no curso do poder em direção à democracia. Isto porque Estado e sociedade civil criam determinados entraves para o funcionamento do processo, dos quais a autora lista os seguintes: cultura autoritária, falta de qualificação na representação, mecanismo de obstrução e inviabilização das decisões do conselho, carência de informações entre outros.

Em suas próprias palavras, Lüchmann (2002, p. 62), afirma que

[...] mesmo naqueles casos em que os Conselhos são resultado de uma correlação de forças no sentido de efetivamente constituírem-se como esferas públicas legítimas e autônomas, observa-se que a sua capacidade mobilizatória de implementação não segue uma capacidade de sustentação pautada em ampla representatividade e efetiva deliberação.

Para a superação dessas limitações, visando ao exercício substantivo de uma democracia deliberativa, aponta a necessidade de um desenho institucional que mantenha ativo o associativismo presente na fundação do conselho, além de mecanismos democráticos garantidores dos princípios de igualdade, pluralismo e liberdade. Respeitando, assim, tais procedimentos, torna-se possível a superação de práticas institucionalizadas impeditivas da transformação social.

De acordo com Cunha (2007), a criação desses novos espaços institucionalizados de participação e deliberação gerou expectativas no sentido do estreitamento do diálogo entre o governo e a sociedade, permitindo uma melhor compreensão das necessidades reais da população e facilitando a resolução dos problemas tornados públicos.

Sobre o funcionamento efetivo dos conselhos escreve a autora:

Dentre as condições básicas para o sucesso da deliberação estão: a institucionalização dos procedimentos deliberativos, a composição plural e inclusiva dos fóruns deliberativos, a produção de decisões que visam à solução de problemas públicos, a abertura de deliberação pública a novos temas, a igualdade deliberativa entre os que participam, o acesso igual a informações e recursos, a argumentação como base da deliberação a possibilidade da constatação dos resultados deliberativos, a deliberação como exercício do controle público (CUNHA, 2007, p. 29).

Dessa forma, com a organização da sociedade civil ergue-se, assim uma fonte de poder capaz de fazer frente à figura do Estado, equilibrando a circulação do poder, conectando o mundo da vida ao sistema político. Esse destaque é explicado pelo fato de ser essa a esfera em que os conflitos das dimensões da vida cotidiana ganham forma, coerência e direção na tentativa de resolver problemas de foro particular

que, de outra maneira, não alcançariam a dimensão política.

No nosso caso em particular a esfera pública adquire os contornos do Conselho de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente³ (COMDEDICA) situado na cidade de São Leopoldo⁴ no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a Lei Federal 8.069/1990 constituinte do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e lei orgânica municipal 3.613/1990. Este assume as funções de órgão normativo, deliberativo, controlador e fiscalizador da política municipal de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Respeitando a sua lei de fundação, fica a cargo do poder público a responsabilidade pela manutenção administrativa. Por isso, estamos interessados na forma como chega ou não nesse espaço a temática dos jovens em conflito com a lei.

1.2 Definição do objeto

A partir das discussões nas seções anteriores, acreditamos que a melhor maneira de apreensão do nosso objeto seria através do estudo de uma entidade da sociedade civil, que venha prestando atendimento a jovens em conflito com a lei, e, ao mesmo tempo, faça parte ativamente do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente⁵, permitindo a verificação da capacidade de tematização das demandas dessa população na esfera pública.

Yin (2005, p. 32) define

[...] o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo – tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas à análise dos mesmos. Nesse sentido, o estudo de caso não é nem uma tática para a coleta de dados nem, meramente uma característica do planejamento em si (Stoecker, 1991), mas uma estratégia de pesquisa abrangente.

³ Constituído pela lei municipal 3.613/1990, é composto por 12 representantes da sociedade civil e o mesmo número do governo municipal. Cada uma destes indica um conselheiro titular com direito de voto e outro reserva. De acordo com regimento interno o mandato das instituições participantes é pelo período de dois anos, podendo ser reeleitas. Outra característica é a existência das seguintes comissões internas: políticas, projetos, orçamento e finanças e registro de entidades.

⁴ Situada a 34 km de Porto Alegre, possui uma população superior a 210 mil habitantes.

⁵ A escolha deste conselho deve-se ao fato de o Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo (SINASE, 2006) afirmar ser deste a responsabilidade pela elaboração das ações destinadas aos jovens em situação de internamento.

A escolha de trabalharmos com uma ONG⁶ do conselho e não diretamente com os sujeitos deve-se ao fato de os jovens não poderem eles mesmos participar das reuniões do mesmo, para definir as ações que mais lhes interessam, como seria esperado dentro de um modelo deliberativo de políticas públicas, porque somente têm direito de voto os conselheiros escolhidos por suas respectivas instituições.

Segundo Habermas (2003), são os atingidos que devem propor o que é importante ou não para si por meio de reuniões e conselhos. No caso em particular, como não podem fazer isto, acabam sendo representados por alguma entidade que se torna o único meio institucionalizado de as suas demandas serem tematizadas na esfera pública.

Há, nesse caso, extensa literatura acerca dos limites e potencialidades da representação; contudo, gostaríamos de ressaltar o estudo de Castelo, Gurza Lavalle e Houtzanger (2006) que identifica nos conselhos novas formas de reconexão entre as populações e os círculos de poder, sendo a representação legitimada por cinco argumentos diferentes: filiação, identidade, proximidade, serviços e intermediação. No caso aqui em tela, parece haver uma fusão entre os dois últimos, porque a entidade, ao prestar serviços aos jovens, adquire certa legitimidade, pois passa a ser conhecedora das demandas do seu público. Ao mesmo tempo, devido à situação de internamento é a única forma institucional de intermediação de tais necessidades:

Esse conjunto de organizações civis não reivindica qualquer noção de autenticidade ou representação genuína em face das instituições tradicionais, como aparece com freqüência nos discursos dos atores societários, mas declara seu comprometimento com um trabalho de intermediação orientado a conectar representantes e representados, isto é, segmentos da população mal ou sub-representados, de um lado, e Estado e circuitos da política eleitoral, de outro. Trata-se de um argumento que situa as organizações civis como uma nova instância de mediação entre

⁶ Adotamos aqui a definição de ONG a partir de Scherer-Warren (1995, p. 165): “Pode-se definir as ONGs como organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil [...]”.

representantes e representados (CASTELO; GURZA LAVALLE; HOUTZANGER, 2006, p. 59).

Avritzer (2007) sustenta que, em muitos casos, as representações exercidas pelas instituições da sociedade civil apresentam três papéis políticos diferentes, a saber, agente, advogado e partícipe. Todas essas três apresentam-se como formas de legitimação da ação dos sujeitos no interior das deliberações conselhistas, contudo expressam certa afinidade entre representante e representados. O autor identifica que, por mais diferentes que possam ser cada um desses papéis, existe um laço de afinidade que acabará conceituando a representação como por afinidade:

O que fornece a legitimidade da representação por afinidade? A legitimidade do representante entre outros atores que atuam da mesma maneira que ele. Neste sentido, a questão das identidades parciais na política reassumem um novo papel que foi, de alguma maneira, abolido pela política moderna (AVRITZER, 2007, p. 458).

Considerando todo o debate pertinente aos conselhos seja sobre sua importância, seja capacidade representativa, definimos para a escolha da entidade a ser estudada os seguintes critérios: (a) manter trabalho direto com jovens em conflito com a lei; (b) ser membro titular do Conselho de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente de São Leopoldo há pelo menos dois anos (um mandato). Com base nesses critérios, selecionamos o Círculo Operário Leopoldense⁷ (COL). Essa instituição desenvolve, entre outras atividades com crianças e adolescente, o projeto CASEMI⁸ responsável pelo acolhimento dos jovens do sexo masculino, da região do Vale dos Sinos, sendo essa iniciativa pioneira⁹ no Estado do Rio Grande do Sul.

Pode se objetar o fato de termos optados somente por uma instituição. Respondemos que, de acordo com a construção do desenho de pesquisa, seria demasiado complicado executar o trabalho de campo

⁷ O Círculo Operário Leopoldense (COL) é membro de COMEDICA desde 2006, tendo atuação na cidade há mais de 74 anos.

⁸ Centro de Atendimento Sócio-Educativo em Semiliberdade destinado a jovens cumprindo medidas de restrição de liberdade.

⁹ Trata-se da primeira parceria efetuada entre Governo do Rio Grande do Sul e sociedade civil para o atendimento do público em questão.

da forma como definido aqui em mais de uma instituição, devido ao tempo demandando para tal trabalho.

Os critérios de escolha da entidade também podem ser criticados, contudo quisemos garantir a maior representatividade possível, escolhendo uma entidade com história dentro do conselho e que potencialmente seja capaz de captar as demandas da população com quem trabalha.

Lembramos, ainda, que as dificuldades de generalização de que os Estudos de Caso geralmente são acusados, devido ao fato que nenhum fenômeno social particular é capaz de se repetir da mesma forma em outras ocasiões, não invalida a sua utilização, pois como lembra Yin (2005, p. 29-30),

Uma resposta muito breve é que os estudos de caso, da mesma forma como os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações e universos. Neste sentido, o estudo de caso, como o experimento, não representa uma ‘amostragem’, e, ao fazer isso, seu objetivo é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística).

Dessa maneira, o presente trabalho colocará à verificação não só todo um quadro teórico relacionado às dinâmicas de funcionamento dos mecanismos de fluxos comunicacionais em um regime democrático e da capacidade de tematização da esfera pública por parte da sociedade civil, como também do conceito de reconhecimento intersubjetivo e de seu reverso o não-reconhecimento trabalhado.

1.3 Justificativa e validade científica

Antes de darmos seguimento à problematização gostaríamos de fazer uma breve discussão sobre a objetividade nas pesquisas em Ciências Sociais, uma vez em que nosso estudo assumiu um caráter predominante qualitativo, podendo, por isso, levantar desconfianças quanto aos seus resultados.

A maior parte das pesquisas científicas, e a nossa não é diferente, nascem da escolha pessoal do pesquisador, que, de um universo infinito de possibilidades de estudo, elege este ou aquele tema de seu interesse. Aqui, escolhemos estudar a relação entre sociedade civil, ONGs e o

governo. Portanto, as motivações não se dão ao acaso ou por graça de uma revelação espiritual, ao invés disso, estão ancoradas em critérios subjetivos da história particular do cientista, por exemplo, suas pesquisas anteriores, seu arcabouço de literatura, além de seus projetos futuros. Isso de forma alguma desmerece a pesquisa, pois, como lembra Weber (1982, p. 94), desenvolvendo sobre a relação existente entre idéias valorativas e neutralidade axiológica, não existe conhecimento da realidade sem pressupostos:

A tentativa de um conhecimento da realidade livre de pressupostos apenas conseguiria produzir um caos de juízos existenciais acerca de inúmeras percepções particulares. [...] Este caos só pode ser ordenado pela circunstância de que, em qualquer caso, unicamente um segmento da realidade individual possui interesse significativo para nós, posto que só ele se encontra em relação com as idéias de valor culturais com que abordamos a realidade.

Não temos como nos despir dos nossos valores e visões de mundo, procurando com isso alcançar o máximo de objetividade possível, como se, só assim, estivéssemos em condições de fazer afirmações legítimas do ponto de vista científico, tal como pretensamente as ciências da natureza e matemáticas durante séculos tentaram.

Tal tarefa seria impossível, pois a realidade da forma como a vemos, só possui tais contornos para nós, em função das idéias de valor que trazemos conosco, moldando o mundo ao nosso redor. Mesmo que isso fosse possível, arrancar os valores de nossa percepção, o que sobraria seria um mundo sem sentido a ser compreendido.

Queremos com isso, deixar claro que a experiência pretérita do pesquisador está presente nesta pesquisa, e assumir essa perspectiva permite estabelecer melhor as fronteiras entre o conhecimento da realidade e as crenças particulares. Contudo, não significa que seja impossível alcançarem-se critérios de validade nas Ciências Sociais, neste caso na sociologia, pelo contrário, essa pode ser garantida pelo respeito a um determinado método de investigação, uma vez já definido o objeto.

1.4 Adoção de tipos ideais de análise sociológica

Optamos para um bom termo de pesquisa, a orientação weberiana de construção típica ideal. O procedimento de elaboração de tais constructos teóricos visa a facilitar a compreensão dos fenômenos históricos empíricos, que, por sua vez, acabam estabelecendo relações de reciprocidade com os tipos teóricos, pois é a realidade histórica que informará ao pesquisador algumas das características a serem acentuadas no modelo abstrato:

Obtém-se assim um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo um quadro homogêneo de pensamento (WEBER, 1999, p. 1982).

Assim, podemos construir diferentes tipos abstratos de um determinado fenômeno ora explorando um aspecto, ora valorizando outro, possibilitando a comparação entre eles, percebendo onde a empiria se aproxima de um modelo ou de outro. Talvez, o exemplo mais clássico da utilização dessa teoria/metodologia seja referente aos tipos de dominação desenvolvidos por Weber ao longo de sua obra, mais precisamente no ensaio intitulado, *Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima* (1982).

Nesse ensaio, o autor caracteriza três formas de dominação construídas abstratamente, a saber, legal, tradicional e carismática, confrontando com os casos empíricos que mais se aproximam respectivamente de cada uma delas: dominação burocrática nas empresas, dominação patriarcal nas comunidades e, por fim, dominação carismática materializada na figura do líder ou do mágico, apontando as características presentes em uma e não em outra. Podemos citar a esse respeito a competência profissional que desempenha função vital para a dominação legal, contudo, não se apresenta nos demais modelos.

É importante lembrar que, apesar de esse procedimento ser resultado de um trabalho subjetivo do pesquisador, deve sempre respeitar tanto a possibilidade objetiva de sua realização, julgamento esse efetuado pela realidade que pode caracterizar tal tipo ideal como completamente inverossímil.

Apesar das vantagens do uso de tipos ideais, sua utilização requer autocontrole científico por parte do pesquisador, pois a fronteira entre um tipo ideal e uma definição de *devir* atribuída pelo pesquisador à determinada situação é tênue, porque o tipo ideal pode ser entendido como a essência de um fenômeno, sua forma livre de influências, a imagem da perfeição lógica. Sendo assim, a confusão pode levar o pesquisador mais a uma profissão de fé do que à compreensão da realidade.

A esse respeito, Weber (1982, p. 114) escreve, “devemos repetir mais uma vez que, no sentido que lhe damos, um tipo ideal é algo completamente diferente da apreciação avaliadora, pois nada tem em comum com qualquer perfeição, salvo com a de caráter puramente lógico”.

Os tipos ideais são conceitos puros, isto é, não é esperado que sejam encontrados na realidade da mesma forma como são pensados, tampouco apresentam seu caráter normativo. Sua função é apenas de mediação e caracterização sistemática da realidade.

Como o leitor pode intuir, também nos valeremos da construção de tipos ideais para a realização do projeto. Pensamos na elaboração de dois modelos de fluxos comunicacionais das demandas dos jovens, partindo do interior da ONG até alcançar a esfera pública. Em um, o reconhecimento intersubjetivo estará presente; no outro, sua presença é nula, sendo substituída por uma lógica instrumental. O segundo pode até mesmo ser entendido como um desvio do primeiro.

Contudo, antes de apresentarmos a construção de nossos tipos ideais, é imperativo discutir a teoria habermasiana de democracia deliberativa, pois subjaz a essa a categoria toda a discussão feita anteriormente de conselhos e esfera pública, como também a de fluxos comunicacionais que utilizaremos adiante no texto.

1.5 Habermas e os princípios da participação

Haja vista estarmos a tratar de conceitos e categorias tais como esfera pública, sociedade civil e fluxos comunicacionais, entre outros, pertinentes à teoria democrática habermasiana não podemos deixar de prestar atenção e cuidado nesse universo conceitual. Por essa razão, deter-nos-emos, agora em pormenor, no trabalho de apresentação e esclarecimento dos conceitos da Teoria de Habermas, relevantes ao desenvolvimento de nosso trabalho como um todo.

Habermas foi um crítico do diagnóstico do processo de modernização realizado pela primeira geração de pensadores da Escola

de Frankfurt¹⁰ para a qual aquela fase do capitalismo de Estado havia alcançado uma influência na vida social além dos limites da esfera de produção do mercado, impondo sua lógica instrumentalista de funcionamento não só ao governo, mas também à sociedade, tocando inclusive na subjetividade individual.

Habermas insurge-se a tal compreensão, propondo que a realidade fosse entendida a partir de duas dimensões distintas uma composta pelo Estado e o Mercado, chamada de Sistema, organizada a partir da racionalidade instrumental, respondendo pela reprodução material das sociedades, e outra pelo Mundo da Vida. Para o autor, a geração de pensadores de Frankfurt, sua antecessora, só fora capaz de perceber a primeira dimensão, não captando a existência de um mundo orientado pela busca do entendimento, não regulado pelos padrões da instrumentalidade. Dentro dos sistemas não há necessidade de comunicação interpessoal para o seu funcionamento, porque as informações fluíam pelos meios poder (Estado) e dinheiro (Mercado).

A novidade trazida refere-se ao Mundo da Vida ou mundo vivido (*Lebenswelt*) regido por ações comunicativas, responsáveis pela reprodução cultural e a integração social (HABERMAS, 1984, 1987 e 2003).

Nele, acredita Habermas, todas as comunicações têm um único objetivo, o consenso normativo a respeito das normas de convivência. Não cabe, assim, ao Estado definir um ideal de vida boa ou metas sociais a serem alcançadas. Na verdade, deve existir apenas um direito, responsável pela manutenção das condições de livre comunicação entre os indivíduos, constituindo e assegurando a existência de uma esfera pública em que os interessados possam manifestar-se racionalmente, buscando influenciar no resultado do debate.

Referenciados na discussão realizada anteriormente sobre as novas formas de participação popular no Brasil, podemos considerar o modelo de conselhos como uma das formas de materialização que a esfera pública pode assumir. Os conselhos *a priori* são espaços instituídos com o intuito de permitir o diálogo entre os atores da sociedade civil e do Estado, a partir do qual se espera um consenso

¹⁰ Segundo Honneth (1999), a Escola de Frankfurt poderia ser dividida em duas, o *círculo interno*, composto por Horkheimer, Adorno, Marcuse, Löwenthal e Pollock, mais engajados com o programa e diretrizes do Instituto de Pesquisa Social (IPS), departamento da Universidade de Frankfurt, sede do grupo de pensadores, e o *círculo externo* cujos membros eram Franz Neumann, Otto Kirchheimer, Walter Benjamin e Erich Fromm que, embora mantivessem proximidade com o IPS, sempre, mantiverem uma vida intelectual independente deste.

sobre a ordenação dos investimentos e diretrizes do governo.

Porém, de acordo com Habermas (2003), não podemos considerar a esfera pública como uma instituição social, pois ela não possui elementos capazes de normatizar condutas, tampouco de diferenciar papéis, impondo obrigações a seus participantes, no intuito de fortalecer um sentimento de pertença. Para o autor, devemos entendê-la como uma rede não especializada, que permite a circulação de uma série ilimitada de comunicações, permitindo tomadas de posição as mais variadas. “A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem e opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 2003, p. 92).

Por estar ancorada no mundo da vida, sua reprodução dá-se por meio de ações comunicativas não especializadas, podendo, dessa maneira, mobilizar-se ao redor de todo e qualquer tema presente nas atividades cotidianas dos indivíduos. Necessita apenas de que os argumentos possuam certo nível de compreensibilidade, facilitando o entendimento e a cooperação dos sujeitos.

Devido a essa característica, a efetivação da esfera pública, não é limitada a arranjos institucionais pré-determinados muito menos a recortes espaciais, muito embora costumeiramente seja associada a foros, palcos e arenas, requer apenas que, diante de uma determinada situação, os dialogantes posicionem-se em relação à fala do outro. Fazendo isso, assumem obrigações ilocucionárias frente aos parceiros.

Dessa interação surge a opinião pública, quando uma das opiniões presentes na esfera pública encontra eco em um número amplo de indivíduos. Esse processo de generalização e esvaziamento dos contextos de origem, ao mesmo tempo em que garante o anonimato e a inclusão de indivíduos, reduz o nível de especialização do debate.

Habermas (2003) lembra que essa opinião não representa estatisticamente o posicionamento da maioria dos participantes, mas, sim, refere-se aos conteúdos que atraem a atenção de parte significativa deles. Contudo, isso só é possível após o confronto com opiniões divergentes, seguindo critérios minimamente racionais de escolha entre as várias posições em disputa. “A qualidade de uma opinião pública não constitui uma grandeza empírica, na medida em que ela se mede por qualidades procedimentais de seu processo de criação” (HABERMAS, 2003, p. 94). Sua eficiência é qualificada pelo respeito aos procedimentos de sua formação, por exemplo, assegurar igualdade de manifestação ao maior número possível de posicionamentos.

Embora, como foi dito, a opinião pública não possua um caráter normalizador, carrega em si um potencial de influência sobre as instâncias reguladoras dos comportamentos sociais. De acordo com o grau de persuasão obtido, pode modificar a orientação dos complexos parlamentares, governos e tribunais, por meio da fama pessoal de um único indivíduo ou de um grupo ou, ainda, pela pertinência social do tema em destaque. Contudo, essa somente se torna poder político, quando toca em membros autorizados do sistema político capazes de operacionalizar a solução do problema.

Apesar da fonte de influência poder estar vinculada a um indivíduo ou grupo, é o fato de ela não assumir o rosto deles na contenda pública o potencial legitimador das decisões, representando, sim, o pensamento de todos os envolvidos. Lembra Habermas (2003) que o público deve ser convencido com base em critérios racionais da relevância ou não dos temas colocados em pauta e que, embora a opinião pública possa ser manipulada, não pode ser obtida à força por meio da ameaça ou violência.

Para melhor entendermos a função da opinião da esfera pública e quem são seus participantes, separamos um fragmento da explicação de Habermas (2003, p. 97):

Para preencher sua função, que consiste em captar e tematizar os problemas da sociedade como um todo, a esfera pública política tem que se formar a partir dos contextos comunicacionais das pessoas virtualmente atingidas. O público que lhe serve de suporte é recrutado entre a totalidade das pessoas privadas.

Assim, os sujeitos são capazes de mobilizar uma força maior do que conseguiriam individualmente na tentativa de solucionar os problemas vividos na esfera privada, transformando o sofrimento individual ou do grupo em um clamor público. Nesse caso, podemos considerar as experiências de desrespeito sofridas pelos indivíduos como dotadas de um forte potencial mobilizador, impulsionando a tematizarem na esfera pública suas queixas, procurando com isso trazer a opinião pública para seu lado. A opinião pública opera como se houvesse um canal de comunicação entre a esfera privada e a pública, reproduzindo os padrões de comunicação vigentes nos círculos pessoais, porém expandindo-o a estranhos.

Desta forma, tal opinião pública seria capaz de pressionar modificações no direito por intermédio da influência exercida sobre o complexo parlamentar com o intuito de evitar que as esferas do sistema não imponham sua lógica sobre o mundo da vida.

Nas palavras do próprio Habermas (1997, p. 89),

[...] as decisões impositivas, para serem legítimas, têm que ser reguladas por **fluxos comunicacionais** [*grifo nosso*] que partem da periferia e atravessam as comportas dos procedimentos próprios à democracia e ao Estado de direito, antes de passar pela porta de entrada do complexo parlamentar ou dos tribunais (e às vezes antes de voltar pelo caminho da administração implementadora). Somente então é possível evitar que o poder do complexo administrativo ou o poder social das estruturas intermediárias que tem no núcleo central se tornem independentes em relação ao poder comunicativo que se forma no complexo parlamentar.

Evidencia-se a relação ambígua entre as esferas privada e pública, pois mesmo diferenciadas será a primeira que informará à segunda sobre questões mais relevantes com vistas à publicização.

De acordo com a discussão feita até agora, não é difícil afirmar que Habermas assenta sua concepção de democracia sobre as bases da política deliberativa livre de conteúdos morais, sendo preservados apenas os espaços de participação e decisão, e também os mecanismos de decisão. Por essa razão, esse modelo é conhecido como democracia procedimental.

1.5.1 Os fluxos comunicacionais habermasianos

Na democracia deliberativa, os próprios sujeitos, dispor-se-iam a colocar em debate e deliberação na esfera pública os problemas encontrados na esfera privada, assim os sujeitos definiriam os rumos das escolhas políticas da sociedade. Há, dessa forma, o exercício de um poder transversal sobre o governo, apontando as tendências dos interesses mais urgentes, os quais, captados pelos complexos parlamentares e pelo direito, encontrariam regulação.

Outro conceito de extrema importância para a construção do

nosso objeto de pesquisa e, de certa forma presente na discussão feita até aqui, é o de fluxo comunicacional. Em outras palavras, é como Habermas (2003) define esse movimento de contestação da realidade por indivíduos que enfrentam alguma situação de degradação material ou moral na esfera privada, problematizando-o na esfera pública, observado critérios racionais de inteligibilidade.

Reconstruiremos a argumentação habermasiana do modelo de circulação do poder político que é realizado por meio desses fluxos comunicacionais para, na frente, apresentarmos tipos ideais de sua materialização na nossa realidade estudada.

Habermas faz severas críticas ao entendimento da sociedade como concatenação de sistemas diferenciados e altamente complexos descolados do público e cidadãos, estando vazio de poder comunicativo¹¹. Pois, se fossem assim, não conseguiriam perceber nem articular os assuntos relevantes para a sociedade como um todo.

Dessa forma, sustenta a existência de uma linguagem comum não especializada capaz de atravessar os complexos parlamentares, conectando-os à esfera pública, possibilitando o entendimento de problemas pertinentes ao todo da sociedade. O sistema político e o Estado de Direito continuariam abertos ao mundo da vida, pois estariam continuamente agitados por novas questões advindas do mundo da vida. “Pois a formação institucionalizada da opinião e da vontade precisa abastecer-se nos contextos comunicacionais informais da esfera pública, nas associações e na esfera privada. Isso porque o sistema de ação político essa embutido em contextos do mundo da vida” (HABERMAS, 2003, p. 84).

O poder comunicativo expresso pela linguagem comum multifuncional opera como o *medium* do agir orientado ao entendimento, reproduzindo o mundo da vida. Ocorre um prolongamento entre esfera privada caracterizada pelas relações de intimidade dos indivíduos e a esfera pública em que alguns deles irão participar com destaque, pois ambas operam de acordo com o mesmo padrão de interação – agir comunicativo.

Paralelamente, algumas associações e coletividades alcançam elevado grau de especialização, por exemplo, a esfera econômica ou médica, o que impediria a comunicação com as bases sociais, porém essa situação é resolvida pela institucionalização do direito como meio

¹¹ Há nessa colocação uma crítica a Luhmann, para quem a sociedade seria composta por sistema autônomos entre si e, por isso, desenvolver-se-iam mediante *autopoiesis*, sendo impossível a comunicação entre eles.

de regulação, possibilitando sua ancoragem no mundo da vida. Assim, a linguagem do direito garante que assuntos debatidos na esfera pública sejam entendidos em esferas especializadas.

De acordo com Habermas (2003), o núcleo do sistema político é composto pelos seguintes complexos institucionais: administração, judiciário e a formação democrática da opinião. Se, por um lado, o primeiro possui maior capacidade de elaborar problemas; por outro, o complexo parlamentar está mais aberto a tematizações vindas da sociedade civil.

Esse centro ramifica-se partindo do seu núcleo em direção à periferia, a partir da complexidade organizatória das instituições que o compõe, sendo aquelas mais sofisticadas e que ocupam posição de maior destaque. Além disso, forma-se uma segunda periferia externa ao centro, composta por compradores e fornecedores que assumem a forma de associações especializadas em temas específicos que negociam com as instituições centrais os interesses de segmentos da sociedade. Habermas considera-as a infraestrutura civil da esfera pública, as quais, por meio de fluxos comunicacionais, constituem a periferia, próxima à sociedade civil.

Habermas, seguindo Peters, conclui, a partir daí, seu modelo de democracia e legitimação pública. Qualquer decisão para ser reconhecida e aceita como válida pela sociedade depende sobremaneira do processo de formação da opinião pública, considerando as experiências da periferia, ou seja, da sociedade civil ou, pelo menos, de segmentos interessados desta.

Habermas (2003, p. 88-89) sintetiza essa compreensão da seguinte maneira:

[...] descobrimos que as decisões impositivas, para serem legítimas, têm que ser reguladas por fluxos comunicacionais que partem da periferia e atravessam as comportas dos procedimentos próprios à democracia e ao Estado de direito, antes de passar pela porta de entrada do complexo parlamentar ou dos tribunais (e às vezes antes de voltar pelo caminho da administração implementadora).

Contudo, o autor de *Mudança Estrutural da Esfera Pública* lembra que, nas democracias modernas ocidentais, é comum encontrarem-se rotinas administrativas no centro do poder, implicando

uma significativa redução dos fluxos. Nesses casos, quando a dimensão comunicativa é esquecida, operando em seu lugar apenas a instrumental, temos a reificação de um modo de proceder que não toma em consideração as demandas vindas da esfera pública.

Mas o fato de existirem tais procedimentos não implica necessariamente uma cristalização dos mesmos, pois, quando eles não se encontram totalmente fechados, ainda podem ser transformados pelas influências vindas da periferia.

Nesse modelo de democracia deliberativa assegurada pela observação zelosa dos procedimentos decisórios, a ideia de consciência de crise gerada por uma determinada situação não prevista pelo centro torna-se importante no fortalecimento do potencial de problematização da realidade, partindo dos sujeitos afetados, apesar de o resultado final e a direção do fluxo comunicacional serem, em última instância, determinados pelo parlamento e judiciário.

Resumindo, podemos afirmar que se encontra na esfera privada a fonte dos impulsos tematizadores da esfera pública em que estes buscam normalização, visando à resolução de algum conflito de maneira legítima. “A periferia consegue preencher essas expectativas fortes, na medida em que as redes de comunicação pública não institucionalizada possibilitam processos de formação de opinião mais ou menos espontâneos” (HABERMAS, 2003, p. 90).

Nosso autor apresenta três modelos de indução de novos temas politicamente relevantes que conseguiriam tratamento formal por parte das instituições componentes da esfera pública e o núcleo do poder. Elas são: *inside access model* (modelo de acesso interno) – nele os temas são trazido à tona pelos dirigentes políticos não possuindo influência decisiva da esfera pública; *mobilization model* (modelo de mobilização) – aqui novamente a dianteira no processo é tomada por parte dos dirigentes, com a diferença de que recorrem à mobilização da esfera pública no intuito de facilitar a implementação do projeto; por fim, o *outside initiative model* (modelo de iniciativa externa) – nesse caso a problematização é encabeçada por forças não pertencentes aos sistema político institucionalizado, que buscam legitimidade institucional para as demandas na esfera e opinião pública.

De acordo com tal argumentação, parece estar o modelo de iniciativa participacionista proposto por Avritzer (2008) influenciado por Habermas, contudo, é preciso destacar que, a despeito das semelhanças, não se trata de uma simples reprodução ao contexto brasileiro. Como vimos anteriormente, Avritzer (2008) identifica no modelo do Orçamento Participativo uma modalidade de indução de

problemáticas a partir de forças fora do sistema do núcleo de poder, ou seja, iniciativas de baixo para cima, algo próximo ao modelo de iniciativa externa habermasiano.

Apesar de uma maior ancoragem temática na sociedade civil é preciso estarmos atentos para o fato de que isso não necessariamente garante o êxito da demanda. Mesmo assim, é por meio desse último modelo apresentado que indivíduos ou grupos mobilizados da sociedade civil adquirem a oportunidade de interferir nos rumos do sistema político. “Basta tornar plausível que os atores da sociedade civil, até agora negligenciados, podem assumir um papel surpreendente ativo e pleno de conseqüências, quando tomam consciência da situação de crise” (HABERMAS, 2003, p. 115).

Dessa forma, para a efetivação das deliberações é preciso uma posição de engajamento da sociedade civil com os temas em pauta, assumindo uma posição de reconhecer a validade e importância de tais para os indivíduos futuramente afetados por elas. Isso porque, como comentamos anteriormente, a esfera pública, por meio das suas comunicações constantes, e também por estar intimamente relacionada aos domínios da esfera privada, tem maior capacidade de perceber a emergência de novas questões pertinentes à vida cotidiana e às necessidades integrativas e de transformação social, coisa que o sistema de poder e o mercado não possuem. “Pode-se dizer que, à medida que um mundo da vida racionalizado favorece a formação de uma esfera pública liberal com forte apoio numa sociedade civil, a autoridade do público que toma posição se fortalece no decorrer das controvérsias públicas” (HABERMAS, 2003, p. 116).

Com base em tudo que foi discutido aqui, podemos dizer que os conselhos se apresentam como um dos modelos participativos mais recorrentes no contexto brasileiro e com maior potencial de transformação social. Pois, em virtude do seu desenho institucional em que há participação igualitária entre instituições da sociedade civil e do Estado, as demandas existentes na esfera privada conseguem ser problematizadas na esfera pública, ganhando com isso legitimidade suficiente, ao ponto de mover o governo na direção da resolução de tais pendências. Em outras palavras, parece ser a esfera pública o desaguadouro dos fluxos comunicacionais iniciados a partir das experiências pessoais dos indivíduos.

Por isso, a fim de compreendermos os potenciais de captação e tematização na esfera pública das demandas de reconhecimento intersubjetivo dos jovens em conflito com a lei, construiremos dois modelos de fluxos comunicacionais. Um em que a categoria

reconhecimento está presente no processo de captação, tematização e deliberação; outro em que se faz ausente. Dessa forma, esperamos criar as melhores condições de compreensão da realidade estudada.

1.6 Tipos ideais de fluxos comunicacionais

Tipo Reconhecimento – nesse modelo as demandas culturais, sociais e políticas dos jovens internos são captadas eficazmente pela ONG. Isto se dá primeiro por intermédio dos socioeducadores que realizam diariamente atividades com eles, possibilitando que se expressem sem coerções ou medo de futuras represálias, encontrando por parte do interlocutor uma postura de escuta, graças à manutenção de um clima de confiança e respeito mútuo. Tal comportamento dos socioeducadores só é possível porque entendem a importância de cada um daqueles sujeitos, colocando-se na posição do outro como alguém que busca a autorrealização.

Ao mesmo tempo, o corpo técnico procura informar durante as reuniões de equipe aos dirigentes as experiências relatadas pelos jovens durante os atendimentos psicológicos e assistências, sejam essas queixas narrativas de projetos pessoais, sejam algum assunto que lhes tenham chamado a atenção, permitindo que tais relatos sejam problematizados com base na possibilidade de seu atendimento. Por seu turno, os dirigentes ouvem e discutem com toda a equipe da instituição tais demandas, procurando, na medida do possível e do razoável, atender a essas necessidades, expondo os limites de tais propostas.

Em outro momento, tais dirigentes entabulam conversas com os representantes da entidade no conselho, relatando todo esse processo, esperando que, mais adiante, tais demandas sejam apresentadas e discutidas nas assembleias do conselho, de que se espera que, depois de feitos todos os enfrentamentos, sejam alcançados alguns consensos sobre alguns dos temas propostos pela instituição, encaminhando ao governo projetos que permitam a autorrealização desses jovens em termos semelhantes aos por eles apresentados na entidade.

A realização efetiva desse percurso evidencia posturas de escuta e cuidado, ou seja, um comportamento interessado no indivíduo, revelando o reconhecimento recíproco, estabelecido na relação entre todos os sujeitos implicados. A categoria reconhecimento assim se faz presente e constitui explicativa dessa realidade, pois sua ausência, como verificaremos no outro modelo, implicará a instrumentalização dessas práticas comunicativas.

Antecipando o capítulo seguinte, o *reconhecimento intersubjetivo* para ser efetivado é indispensável que se considere aspectos culturais, particulares e dos grupos em que esses jovens estão inseridos como ponto de partida de qualquer debate público em torno do tema, o que acaba conferindo legitimidade e eficiência às ações possivelmente desenvolvidas, posteriormente, impactando positivamente na autorrealização dos jovens. A sua não realização [do reconhecimento] torna-se extremamente negativa, não só para o indivíduo do ponto de vista da sua subjetividade, como também para a vida pública, pois ela só existe na medida em que os participantes se vejam como sujeitos merecedores de respeito e estima.

Fica clara a importância da ONG estudada, porque é ela a interlocutora dessa parcela da população na esfera pública na definição das ações do Estado. Sendo a sua omissão ou incapacidade de captar as demandas dos jovens, o princípio do esquecimento deles e de seus projetos pessoais.

Tipo Reificado – Neste modelo, as necessidades culturais, sociais e políticas presentes nos jovens internados na entidade não são reconhecidas/apreendidas pelos socioeducadores que mantêm com eles apenas uma relação instrumental, motivada pelo esquecimento da importância daqueles indivíduos como portadores de expectativas e projetos pessoais e pela incapacidade de assumirem a posição do outro. Dessa forma, propõem-se apenas a cuidar para que as normas internas sejam obedecidas e que os internos tenham condições mínimas de atendimento, portanto, não estando, efetivamente, interessados nos seus relatos e histórias de vida.

Por sua vez, os dirigentes têm a sua atenção monopolizada por trâmites burocráticos do funcionamento da entidade, por exemplo, envolvimento com licitações de equipamentos ou prestação de serviços, dispondo, assim, de pouco tempo para ouvir a equipe ou até mesmo os jovens, o que refletirá em uma postura de desatenção à importância do conselho.

Assim, os temas que poderiam vir a ser captados e futuramente colocados em pauta nas plenárias do conselho não são percebidos ou, quando chegam, são tratados pelos conselheiros, partindo do pressuposto de que esses jovens precisam ser reinseridos na sociedade por meio do trabalho ou outras ações, que possam lhes assegurar um papel social, sem levar em conta o que eles, realmente, consideram importantes. O não reconhecimento de suas demandas por autorrealização acaba por reificar atitudes de esquecimento do lugar do outro.

Conforme veremos, esse não reconhecimento ganha contornos de reificação a partir do momento que indivíduos adotam uma conduta de contemplação e objetivação do mundo objetivo, social e de si mesmos. Na perspectiva reificada os jovens são visto como produtos da sociedade a serem controlados – racionalizados – a partir daí postos a disposição como objetos. Porém, diferentemente, da forma cunhada por Lukács, para quem o fenômeno da reificação está exclusivamente relacionado à mercadoria ter se tornado o equivalente universal de troca. Honneth (2007a) identifica a causa deste fenômeno no esquecimento da origem das relações de convívio social, que pressupõem uma disposição anímica positiva de cuidado de todos os envolvidos uns com os outros.

Torna-se apropriado lembrarmos-nos de que para Honneth (2007a, p. 51) reificação como não reconhecimento pode ser entendida da seguinte maneira: “[...] *reificación quiere aquí una costumbre de pensamiento, una perspectiva que se fosilizó y se convirtió en hábito, a partir de cuya adopción el sujeto pierde la capacidad de implicarse con interés, del mismo modo que su entorno pierde el carácter de accesibilidad cualitativa*”.

Enfim, se a reificação é o esquecimento do reconhecimento, é preciso encontrar as práticas de socialização que permitem a sua institucionalização e sobrevivência no tempo. Práxis nas quais a simples observação do outro ou sua utilização na forma de instrumento destituído de qualidades bastam a si mesmas.

Portanto, o tipo reificante pode ser entendido como uma prática comunicativa institucionalizada em que há o esquecimento do reconhecimento, na medida em que os indivíduos adotam uma conduta racionalizada, esquecendo o sentido primeiro de suas ações, que é de cuidado e implicação com os outros. Não queremos com isso dizer que as entidades que trabalham numa perspectiva aproximada a essa incorrem em erro, pelo contrário, nossa intenção é apontar para formas de ação capazes de garantir maior reconhecimento dos jovens.

Enfim, o que caracteriza essa postura é a ausência da perspectiva do reconhecimento presente no primeiro tipo, predominando, aqui, uma visão integradora de sociedade, em que caberia ao Estado desenvolver medidas eficazes para a reintegração desses jovens ao convívio social de uma forma útil para a sociedade. Nossa hipótese de trabalho irá estruturar-se com base em todo esse desenvolvimento teórico-analítico.

1.7 Hipótese

A partir dos modelos apresentados anteriormente, procuramos

estabelecer relações entre variáveis, por exemplo, a existência da categoria reconhecimento nas práticas e enunciados dos sujeitos vinculados diretamente ao trabalho com jovens em conflito com a lei e a influência disso no posicionamento da ONG no debate público. Portanto, o conjunto de hipóteses de trabalho aparece, na realidade, mais como guia ao nosso olhar sobre o campo empírico e não necessariamente como cenário a ser confirmado ou negado pelos dados coletados, porque, conforme se avança em direção ao interior do objeto, as hipóteses de partida acabam se transformando na mesma velocidade. “À medida que a pesquisa avança, há uma passagem das idéias gerais às hipóteses, e dessas à construção de uma teoria interpretativa considerada como representação mental do que se passa na realidade social” (GUERRA, 2008, p. 34).

Feita essa ressalva, nossa hipótese desdobra-se da seguinte forma: A ONG que estudamos conseguiria através do trabalho cotidiano captar as demandas por reconhecimento dos jovens, problematizando-as internamente, tendo, em todos os seus espaços discursivos, a necessidade de valorização e respeito das expectativas desse público. Contudo, ao posicionar-se no COMDEDICA, visando a um consenso na definição de políticas públicas, não encontraria reverberação dos seus pronunciamentos, dada a incapacidade das entidades do governo em entenderem como legítimas tais tematizações, por estarem operando sobre a lógica do Sistema que prescinde da comunicação para alcançar entendimento comum, reificando, dessa forma, uma concepção integrativa de sociedade sustentada por uma racionalidade instrumental. Dentro dessa perspectiva, o indivíduo deve ter uma função útil para ser valorizado e respeitado como cidadão, porém como esses jovens, na visão governamental, não possuem tal atributo, não são dignos de consideração e têm seus projetos de vida desvalorizados/esquecidos.

Frente a tal pano de fundo, em que se desenvolvem as ações cotidianas dos conselhos, aqui em foco, somos atravessados pela seguinte questão: As entidades da sociedade civil são capazes de captar e problematizar as demandas por reconhecimento dos jovens em conflito com a lei diante das entidades do governo na esfera pública? Portanto, a problemática acaba se fazendo viva na esfera pública, uma vez que é nesse espaço que se travam os embates comunicativos quanto aos sentidos das ações políticas.

Enfim, o grande desafio proposto pela investigação está precisamente em analisar como as demandas desses jovens por reconhecimento são captadas e trazidas para dentro dos conselhos pelas entidades da sociedade civil.

1.8 Objetivos

Considerando a problemática, anteriormente apontada, da relação entre jovens em conflito com a lei, sociedade civil e o Conselho de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente (COMDEDICA), podemos definir como o objetivo principal da investigação verificar se há o reconhecimento – valorização de expectativas – dos jovens pela entidade e como ela tematiza ou não no conselho o que fora apreendido no trabalho diário.

Para tanto, tornam-se objetivos secundários, contudo imprescindíveis ao estudo: *Identificar* como se dá a interação entre os jovens em conflito com a lei e as entidades da sociedade civil, canal institucionalizado de transmissão das suas demandas, ou seja, como essas entidades são sensíveis ou não às necessidades desses jovens. *Reconhecer* qual a participação das entidades da sociedade civil nos debates dentro das reuniões do conselho na definição de suas ações, assim, entendendo o jogo de forças dentro deles. *Perceber* como ocorre dentro da ONG a transmissão de informações e o debate de idéias iniciado no trabalho do socioeducador até a deliberação pública. *Analisar* as possibilidades de enfrentamento da sociedade civil na defesa de suas posições frente a possíveis ações integrativas do governo.

Procuramos evitar objetivos muito amplos e abstratos que, embora pudessem conferir ao trabalho um destaque maior, colocariam em risco sua validade externa, pois não teríamos como garantir que inferências feitas em relação a casos particulares pudessem ser generalizadas ao todo do fenômeno. Portanto, nossos objetivos dizem respeito muito mais ao universo específico em questão.

1.9 Coleta e análise de dados

1.9.1 Coleta

De acordo com a natureza e os objetivos estabelecidos para a investigação, ao invés de tomarmos apenas uma forma de coleta dos dados, torna-se mais produtivo combinar diferentes modalidades. Isso é uma das vantagens e desafios em se trabalhar com estudos de caso, a possibilidade de articular diferentes modos de apreensão da realidade, permitindo uma visão multidimensional sobre o caso específico.

É imperativo deixarmos claro, o fato de não se trabalhar aqui com o conceito de amostra da mesma forma qual o tomam os estudos probabilísticos, ou seja, a coleta de dados não se propõe a uma

representação estatística da realidade. Ao invés disso, optamos por uma representação social do objeto garantida pelos princípios de saturação e diversidade. O primeiro determinando o momento de encerrar a coleta de dados, quando as informações obtidas já não trazem elementos novos para a análise. O segundo, por sua vez, diz respeito à necessidade de garantir a presença da maior número possível de indivíduos que possam informar sobre o objeto de estudo, garantindo que nenhuma visão da realidade seja perdida. “De facto, na pesquisa qualitativa, procura-se a diversidade e não a homogeneidade, e, para garantir que a investigação abordou a realidade considerando as variações necessárias, é preciso assegurar a presença da diversidade dos sujeitos ou das situações de estudo” (GUERRA, 2008, p. 41).

Como nosso estudo de caso apresenta duas dimensões, uma relacionada à forma como a entidade capta as demandas dos jovens e outra referente ao modo como as possivelmente tematizam nas reuniões do conselho, tornam-se imprescindíveis combinações de várias fontes de evidências.

Yin (2005) sugere em estudos de caso, articular três grandes blocos de fontes: documentação, entrevistas e observações. A partir de tal sugestão definimos as seguintes técnicas de coleta de dados para cada uma das fontes:

Documentação – cópia e leitura dos materiais produzidos pela ONG e pelo conselho, tais como atas e memorandos, considerando também, outras publicações relevantes. O ponto forte de tal técnica é a exatidão dos dados apurados, além da possibilidade de revisão e confrontação constante das informações com as demais fontes. A sua limitação está no fato de ser o relato escrito de apenas uma visão dos acontecimentos.

Durante essa etapa, recolhemos as atas do COMDEDICA referente ao período 2005-2009, ou seja, desde quando aos informantes qualificados afirmam que o COMDEDICA passou a estar realmente aberto a todo tipo de posicionamento, sem patrulhamento governamental. Contamos também o regimento interno e a lei de fundação. Além disso, obtivemos o projeto fundador do projeto CASEMI – em que estão todas as suas diretrizes de operação, objetivos e descrição de funções. Por fim, recolhemos publicações do COL em que constam sua missão e as ações desenvolvidas.

Entrevistas – a par do levantamento documental, foram realizadas entrevistas com técnicos da entidade da sociedade civil e seus dirigentes, com o intuito de captar como veem e interpretam sua participação no conselho.

Haguette (1999, p. 86) define a entrevista,

[...] como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas através de um roteiro de entrevista constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida.

Embora essa técnica nos permita focalizar os tópicos que, realmente, são pertinentes à pesquisa, possibilita-nos também, investigar com profundidade algum assunto não previsto e que tenha surgido no curso da fala. Entretanto, é interessante estar atento, pois sempre corremos o risco de vieses nos depoimentos, influenciando decisivamente no resultado das análises. Este é o caso da flexibilidade, quando o entrevistado responde o que espera ser a resposta mais aceitável, o que demanda do entrevistador muita maturidade na condução da entrevista.

Para evitar qualquer espécie de constrangimento de parte a parte, as entrevistas foram sempre mantidas em um ambiente agradável, tanto psicológico, quanto fisicamente, no qual a interação permitiu ao entrevistado sentir-se seguro para falar, estabelecendo uma relação de confiança mútua.

Sobre a realização dessas, é importante destacar a necessidade de estabelecer-se uma relação de confiança entre entrevistador e entrevistado, possibilitando que este possa se expressar sem espécie alguma de receio ou com medo das consequências de seu depoimento. Guerra (2008) afirma que nesse tipo de interação com vista ao controle e veracidade dos fatos apenas dois princípios podem ser garantidos: (a) o sigilo sobre as fontes e (b) informar ao entrevistado o objeto e objetivos da pesquisa.

Assim, com o objetivo de poder reconstruir teoricamente o fluxo comunicacional em tela, procuramos conversar com o maior número possível de sujeitos envolvidos na constituição da esfera pública. Sendo assim, foram entrevistadas as seguintes pessoas: representante titular¹² e suplente¹³ da ONG estudada, pois são elas que representam os interesses

¹² Esta ocupa atualmente também a presidência da mesa-diretiva do COMDEDICA.

¹³ Atualmente também desempenha o cargo de secretária executiva do COL.

dos jovens no conselho. Quanto aos sujeitos que estão mais próximos aos internos, foram entrevistados a socioeducadora referência da instituição, um socioeducador que já trabalha na casa há mais de dois anos, o psicólogo da unidade que também é vice-presidente do COMDEDICA e desempenha atividade na Secretária Municipal de Assistência Social, a assistente social da unidade e o seu diretor geral. Somaram-se a eles, o representante do governo, no caso, o chefe do gabinete do prefeito, já com longa trajetória na temática, e, ainda, a psicóloga responsável pela coordenação municipal do projeto de liberdade assistida. Procuramos, dessa maneira, percorrer o circuito da problemática na sua íntegra. Ao todo, somam-se mais de dez horas de gravações.

Observações – por último, valemo-nos de observações diretas¹⁴, tanto da entidade pesquisada, visitando-a, quanto participando das próprias reuniões do conselho:

De uma maneira mais informal, podem-se realizar observações diretas ao longo da visita de campo, incluindo aquelas ocasiões durante as quais estão sendo coletadas outras evidências, como as provenientes de entrevistas. [...] As evidências observacionais são em geral, úteis par fornecer informações adicionais sobre o tópico que essa sendo estudado (YIN, 2005, p. 120-121).

Nessas observações, nosso olhar esteve focado na relação que os técnicos mantêm com os jovens, como isso ocorre, e na sua relação com os representantes da ONG no conselho. Já no conselho, a atenção voltou-se à dinâmica das reuniões, por exemplo, ordem e importância dada a cada uma das falas, prestando, sempre, atenção em quais os debates mais frequentes, entre quem se travam as disputas e como são resolvidos ou não tais embates. Ao todo participamos de quatro assembleias do conselho durante o ano de 2009 durante as quais tomamos notas.

A combinação dessas fontes e de suas respectivas técnicas de coleta visam a resolver o nosso problema de pesquisa, procurando atender aos objetivos da investigação propostos, pois bem lembra

¹⁴ É importante deixar claro que as observações não alcançaram a profundidade minuciosa de uma etnografia, apenas surgem como forma de confrontação de dados, verificando, por exemplo, como ocorre à interação entre os jovens e o corpo técnico da entidade, ou ainda, como se comportam os conselheiros nas reuniões.

Becker (1999, p. 12) que é necessário que o sociólogo seja capaz de criar as suas próprias bases de coleta e análise de dados com o intuito de resolver as suas questões.

[...] os sociólogos deveriam se sentir livres para inventar os métodos capazes de resolver os problemas das pesquisas que estão fazendo. [...] Assim, as soluções para os problemas de construção têm sempre que ser improvisadas. essas decisões não podem ignorar princípios gerais importantes, mas os princípios gerais em si não podem resolver os problemas dessa construção.

Definir que matérias coletar, quais entrevistados ouvir e o que observar é muito importante para o êxito da coleta de informações, haja vista essa etapa influenciar decisivamente na qualidade final dos dados. Do contrário, chegaríamos ao período final dessa etapa com um monte de informação, mas impossíveis de serem analisadas em conjunto.

1.9.2 Análise

Os dados coletados no trabalho de campo – a partir das análises de documentos, entrevistas e observações – foram tratados principalmente por meio da técnica de *análise de conteúdo*, seguindo a variante qualitativa. Essa escolha justifica-se pelas seguintes razões: (a) diversidade de fontes de dados, possibilitando a verificação/confronto entre eles; (b) natureza, eminentemente, qualitativa das informações. Já lembra Guerra (2008, p. 62), “[...] é um pressuposto que a análise de conteúdo é uma técnica e não um método, utilizando o procedimento normal da investigação – a saber, o confronto entre um quadro de referência do investigador e o material empírico recolhido”.

Uma característica importante dessa técnica, e por nós explorada, é levar em consideração os termos sobre como os indivíduos se posicionam valorativamente em relação ao mundo ao seu redor, pois queremos aqui compreender o sentido de suas ações tanto comunicativas quanto práticas, o que para nós é importante, haja vista o interesse sobre as dinâmicas comunicacionais da sociedade civil na esfera pública, por exemplo, o conteúdo dos enunciados feitos oralmente ou por escrito, as formas que assumem, assim como a quem estão endereçados. Pois, de acordo com a mesma autora, ao empregarmos uma metodologia mais

compreensiva não estamos atrás simplesmente da comprovação *a priori* das hipóteses de trabalho, mas, sim, de identificar a lógica e as racionalidades subjacentes as ações dos atores, confrontando-as com nossos modelos de referência. Porém, ao falarmos de confronto entre teoria e empiria, não é nossa intenção usar da segunda como ilustração dos argumentos teóricos, pois, dessa forma, não estaríamos a desenvolver uma análise de conteúdo correta. Portanto o material coletado no campo de pesquisa receberá um tratamento analítico e não somente expressivo. “De facto, estamos num quadro de análise de processos e de dinâmicas, pretendendo-se não apenas uma mera descrição da realidade, mas também a interpretação do sentido das dinâmicas sociais” (GUERRA, 2008, p. 39).

Precisávamos descobrir a maneira como os discursos fluíam pelos canais institucionais, carregando ou não a perspectiva do reconhecimento e, para isso, a análise de conteúdo nos pareceu ser a melhor metodologia a ser aplicada, pois, como dizem Campenhoudt e Quivy (1992, p. 224), “[...] a escolha dos termos utilizados pelo locutor, a sua frequência e o seu modo de disposição, a construção do discurso e o seu desenvolvimento são fontes de informações a partir das quais o investigador tenta construir um conhecimento”.

Amparados nesses procedimentos, somos capazes de classificar os enunciados em categorias explicativas, procurando pelos sentidos por detrás de cada conjunto de idéias. “O estabelecimento de uma tipologia é uma operação básica da análise de conteúdo e consiste em ordenar os materiais recolhido, classificá-los segundo critérios pertinentes, encontrar as dimensões de semelhança e diferenças, as variáveis mais frequentes e as particularidades” (GUERRA, 2008, p. 78).

Assim, com base nos tipos ideais teóricos elaborados por nós na primeira parte desse projeto, poderemos ver os movimentos de aproximação e distanciamento das ações comunicativas e práticas em relação à elaboração teórica. Nunca é demais afirmar que tais tipos são construções teóricas e, por isso, nunca esperamos encontrá-los nessa forma pura na realidade, nem tampouco apresentá-los em um caráter de *devir*, como se as ações devessem alcançá-los, muito menos, pretendemos realizar julgamentos morais da realidade estudada.

Weber (1982, p. 109) explicando o que são tipos ideais afirma:

Trata-se de um quadro de pensamento, e não serve de esquema no qual se pudesse incluir a realidade histórica, e muito menos da realidade autêntica, e não serve de esquema no qual se pudesse incluir a

realidade à maneira de exemplar. Tem antes o significado de um conceito limite puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos elementos importantes, e com o qual essa é comparada.

Finalizando, sobre as diretrizes norteadoras da técnica de análise de dados empregada neste trabalho, citamos novamente Guerra (2008, p. 69):

A análise de conteúdo pretende descrever as situações, mas também interpretar o sentido do que foi dito. De facto, quando falamos em investigação empírica, falamos de uma série de operações como descrever os fenômenos (nível descritivo), descobrir as suas co-variações ou associações (nível correlacional e grosso modo objectivo da análise categorial) e ainda descobrir relações de causalidade) de interpretação das dinâmicas sociais em estudo (nível interpretativo e grosso modo correspondente à análise tipológica).

Esperamos, dessa forma, alcançar todos os nossos objetivos, comparando a realidade com os tipos ideais, compreendendo, assim, porque se afastam ou se aproximam deles com base nos dados coletados. Pois entre as utilidades dessa metodologia, apontadas pelos autores já referidos, está o exame das lógicas e dos possíveis conflitos de valores das organizações. A gramática social por traz das ações.

Contudo, não podemos esquecer sua limitação, quanto à dificuldade de poder estabelecer relações entre as variáveis em questão, mas esse fato não chega a ser um problema para nosso trabalho, justamente porque não estamos tentando construir correlações mecânicas ou matemáticas entre duas variáveis, mas estamos preocupados em descobrir o sentido dos conteúdos em disputa.

Nos últimos capítulos, com base nos materiais coletados, tentaremos resolver parte considerável de toda a discussão posta até o momento de forma teórica. Assim, estaremos colocando à prova no contexto brasileiro um conjunto significativo de pressupostos teóricos. Lembramos que não será o caso de verificar a exequibilidade ou não da hipótese de trabalho, mas perceber se ela é capaz de fornecer pistas

válidas para a compreensão do fenômeno.

No capítulo a seguir, apresentaremos toda a argumentação em relação à Teoria do reconhecimento, importante na elaboração dos tipos ideais aqui desenvolvidos.

CAPÍTULO II

RECONHECIMENTO, REIFICAÇÃO E ESFERA PÚBLICA

Em linhas gerais, este capítulo prestar-se-á para realizar uma discussão eminentemente teórica sobre a categoria reconhecimento intersubjetivo, difundida por Hegel, ao afirmar que subjaz a qualquer acordo jurídico um reconhecimento prévio entre os indivíduos sem o qual a própria idéia de sociedade seria impensável. A partir de tal colocação, desenvolveremos as críticas, assim como os desdobramentos propostos por Axel Honneth referentes a essa categoria, tendo em mira as sociedades contemporâneas. Além disso, apresentaremos as categorias centrais para nosso trabalho, tais como reificação, democracia e respeito.

Na primeira seção, apresentaremos de forma concisa o pensamento de Honneth, destacando as três esferas de interação intersubjetiva, o qual, fortemente influenciado por Hegel e Mead, identifica como sendo os espaços por excelência da efetivação ou não do reconhecimento recíproco, a saber, relações primárias, direito e solidariedade. Atentaremos nesse item também para os efeitos desse fenômeno na constituição de uma autorrelação positiva, importante futuramente para a participação política dos indivíduos. Em seguida, exploraremos as causas e impactos, individuais e coletivos da inversão de sinal do fenômeno, ou seja, o não reconhecimento, quando os participantes da interação tornam-se incapazes de assumir a perspectiva do outro, frustrando, dessa forma, as expectativas de reconhecimento esperadas. A partir de tal entendimento, desenvolvemos a relação entre não reconhecimento e reificação, neste caso entendendo-a como o esquecimento das pré-condições necessárias à vida social, isto é, o reconhecimento em suas várias esferas. Na última parte desse capítulo, considerando a influência de Dewey sobre o pensamento de Honneth, laçaremos foco sobre a importância do conceito de público e sua capacidade em explicar o movimento de indivíduos ou grupos sociais feridos no seu autoentendimento em tematizar na esfera pública suas queixas, buscando com isso a superação do não reconhecimento, mostrando que a negação do mesmo pode ser pré-condição à mobilização de coletivos com vistas à participação democrática.

2.1 Formas de reconhecimento

O conceito *reconhecimento* (*anerkennung*¹⁵), na forma como será desenvolvido ao longo de todo este trabalho foi trazido à tona por Hegel, (quando ele se encontrava em Jena¹⁶, considerado período de sua juventude) tendo como ponto de partida a insatisfação do autor com o excesso de formalismo da filosofia kantiana e sua crença em uma autonomia individual orientada exclusivamente pela razão. Não que, com essa crítica, Hegel negasse princípios universalistas, pelo contrário, eles, em sua visão, deveriam permitir a autorrealização individual.

Este projeto retoma a idéia aristotélica do homem como animal político (*zoon politikon*), em que o ser humano caracteriza-se pela tendência de estabelecer comunidades com o intuito de efetivar as potencialidades de sua plena realização. Dito de outra forma, estaria na dependência da efetivação de uma vida social a condição de nossa própria existência. Dessa forma a *polis*, então, torna-se o lugar por excelência das relações eticamente orientadas, cuja base tanto da sociedade civil¹⁷, quanto do Estado encontrar-se-iam no reconhecimento intersubjetivo entre os indivíduos:

Hegel rejeita os modelos atomísticos do direito natural, pois sua pretensão é construir um estado de totalidade ética nos moldes da *polis* grega e das relações nas cidades-Estado. O que o atrai é o fato de enxergar no modelo da cidade grega o reconhecimento dos costumes e práticas compartilhadas intersubjetivamente como expressão própria e particular da singularidade de cada cidade, ou seja, para ele expressão concreta de um estado de totalidade ética (RAVAGNANI, 2008, p. 95).

¹⁵ De acordo com o Inwood (1997) existe uma grande ambiguidade entre os termos *anerkennung* e *anerkennen*, pois ambos referem-se a atos cognitivos. Porém enquanto o segundo diz respeito mais à identificação intelectual, o primeiro “envolve não simplesmente a identificação intelectual de uma coisa ou pessoa [...], mas a atribuição a essa coisa ou pessoa de um valor positivo assim como a expressão explícita desta atribuição” (INWOOD, 1997, p. 275).

¹⁶ Período considerado da juventude de Hegel, que vai de 1802 com o lançamento do livro *Maneiras científicas de trata o direito natural* até 1806, com o *Realphilosophie de Jena*.

¹⁷ Para Hegel o conceito, sociedade civil limitava-se a explicar as relações de intercâmbio comercial, ou seja, o mercado.

Porém, essas relações não estariam livres de conflitos sociais. Pelo contrário, informado pela filosofia política de autores como Maquiavel e Hobbes, Hegel acredita na existência de lutas sociais, mas, diferentemente deles, tais embates não seriam motivados pela preservação da vida, muito menos da propriedade, mas carregados por um forte cunho moral.

Com base nos escritos de Fichte¹⁸, Hegel passa a adotar a categoria reconhecimento entendida como uma ação recíproca em que o indivíduo se coloca livremente no lugar do outro, limitando, espontaneamente, sua liberdade em favor deste, possibilitando o estabelecimento de contratos sociais. Assim, não é o medo da agressão o motivador de tal ação, mas o respeito pelo outro. Portanto, a idéia de *ser-consigo mesmo no outro*, é capaz de sustentar uma esfera ética ampla, constituindo a base moral para futuros entendimentos até o almejado de eticidade absoluta.

O autor do *Sistema de Vida Ética* categoriza três formas distintas de reconhecimento resultantes do movimento de diferenciação, ou seja, de busca pela afirmação da individualidade, os quais mais tarde serviram de ponto de partida para Honneth (2003, p. 60) pensar os seus próprios,

[...] na relação afetiva de reconhecimento da família, o indivíduo humano é reconhecido como ser carente concreto, na relação cognitivo-formal de reconhecimento do direito, como pessoa de direito abstrata, e finalmente, na relação de reconhecimento do Estado, esclarecida no plano emotivo, como universal concreto, isto é, como sujeito socializado em sua unidade.

Contudo, mais tarde, Hegel realiza uma virada teórica em sua obra, abandonando a filosofia aristotélica que até ali havia orientado suas idéias, rumando em direção à filosofia da consciência, o que implicou mudanças significativas no seu entendimento do reconhecimento.

Seguindo essa tradição, Honneth (2003) entende o reconhecimento como uma espécie de pano de fundo, intersubjetivamente tramado, entre os indivíduos, por meio de

¹⁸ Johann Gottlieb Fichte (1762 – 1814). Influenciado por Kant, pertenceu à escola filosófica alemã conhecida como Idealista.

comunicações diárias, estabelecendo esferas de ações carregadas de conteúdo ético capazes de orientar a conduta social.

Em virtude dos parâmetros éticos instituídos nessas esferas, geram-se expectativas de reciprocidade por parte dos demais membros do grupo, que agem, acreditando que suas ações voltadas à autorrealização serão respeitadas e, em alguma medida, apoiadas pelo restante da comunidade. Entretanto, quando essas expectativas morais são frustradas, geram sentimentos de desrespeito e humilhação, podendo desencadear lutas pela reconstituição da moralidade rompida e, conseqüente, ampliação da esfera ética, o que é chamado de luta por reconhecimento.

Contudo, Honneth identifica a necessidade de uma inflexão para além do idealismo hegeliano, aproximando-se da psicologia social de Georg Herbert Mead¹⁹. Nesse movimento, ganha importância a figura do *outro generalizado*. Essa figura surgiria ainda na infância dos sujeitos, assumindo a forma de um modelo de conduta moral a ser seguida. Isso porque, segundo experimentos empíricos, é a partir da observação dos comportamentos do outro generalizado que a criança começa a tomar ciência de como interagir com o ambiente circundante, aprendendo, gradualmente, os valores a serem perseguidos colocados socialmente em destaque. Sobre a importância dessa figura para a socialização escreve Mattos (2006, p. 88):

Outro conceito que auxilia no entendimento da relação entre Me e I, é do *outro generalizado*. O processo de socialização se efetua pela generalização de expectativas de comportamento que nos permitem a percepção de que fazemos parte de uma comunidade que possui tarefas sociais cooperativas. À medida que os parceiros adotam a perspectiva do outro generalizado, eles sabem reciprocamente quais obrigações devem ser observadas em relação aos outros, ao mesmo tempo em que se consideram portadores de pretensões individuais que deverão ser respeitadas pelo seu oponente, no caso de um conflito.

Esse processo de aprendizagem moral, que podemos entender também como de socialização, é constituído por momentos: num

¹⁹ Georg Herbert Mead (1863 – 1931). Filósofo americano membro da Escola de Chicago.

primeiro estágio, o bebê apenas imitaria os parceiros de relação. A tal postura é designado o conceito de *play*, caracterizado como reprodução não refletida dos comportamentos observados. A essa fase do desenvolvimento segue-se a do *game*, quando já não há a pura mimetização dos comportamentos, mas sim a internalização das normas que orientam as condutas em curso na sociedade, o que poderia ser considerado a socialização em si. O indivíduo passa a assumir, como seu, o conjunto de expectativas sociais vigentes, toma consciência de que lhe esperam o cumprimento de determinadas posturas como, da mesma forma, passa a esperar que lhe respeitem da mesma maneira.

Escreve Honneth (2003, p. 135) sobre isto, “[...] o processo de socialização em geral se efetiva na forma de uma interiorização de normas de ação, provenientes da generalização das expectativas de comportamento de todos os membros da sociedade”. Podemos dizer então que o reconhecimento vai adquirindo os seus contornos, na medida em que sou reconhecido e reconheço os outros.

Mead apresenta uma concepção dos momentos do reconhecimento semelhante aos de Hegel. A primeira fase poderia ser encontrada nas relações primárias com o outro concreto, expresso na relação mãe e filho, em seguida passando às relações jurídicas, na determinação da vontade geral da sociedade e, por último, na esfera da divisão do trabalho social, expressão última da solidariedade social. A relação entre autorrealização e experiência do trabalho é questionada por Honneth pelo fato de as tarefas distribuídas socialmente merecedoras de reconhecimento por parte dos demais membros da sociedade estarem, *a priori*, atreladas a uma noção determinada de vida boa, portanto, sem estar intimamente relacionadas ao *I* daquela força criativa definidora da individualidade na personalidade. Além disso, Honneth questiona o potencial integrador, pois não encontra na divisão do trabalho motivações éticas suficientemente robustas para sustentar a solidariedade social, ou seja, os motivos que levariam os indivíduos a desenvolverem ações voltadas à satisfação das necessidades de terceiros.

Antes de darmos seguimento ao texto, é importante relembrar que Honneth, embora faça críticas essenciais aos autores anteriormente mencionados, de forma alguma os abandona por completo, continuando a adotar categorias e conceitos por eles desenvolvidos. Por exemplo, o de uma luta social por reconhecimento marcada por distintas fases, que ganham, na obra de Mead, uma sustentação empírica, pois os indivíduos somente conseguem estabelecer uma autorrelação prática, quando aprendem a perspectiva normativa dos parceiros de interação. Isto porque, ao se colocarem também na posição de objetos, estão aptos a

assumir simbolicamente o lugar do outro, reproduzindo e transformando a vida social.

Mas o que a princípio poderia soar como uma reprodução tradicional da sociedade muda de figura ao considerarmos o processo contínuo de individuação, que leva os indivíduos a engajarem-se em lutas pelo reconhecimento de novos atributos pessoais que acreditam socialmente válidos. Dessa forma, promove-se não só a reprodução social, porém sua transformação. Segundo Honneth (2003, p. 156), “[...] são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida da sociedade”.

Honneth continua a usar a tipologia tripartite²⁰ das esferas de reconhecimento já aqui discutidas, contudo, faz isso valendo-se de pesquisas empíricas controladas, procurando demonstrar que, para cada momento do reconhecimento, está correlacionada uma autorrelação prática. Talvez a grande contribuição, na verdade, esteja no fato de desenvolver de forma sistemática os efeitos do não reconhecimento para os indivíduos, ou seja, as consequências do não cumprimento das expectativas socialmente compartilhadas. De acordo com a leitura de Mattos (2008, p. 61),

Para Honneth, ele [reconhecimento] tem a ver com a construção de um vínculo teórico não apenas entre moralidade e razão, mas também entre **moralidade** e **afetividade**. Existe, e esse é o pressuposto mais importante de sua teoria, um pano de fundo moral, ou ‘gramática moral’, compartilhado por todos os membros de uma sociedade, ainda que de forma não explicitada. Os sentimentos individuais de vergonha, raiva, ressentimento, desprezo indignação ou remorso são os efeitos, na dimensão da não observância desse acordo muitas vezes silencioso e tácito.

Nas páginas seguintes, procuraremos reconstruir o argumento de Honneth quanto aos momentos do reconhecimento, começando pela esfera do amor, passando ao do direito, e finalizando com a da solidariedade, deixando claro qual dimensão da autorrelação prática é

²⁰ Amor, direito e solidariedade.

desenvolvida em cada uma. Isso deve ficar bem claro, pois, quando viermos a tratar do não reconhecimento/desrespeito, essas dimensões novamente ganharão destaque.

A primeira esfera do reconhecimento estabelecido nas relações primárias efetiva-se no amor. Contudo, ele deve ser entendido para além da simples relação romântica construída entre duas pessoas. Ele diz, sim, respeito a relações pontuais entabuladas por poucas pessoas, podendo assumir a forma de relações eróticas, de amizade ou entre pais e filhos. Honneth lembra que, em Hegel, o amor torna-se a primeira etapa do reconhecimento recíproco, porque na sua realização os seres percebem-se como limitados, carentes. Carência essa preenchida, dentre outras formas, pela estima do outro em relação a mim.

A passagem da mera formulação dessa hipótese do nível das idéias para o das ciências empíricas é permitida pelo fato de Hegel ter entendido o amor como *ser-si-mesmo em outro*, mostrando que tais padrões de afetividade dependem de um equilíbrio entre autonomia e ligação. Mas a aproximação das ciências psicanalíticas só foi possível, de fato, pelo entendimento do amor Honneth (2003, p. 163), “[...] como uma forma determinada de reconhecimento em virtude do modo específico pelo qual o sucesso das ligações afetivas se torna dependente da capacidade, adquirida na primeira infância, para o equilíbrio entre a simbiose e a auto-afirmação”.

Serão nos estudos de Donald W. Winnicott²¹ e Jessica Benjamin²², principalmente no do primeiro, que o autor de *Reificação* poderá sustentar a hipótese da necessidade do reconhecimento para o estabelecimento de autorrelações práticas positivas e vitais à reprodução e transformação social. Winnicott, diferente das teorias psicanalíticas que tomam o bebê como objeto deslocado do mundo circundante, infere da relação mãe/bebê a categoria *dependência absoluta* com a qual procura demonstrar a existência de uma comunidade simbiótica entre esses parceiros, – isto nos primeiros meses de vida da criança – na qual não conseguem se enxergarem como seres independentes, pelo contrário, entendem-se como um ser só. Assim, é estabelecida uma relação de dependência em que a mãe vivencia as necessidades e carências do filho como suas, ao mesmo tempo em que o recém-nascido vai aos poucos desenvolvendo suas habilidades cognitivas e motoras.

O estágio seguinte é caracterizado como de *dependência relativa*, em que os parceiros da interação ganham autonomia, a mãe voltando sua

²¹ Donald Woods Winnicott (1896 – 1971). Psiquiatra americano.

²² Jessica Benjamin (1946 -). Psicanalista americana.

atenção a outras pessoas, retornando suas atividades cotidianas, enquanto o bebê adquire a capacidade cognitiva de diferenciar o próprio ego do ambiente. Esse processo de desilusão o faz perceber que parte de sua subjetividade anterior – neste caso a mãe – possui, como ser, um direito próprio. A criança passa, então, a tentar destruir por meio de atos violentos esse objeto (mãe) como sinal da perda de sua onipotência. Honneth (2003, p. 169), afirma que, “[...] se ela suporta seus atos destrutivos como pessoa capaz de resistência, chegando até mesmo a lhe dar, com negativas. Ensejo a erupções de fúria, então ele se torna capaz, através da integração de seus impulsos agressivos, de amá-la sem fantasias narcisísticas de onipotência”. Podemos entender este como o momento da efetivação do reconhecimento nessa primeira esfera, pois, apesar dos gestos violentos, a mãe é capaz de demonstrar amor, permitindo ao indivíduo se saber amado. Sem dúvida essa pode ser compreendida como a primeira luta por reconhecimento pela individualidade.

Contudo, como lembra Honneth (seguindo Winnicott), a capacidade de estar só está vinculada à confiança na certeza do retorno da mãe, proporcionando o desenvolvimento da necessária confiança intersubjetiva como também a confiança na satisfação social das carências. Pode-se concluir daí que a autorrelação prática oriunda da etapa do amor é a autoconfiança, pois a criança sabe que, mesmo estando só, continua amada pela seu outro generalizado. Conclui Honneth (2003, p. 74):

É possível então partir da hipótese de que todas as relações amorosas são impelidas pela reminiscência inconsciente da vivência de fusão originária que marcara a mãe e o filho nos primeiros meses de vida; o estado interno do ser-um simbiótico forma o esquema da experiência de estar completamente satisfeito, de uma maneira tão incisiva que mantém acesso, às costas dos sujeitos e durante toda a sua vida, o desejo de estar fundido com outra pessoa.

Encontramos aí a primeira resposta acerca da importância do reconhecimento como amálgama da vida social ou, como mais tarde desenvolveremos, condição pré-política para a democracia. Sem a efetivação do reconhecimento nesse primeiro momento, a própria reprodução social está colocada em risco, pois passamos a prescindir de

interações sociais ou mesmo do respeito pelo outro para a nossa existência. O outro perde sua importância diante de nossos olhos, porque não aprendemos a confiar no retorno deste.

A segunda etapa do reconhecimento dá-se no direito que, embora diferente da primeira na maneira de sua efetivação (ambos carregam em si o mesmo padrão de socialização – reconhecimento recíproco), tanto Hegel, quanto Mead compreendem que os indivíduos somente se entendem como portadores de direitos, na medida em que são cobrados a respeitar uns em relação aos outros, pois descobrimos com o outro generalizado o conjunto de regras e normas socialmente válidas que devem nortear as nossas ações.

Contudo, Honneth ainda considera muito primitiva essa noção de direitos, haja vista eles não dizem respeito aos direitos do indivíduo como um universal válido, mas estarem atrelados ao *status* do indivíduo dentro da comunidade, ou seja, esse reconhecimento jurídico encontra um diminuto poder normativo de orientação das ações: “Uma forma tradicional de reconhecimento jurídico dessa espécie já concede ao sujeito, como vimos, uma proteção social para a sua dignidade humana; mas essa está ainda inteiramente fundida com o papel social que lhe compete no quadro de uma distribuição de direitos e encargos amplamente desigual” (HONNETH, 2003, p. 182).

Aqui não está em jogo ainda a consideração de princípios morais universalmente reconhecidos, algo que somente virá com a modernidade na qual, *a priori*, não se aceitarão privilégios de uns em detrimento de outros diante do direito. Esse processo de desligamento de tradições éticas e a adoção de fundamentações universalistas colocam diante de Honneth duas grandes questões para a sua tentativa de entender a efetivação do reconhecimento jurídico na modernidade: (a) como um tipo de respeito desvinculado de afeições pessoais pode conduzir o comportamento dos indivíduos e (b) o que significa esse reconhecimento, ou seja, quais os atributos que o definem. Para alcançar êxito nessa tarefa, ele precisará empregar metodologia diferente da que se valeu ao tratar da etapa anterior, pois não poderá recorrer a uma ciência particular, utilizando neste caso “uma análise conceitual empiricamente assegurada”.

Com tal propósito, começa apresentando como se deram as transformações sofridas pelo conceito *respeito* até chegar ao entendimento comum nas sociedades modernas. Explica que no direito ligado à tradição não havia diferença entre reconhecimento jurídico e estima social, ambos vinculando-se ao *status* do indivíduo na

coletividade. Havia, dessa forma, uma série de direitos e deveres individuais, tanto quanto de papéis a eles associados.

O advento da modernidade trouxe consigo uma moral pós-convencional rompendo a relação reconhecimento jurídico/estima social, permitindo o aparecimento de duas formas diferentes de respeito. Para explicar a evolução desde o direito moderno, ele retoma autores como Kant e Ilhering, que fazem profunda discussão acerca dos modos de diferenciação dessa categoria. Selecionamos o seguinte fragmento do texto de Honneth (2003, p. 184) como síntese do dito acima,

[...] reconhecimento jurídico, como ele [Ilhering] também já diz em seu texto, se expressa que todo ser humano deve ser considerado, sem distinção, um fim em si, ao passo que o respeito social salienta o valor de um indivíduo, na medida em que este se mede intersubjetivamente pelos critérios da relevância social. No primeiro caso, como revela o uso da fórmula Kantiana, temos de lidar com um respeito universal pela liberdade da vontade da pessoa; no segundo caso, ao contrário, com o reconhecimento de realizações individuais, cujo valor se mede pelo grau em que são conhecidos por uma sociedade como relevantes.

Fica claro que, no reconhecimento jurídico, não é permitida nenhuma outra gradação do valor da pessoa, senão ao dela em si mesma independentemente de qualquer qualitativo social, por exemplo, classe, etnia ou gênero. Todos são considerados juridicamente iguais sem espécie alguma de privilégio. E é desse agir respeitoso, obrigado moralmente pelo outro, que nasce o conceito de pessoa. Assim, o que caracteriza o indivíduo como pessoa é a sua capacidade universal de agir. A justificação do cumprimento do direito encontra-se no assentimento livre de todos os indivíduos sobre as questões morais, resultado da avaliação racional e autônoma de cada um.

Cabe ao direito proteger as propriedades fundamentais que permitem às pessoas participarem da formação racional da vontade. Honneth (2008, p. 188), acrescenta que “quanto mais exigente é a maneira pela qual se pensa semelhante procedimento, tanto mais abrangentes devem ser as propriedades que, tomadas em conjunto, constituem a imputabilidade moral de um sujeito”. A luta por reconhecimento na dimensão do direito moderno pode ser traduzida como a ampliação de novos pressupostos capazes de garantir a

participação dos indivíduos na formação da vontade geral da sociedade, nos rumos que essa deva tomar. Como exemplo desse processo de lutas sociais não só pela garantia de direitos, mas também pela sua ampliação, ele cita o conhecidíssimo trabalho de T. H. Marshall que mostra como se deu, na Inglaterra, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, a gradativa conquista por direitos por parte da população, começando pelos direitos civis, depois passando aos políticos, até finalmente os sociais.

É importante lembrarmos que toda essa discussão sobre reconhecimento, não reconhecimento e desrespeito, apesar de seu potencial universalizador, assenta suas bases teóricas além das fronteiras do Brasil e de outros países pobres ou em desenvolvimento, sendo pensadas principalmente a partir das realidades alemã e canadense, países que já equacionaram grande parte de seus problemas sociais, tanto aqueles referentes ao reconhecimento, quanto à redistribuição²³. Pinto (2008, p. 47) chama atenção para essa situação: “O caso do Brasil, onde há um sério *déficit* de bem-estar social, grandes parcelas da população estão fora da possibilidade de constituírem-se como sujeito de luta por redistribuição e reconhecimento, sejam esses entendidos como *status* ou auto-reconhecimento”.

A autora aponta que, em virtude dessa característica, as populações pobres, sejam do Brasil, sejam de qualquer outro país da América Latina, estão suscetíveis a ações de um reconhecimento ou distribuição independentemente delas se autorreconhecerem como grupo desrespeitado. E é neste sentido que se desenvolvem as ações e programas de governo. O outro, por exemplo, o Estado reconhece e procura superar a situação de pobreza, mas sem estabelecer uma relação com as pessoas reconhecidas.

Merece menção o estudo de Carvalho (2006) que se propõe entender o processo de consolidação dos direitos no Brasil, tendo como inspiração o trabalho de Marshall. Porém, diferente do que fora encontrado na Inglaterra, aqui não houve uma sequência lógica na conquista de direitos, pois, com a proclamação da República, teriam vindo antes os direitos políticos dos civis, que, por sinal, somente foram firmados com a atual redemocratização. Nesse meio tempo os direitos sociais oscilaram vertiginosamente conforme a política estabelecida pelo poder executivo. Considerando esse percurso da evolução dos direitos a partir da década de 1930 escreve Carvalho (2006, p. 220),

²³ Teóricos como Nancy Fraser acreditam que o reconhecimento intersubjetivo não é suficiente para alcançarmos a igualdade de fato, precisando haver políticas distributivas.

[...] primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito de voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da seqüência de Marshal, continuam inacessíveis à maioria da população.

Levando em conta todas as digressões a respeito do Brasil realizadas anteriormente a respeito das dificuldades de efetivação do reconhecimento jurídico no Brasil, é preciso dizer que, realmente, embora muitos de nossos problemas sociais ainda não estejam equacionados, dificultado a participação das populações mais pobres nas discussões públicas, não podemos esquecer a existência de espaços legítimos de discussão e enfrentamento, possibilitando a luta pelo respeito aos direitos.

O que Honneth acaba por afirmar é que somente por meio da garantia da liberdade individual de arbítrios externos seja por parte do Estado, seja por parte de terceiros, associada à possibilidade de participação efetiva na formação da vontade pública, sem esquecer a segurança de condições dignas de vida, é que um indivíduo pode ser considerado como moralmente imputável, em outras palavras, reconhecido juridicamente. Evidencia-se, assim, que o reconhecimento recíproco não se restringe exclusivamente à proteção da liberdade individual, mas envolve, em alguma medida, aspectos econômicos²⁴.

Esse sentimento de aceitação, respeito e valorização das expectativas que o indivíduo constrói em relações aos seus pares, possibilita que ele desenvolva um autorrespeito, pois sabe que seus posicionamentos são relevantes na definição das decisões públicas. Honneth (2003, p. 197) afirma o seguinte acerca da formação do autorrespeito,

²⁴ Ao redor da ideia de reconhecimento desenvolve-se um acirrado debate entre Axel Honneth e Nancy Fraser no qual o primeiro sustenta que os aspectos culturais e morais sobressaem-se sobre os econômicos, enquanto a autora canadense acredita que somente essa forma de reconhecimento não é suficiente para garantia de justiça, sendo, nesse sentido, preciso políticas distributivas com vistas à equidade.

[...] um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que podemos chamar de auto-respeito.

Em virtude dos pressupostos para a efetivação do reconhecimento ao nível do direito é que são travadas historicamente as lutas por reconhecimento por parte das pessoas e grupos sociais, que se autoentendem prejudicados por alguma situação que os impossibilite de exercerem sua plena liberdade. Corrobora essa afirmação Mattos (2006, p. 92), quando afirma que: “Em poucas palavras, posso dizer que auto-respeito é o reconhecimento de que sou uma pessoa que tenho capacidades e propriedades que partilho com todos os membros da coletividade pela participação na formação da vontade, bem como a possibilidade de referir-se a mim mesma desse modo”.

A consequência de tal situação de desrespeito é a destruição do entendimento antes mencionado, pois o indivíduo sabe que sua participação na constituição da vontade pública não é considerada por parte dos demais integrantes da sociedade. Isso seria como se ele não tivesse as condições mínimas para expor seus pontos de vista de uma forma racional, capaz de ser entendida pelo restante das pessoas. Da mesma forma, entende que suas pretensões individuais não são importantes e, por isso, não são merecedoras de respeito ou suporte para sua realização. Por hora, essas considerações sobre o desrespeito ao nível jurídico são suficientes, mais adiante retornaremos a ela com mais detalhe.

Passamos agora para a última etapa do reconhecimento recíproco, que Hegel chamará de eticidade. Aqui ocorre a plena realização dos pressupostos éticos, sem a necessidade de fundamentos jurídicos e para além das fronteiras das relações familiares, tendo para o autor seus fundamentos na solidariedade social. Para recuperar tal conceito, Honneth retoma, nesse momento, a dimensão apartada do reconhecimento jurídico, a estima social (respeito social), que permite aos indivíduos entenderem suas características e capacidades pessoais como importantes e socialmente relevantes. É importante lembrar de acordo com Werle (2008, p. 56), que

Honneth fundamenta uma concepção formal de eticidade ou vida boa que serve como padrão normativo de justificação da normatividade. Na esteira de Hegel, ele define o conceito de eticidade como um conjunto de condições intersubjetivas que funcionam como condições normativas necessárias à autodeterminação e à auto-realização. Esse conceito formal de eticidade pretende ser uma ampliação da moralidade no sentido de integrar num mesmo quadro tanto a universalidade do reconhecimento jurídico-moral da autonomia individual quanto à particularidade do reconhecimento ético da auto-realização.

Fica evidente que essa solidariedade não está livre de normatividade, pois ela só é possível mediante o compartilhamento de certos valores pelos membros de uma coletividade social, permitido a eles medirem o quanto sua contribuição pessoal agrega para a realização dos objetivos sociais. Assim, quanto mais seu universo valorativo se aproxima daqueles, mais prestigiados na hierarquia social, maior será o seu respeito social. Dessa forma o horizonte normativo é definido a partir do contexto social vigente, que fornece aos indivíduos uma autocompreensão cultural, ou seja, um quadro de orientação de suas ações.

Escreve Honneth (2003, p. 200) que, “a autocompreensão cultural de uma sociedade predetermina os critérios pelos quais se orienta a estima social das pessoas, já que suas capacidades e realizações são julgadas intersubjetivamente, conforme à medida que cooperaram na implementação de valores culturalmente definidos”. É importante fazermos uma ressalva sobre essa modalidade de respeito social, informando sua vinculação não a sociedades modernas, mas a sociedades estamentais. Aqui, o respeito alcançado individualmente nada mais é que a projeção do *status* do reconhecimento do seu grupo social diante dos demais grupos que compõem a sociedade.

Assim, para podermos entender o reconhecimento recíproco, que atravessa o universo social moderno e ocidental, é preciso fazer a distinção entre duas categorias: honra/reputação ou prestígio social. Quando nos referimos à honra alcançada por algum indivíduo, ela relaciona-se ao modelo de reconhecimento estamental anteriormente comentado. O indivíduo, pela obediência aos valores hierarquicamente definidos, pode alcançar o respeito social entre seus pares de *status*,

porém, pode não o alcançar diante de outros segmentos sociais, pois, antes de ser considerado um indivíduo dotado de experiências particulares é membro de uma determinada comunidade classificada dentro de uma hierarquia social.

Essa condição altera-se com o enfraquecimento da eticidade tradicional sustentada por princípios metafísicos de legitimação, fazendo as obrigações éticas ganharem terra, passam a serem entendidas como o produto de decisões intramundanas, abertas à transformação. Esse processo permitiu o surgimento do sujeito autobiográfico, agora não dependendo mais do *status* grupal para alcançar o respeito social, mas apenas do seu esforço particular.

Conforme informa Honneth, os princípios de honra, responsáveis por assegurar a dignidade humana, acabam sendo incorporados pela ordem jurídica nascente, na forma de princípios universais. Mas, se, por um lado surge, a noção de dignidade humana universal, por outro, permite um crescente processo de individuação dos sujeitos, tendo sua personalidade liberada das obrigações comunitárias, “[...] uma vez que não deve ser mais estabelecida de antemão quais formas de conduta são consideradas eticamente admissíveis, já não são mais as propriedades coletivas, mas sim as capacidades biograficamente desenvolvidas do indivíduo aquilo por que começa a se orientar a estima social” (HONNETH, 2003, p. 205). Os indivíduos passam a estar livres para buscar a forma que acreditam ser a mais interessante de autorrealização. Claro, sendo de alguma forma estruturalmente determinados por condicionantes de classe e sexo, porém, apesar disso, passa a estar à disposição desses sujeitos uma ampla gama de projetos de vida capazes de satisfazer essa necessidade de autorrealização.

Nessa nova ordem social o reconhecimento está vinculado ao modo como os diversos valores presentes na sociedade são hierarquizados garantindo a todos o cumprimento das expectativas sociais. Infere-se daí a necessidade de uma estima entre esses indivíduos, a fim de que contribuam para a realização dos inúmeros projetos pessoais. Nas palavras de Honneth (2003, p. 206), “[...] tudo na nova ordem individualizada do reconhecimento depende, por conseguinte, de como se determina o horizonte universal de valores, que ao mesmo tempo deve estar aberto a formas distintas de auto-relação, mas que deve poder servir também como um sistema de estima”.

É justamente essa característica de pluralidade de valores a fonte dos conflitos sociais, em função da inexistência de um conjunto único de valores transcendentalmente legítimos. Os vários grupos sociais partem em direção à esfera pública buscando a afirmação daqueles

valores, que possam lhes proporcionar maior prestígio social, inversamente, rebaixando ou retirando a legitimidade daqueles a que permanecem relacionados a grupos mais fracos. Esse é o cerne das lutas morais no nível da cultura, “[...] nas sociedades modernas, as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida” (HONNETH, 2003, p. 207).

O resultado desse embate entre valores para as populações mais pobres pode significar a construção do que Souza (2003) chama de *hábito* precário, no qual os indivíduos dessas populações passam a se autoentenderem não só como subcidadãos, mas pior, como subpessoas impedindo sua autorrealização. Na visão desse autor, com advento da modernidade e da consolidação da Revolução Francesa, passa a imperar o critério da igualdade entre todos os indivíduos. Esse padrão universal, moral e legal, mínimo de tratamento entre os indivíduos pode ser entendido como um *habitus primário* correspondente às expectativas de realização da eticidade. Porém, considerando a realidade brasileira, Jessé Souza identifica outras duas variantes desse conceito que operam simultaneamente aqui, impactando negativamente na efetivação do reconhecimento jurídico e na solidariedade social. Um seria o *habitus secundário* presente nas populações mais pobres, que, por não apresentarem as disposições necessárias à ideologia do desempenho, sofrem um processo de rebaixamento social:

O *habitus* precário seria o limite do *habitus* primário para baixa, ou seja, seria aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo, seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas conseqüências existenciais e políticas (SOUZA, 2003, p. 63).

No limite para cima, encontrar-se-ia o *habitus secundário* vivenciado pelas camadas médias e altas da sociedade, caracterizado pelo acesso irrestrito ao universo de direitos, sendo reconhecidos como cidadãos de fato. A luta, então, travada na dimensão da solidariedade é pelo reconhecimento das características específicas dos integrantes de

um determinado grupo social, valorizando-a na forma que essa lhe permita autorrealizar-se e ser respeito por ela.

Esta esperada estima social adquire contornos de solidariedade pelo fato de todos os indivíduos interessarem-se pelos outros modos de vida vigentes dentro do quadro valorativo amplo, de uma forma simétrica, sem espécies de distinções ou privilégios. A autorrelação prática resultado da estima social expressa-se num sentimento de confiança emotiva, pois o indivíduo sabe possuir capacidades valiosas socialmente. Essa solidariedade evoca a tolerância às particularidades, garantido a todos sem distinção oportunidade de realizarem suas potencialidades: “Na medida em todo membro de uma sociedade se coloca em condições de estimar a si próprio dessa maneira, pode se falar então de um estado pós-tradicional de solidariedade” (HONNETH, 2003, p. 210). Acrescentam Melo e Werle (2008, p. 188):

Na comunidade de valores, por fim, residirá a terceira dimensão do reconhecimento, que Honneth compreende como uma dimensão da solidariedade social. Para além da autoconfiança e do sentimento de auto-respeito, essa dimensão abrange a esfera da estima social, em que os projetos de realização pessoal podem ser objeto de um respeito solidário numa comunidade de valores.

Surge nessa discussão uma questão de valor significativa referente aos critérios de análise de pertinência de determinados valores ou projetos de vida, haja vista que estes, na sua afirmação, podem, de modo contrário, prejudicar outros indivíduos ou coletividades. Embora, como afirma Honneth, no sentido de garantir a solidariedade, devamos manter uma postura de entendimento e respeito aos mais variados estilos de vida, tal postura não deve ser levada livre, ou seja, tolerar apenas porque é diferente.

Taylor escreve que a par da disposição de aceitação do outro é aconselhável iniciarmos o estudo do seu universo valorativo, pois, assim, ao mesmo tempo em que passamos a conhecê-lo, também modificamos o universo categorial com o qual enquadramos a realidade permitindo um reconhecimento verdadeiro. “A fusão de horizontes funciona através o desenvolvimento de novos vocabulários de comparação, através dos quais podemos articular esses contrastes. [...]

atingimos o juízo de valor, em parte, porque transformamos os nossos critérios” (TAYLOR, 1998, p. 88).

2.2 O não reconhecimento ou o outro que desaparece

Se até agora exploramos o reconhecimento recíproco, assim como o efeito positivo que proporciona aos indivíduos, permitindo sua autorrealização, é importante lembrarmos que, de forma inversa, o não reconhecimento também provoca impactos profundos na autorrelação e autoimagem dos indivíduos. Nesta seção, seguindo os passos deixados por Honneth, abordaremos as consequências da não efetivação desse sentimento de saber-se respeitado pelos parceiros de interação.

Esse fenômeno do reconhecimento recusado provoca feridas no autoentendimento positivo dos sujeitos, pois, como visto anteriormente, ele é elaborado a partir da interação com a figura do outro generalizado e uma vez que este não enxerga o parceiro como alguém digno de respeito e estima provoca uma série de sentimentos, movendo o indivíduo no sentido do desmonte de sua identidade pessoal.

O não reconhecimento pode apresentar-se também em três dimensões diferentes, atingindo a autorrelação prática em cada uma delas, tendo o efeito oposto ao da sua efetivação. Segundo Honneth (2003), é exatamente a não efetivação do respeito esperado o impulso necessário ao desencadeamento de conflitos sociais, quando eles são orientados na direção da restauração das expectativas frustradas, assim como na ampliação dos valores e características a serem reconhecidos como socialmente úteis.

Lembrando a primeira das três dimensões do reconhecimento anteriormente trabalhadas, as relações primárias – cujo laço afetivo entre mãe e bebê e o sentimento de cuidado e compreensão daí resultantes efetivam o amor como reconhecimento, o *ser-consigno-mesmo no outro* – proporcionam o desenvolvimento da autoconfiança na criança. De forma inversa, a agressão física, o abandono e outras formas de maus-tratos, rompem esse laço de confiança, ferindo o próprio entendimento da realidade social desse indivíduo. Explica Honneth (2003, p. 215):

Os maus-tratos físicos de um sujeito representam um tipo de desrespeito que fere duradamente a confiança, aprendida através do amor, na capacidade de coordenação autônoma do próprio corpo; daí a consequência ser também, com efeito, uma perda de confiança em si e no mundo, que se

estende até as camadas corporais do relacionamento prático com os outros sujeitos, emparelhada com uma espécie de vergonha social.

Dessa forma, perdemos a capacidade não só de confiarmos em nós mesmos, mas também nos outros, tornando inviável qualquer forma de acordo ou estabelecimento de padrões de reciprocidade como poderia imaginar-se, pois não acreditamos no cumprimento de qualquer acordo. É importante acrescentar que esse sentimento de vergonha social, oriundo da falta de confiança em si mesmo, repercute de forma direta na esfera pública, inibindo o indivíduo de participar, pelo medo das consequências de seus posicionamentos ou por acreditar na não relevância de seus pronunciados. De forma geral, se o amor e o cuidado ensinam a confiar, os maus-tratos e a negligência fazem o contrário.

Passemos agora à segunda forma de desrespeito, expresso na privação de direitos. Nessa, a exclusão social, assim como a limitação ou diferenciação de acesso às salvaguardas legais e constitucionais, subtrai dos sujeitos o sentimento de possuir igual valor aos demais parceiros da interação, rebaixando-o à condição de sujeito de valor menor ou, até mesmo, de não sujeito. Essa modalidade de não reconhecimento soa como uma afronta a imputabilidade moral do indivíduo que não é considerado no estabelecimento da vontade geral, sendo como se ele não possuísse os atributos necessários à participação na esfera pública das decisões:

Por isso, a particularidade nas formas de desrespeito, como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representa somente limitação violenta da autonomia pessoal, mas também sua associação com o sentimento de não possuir o *status* de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade; para o indivíduo, a denegação de preensões jurídicas socialmente vigentes significa ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral [...]. (HONNETH, 2003, p. 216).

Repetindo a fórmula anterior, se a garantia de direitos universais responsáveis pela dignidade humana e a participação na constituição da vontade geral davam ao sujeito o sentimento de autorrespeito, a sua

negação proporciona-lhe o sentimento inverso. Honneth ressalta que, devido ao fato de essa forma de reconhecimento ser historicamente variável, a forma de desrespeito a ela relacionada não se refere somente à universalização de direitos, mas inclui o alcance de direitos materiais.

Quanto ao terceiro momento do reconhecimento (aquele vinculado à valorização dos atributos pessoais relacionados ao projeto de autorrealização dentro de um quadro cultural historicamente definido), a forma de desrespeito manifesta-se na desvalorização social, em que valores e características associados a determinados indivíduos ou grupos não são reconhecidos, possuindo, dessa forma, menos importância social.

A repercussão de tal fenômeno no plano das experiências individuais opera como se o sujeito soubesse que não encontrará solidariedade alguma para a realização do seu estilo de vida: “Portanto, o que aqui é subtraído da pessoa pelo desrespeito em termos de reconhecimento é o assentimento social a uma forma de auto-realização que ela encontrou arduamente com o encorajamento baseado em solidariedades de grupos” (HONNET, 2003, p. 218). Em outras palavras, o que é afetado aqui é a autoestima, pois sabe que não possui valor para a sociedade.

Assim como para as formas de reconhecimento, Honneth procura os desdobramentos psicológicos e sociais nos indivíduos nas referentes ao não reconhecimento. Afirma, então, que, de acordo com estudos com vítimas de torturas e maus-tratos, é comum o aparecimento da categoria **morte psíquica**. Por sua vez os estudos direcionados à privação de direitos o que temos seria a **morte social** e, por fim, o desrespeito a determinados estilos de vida acarretaria a **vexação**. Conclui Honneth (2003, p. 219-220), “[...] as reações negativas que acompanham no plano psíquico a experiência de desrespeito podem representar de maneira exata a base motivacional na qual está ancorada a luta por reconhecimento”.

São exatamente essas experiências psíquicas a fonte desencadeadora das lutas sociais moralmente motivadas que fazem a ponte entre o sofrimento decorrente do desrespeito e a ação prática pelo estabelecimento de novos padrões éticos. Pois tais reações negativas trazem à tona para o indivíduo o sentimento de não reconhecimento, impulsionando-o na reversão dessa situação. Esse movimento teórico só é possível com o auxílio da categoria *contrachoque*²⁵, desenvolvida por

²⁵ O fracasso repercute nos indivíduos de duas maneiras. Quando é causado por uma limitação na capacidade individual ou motivado pelo não cumprimento das expectativas sociais por parte

Dewey, em que as experiências de fracasso dos indivíduos, quando provocadas pelo desrespeito a expectativas normativas socialmente legítimas, levam-nos a sentimentos como os anteriormente trabalhados por Honneth, gerando uma crise moral. Honneth, com base em Dewey, constitui duas formas de insucesso; enquanto uma delas acaba sendo internalizada pelo indivíduo como seu erro, a outra torna-se motivo de conflitos sociais:

Se as ações orientadas ao êxito fracassam nas resistências com que deparam imprevisivelmente no campo das tarefas vencidas, então isto leva a perturbações técnicas no sentimento amplo; em contrapartida, se ações dirigidas por normas ricocheteiam em situações porque são infringidas as normas pressupostas como válidas, então isso leva a conflitos morais no mundo da vida social (HONNETH, 2003, p. 222).

Enfim, se o fracasso foi motivado pela incapacidade do indivíduo em seguir uma determinada norma, ele a entende na forma de um sentimento de culpa. Mas, se o fracasso é o resultado do desrespeito da norma por parte de um parceiro de interação, gera-se uma indignação moral.

Contudo esse sentimento de sofrimento e a subsequente ação prática de restauração somente ganham a forma de ações coletivas, superando a experiência pessoal, quando existe um entorno político capaz de ampliar tal experiência, fazendo com que outros sujeitos entendam tal situação não como algo isolado, mas o resultado de uma injustiça generalizada. Sobre isto escreve Mattos (2006, p. 96), “[...] a condição para que questões privadas sejam publicizadas é que elas sejam passíveis de generalização. [...] O surgimento de movimentos sociais depende de uma semântica coletiva, isto é, de que a ofensa que eu sinto ressoe da mesma forma ou de forma parecida para outros sujeitos”. Portanto, a perpetuação dessas ações de não reconhecimento contribui na reificação de práticas em que o outro e o mundo são vistos com indiferença, de modo contemplativo, esquecendo-se, assim, o substrato moral necessário a integração/ transformação social. A seguir desenvolveremos com mais calma tal idéia.

dos parceiros de interação. As lutas por reconhecimento são desencadeadas em sua maioria por estes segundo fenômeno.

2.3 Reificação: o esquecimento do reconhecimento

Ao leitor surpreso com o aparecimento de tal categoria no trabalho pedimos atenção, pois explicaremos com detalhes a forma como será tratada aqui. Sua importância deve-se ao fato de Honneth entender alguns processos de desrespeito e não reconhecimento social como resultados da reificação de algumas práticas sociais, levando ao esquecimento do outro como sujeito merecedor de respeito e estima. Porém o autor da terceira geração da Escola de Frankfurt não toma de maneira indiscriminada tal universo conceitual. Pelo contrário, a definição de reificação centralizada na universalização das trocas de mercadorias, assim como a noite cobrindo indistintamente todas as esferas do mundo social, sofre severa crítica por parte de Honneth (2007a).

Embora, adotemos a orientação de Honneth para o conceito de reificação, não podemos deixar passar em branco o fato de ter sido Lukács quem primeiro apresentou tal conceito e, por essa razão, para evitar confusão de entendimento, recuperamos rapidamente o sentido original de tal categoria para em seguida a apresentarmos (já com as críticas devidas).

Tributário do pensamento marxista e das noções de fetichismo da mercadoria, Lukács via na crescente e irrefreável universalização da mercadoria, como meio de troca, a força motriz transformadora da natureza de todas as relações sociais, começando na esfera do mercado e espalhando-se para todas as demais. Lukács afirmava que as raízes, tanto das relações objetivas, quanto subjetivas, estavam nas relações mercantis que os homens estabeleciam entre si na sociedade burguesa por intermédio das trocas de mercadoria. Assinalava que, embora a troca de mercadorias não fosse um fenômeno exclusivo da modernidade, é nesse período histórico que se torna o mediador universal das relações humanas, exercendo influência decisiva nas estruturas da sociedade, chegando até o ponto de fazer dela seu espelho. Para Lukács (1989, p. 99), “[...] a forma mercantil deve [...], penetrar o conjunto das manifestações vitais da sociedade e transformá-las a sua imagem, em vez de estabelecer apenas uma ligação exterior entre os processos, por si mesmos independentes dela e orientados para a produção de valores de uso”.

No campo objetivo, surge um mundo de coisas acabadas e relações entre coisas, e, no campo subjetivo da própria atividade do homem, a idéia de que a mercadoria – forma objetivada dessa ação – seja regida por leis sociais exteriores a ele e, por isso, imutáveis, quando

muito apreendidas para um maior domínio sobre a atividade humana. Estabelece-se, assim, uma igualdade superficial entre todos os homens, reduzidos ao *status* de mercadoria. Lukács (1989, p. 102) dá uma definição última das consequências das relações mercantis nos campos objetivo e subjetivo, afirmando que

[...] o princípio da igualdade formal só pode fundamentar-se na sua essência como produtos do trabalho humano abstrato (portanto formalmente igual). Subjetivamente, essa igualdade formal do trabalho humano abstrato não é apenas o denominador comum a que se reduzem os diferentes objetos na relação mercantil, torna-se também o princípio real do processo efetivo de produção das mercadorias.

Dessa forma, a relação de troca de mercadorias adquire a aparência de ser a única forma possível de troca e as relações entre os homens aprendidas como sendo coisas em si mesmas. Essa transformação nas formas de produção, juntamente, com a divisão do trabalho alcança o nível psicológico do homem que acaba tendo a sua personalidade arrancada do corpo e objetivada frente à racionalização do processo de produção. Tal fenômeno é resultado primeiro da decomposição racional da produção (especialização), segundo, da fragmentação do sujeito que passa a ter uma atitude contemplativa em relação à produção da sua atividade social:

Por um lado, com efeito, o seu trabalho face ao conjunto da sua personalidade – já realizada pela a venda da sua força de trabalho como mercadoria – é transformado em realidade quotidiana duradoira e insuperável, a tal ponto que também aqui a personalidade se torna espectador impotente de tudo o que acontece a sua própria existência, parcelada isolada e integrada num sistema estranho (LUKÁCS, 1989, p. 104).

Dessa forma, para Lukács (1989, p. 114), “foi o capitalismo que pela primeira vez produziu, como uma estrutura econômica unificada para toda a sociedade uma estrutura de consciência – formalmente – unitária para o conjunto da sociedade”. Essa racionalização capitalista deve alcançar todos os domínios da vida, assim, produzindo e

reproduzindo o sistema, invadindo todas as esferas sociais, como um sistema de leis universais e inquestionáveis.

Lukács identifica, dentro da estrutura moderna da divisão do trabalho, juntamente com a crescente racionalização e burocratização, entraves à tomada de consciência, pois o homem transformado em mercadoria no processo de produção, embora seja desumanizado, ainda mantém a mente livre, podendo objetivar-se. Porém o homem dominado pelas estruturas burocráticas termina por ter seu corpo e mente reificados.

São exatamente os fenômenos de perda de sentido das ações associados à invisibilidade a que alguns indivíduos são submetidos na cotidianidade o ponto pelo qual Honneth une as categorias reificação e desrespeito. Mas, diferentemente de Lukács, ele atribui tal situação ao esquecimento do princípio fundador das sociedades políticas, o reconhecimento, seja pela burocratização exagerada das instituições ou, mesmo, pela afirmação de valores que neguem a integridade de outros indivíduos.

Como dissemos antes, Honneth realiza severas pontuações sobre a compreensão do fenômeno da reificação tal como exposto por Lukács. A primeira delas refere-se ao fato de Lukács não deixar claro do que se trata exatamente o fenômeno da reificação, podendo ser um erro categorial epistêmico²⁶, uma ação moralmente reprovável ou, enfim, uma práxis distorcida da sua totalidade. Porém, de forma geral, o fenômeno é entendido como a perda dos aspectos humanos e qualitativos das relações em virtude de necessidades funcionais do capitalismo, sendo assim, objetos e pessoas são tomados como coisas. Tal atitude, por sua vez, acaba repercutindo na percepção e práxis dos indivíduos em relação ao mundo, que adotam uma postura de distanciamento da realidade.

Na leitura que Melo (2008) faz da obra de Honneth haveria três grandes indícios não só na esfera econômica, mas também na literatura e ciências médicas, indicando uma crescente reificação das relações pessoais nas sociedades atuais. Esses se expressariam no enorme volume de romances explorando a economização da vida cotidiana nos quais os indivíduos se tratam tal como objetos sem vida; o outro seria a adoção de comportamentos que violariam nossos padrões morais e éticos como o fortalecimento da indústria das barrigas de aluguel em que as pessoas realmente se tornam mercadorias no sentido estrito da palavra; e o último desses sinais manifesta-se no campo das ciências

²⁶ Limitação ou dificuldade de entendimento da realidade.

dedicadas ao estudo do cérebro, pois apontariam a efetivação dos sentimentos a partir de pressupostos exclusivamente neurológicos, tal como se o ser humano fosse uma máquina, respondendo diretamente a estímulos externos:

Essas diversas abordagens mostram que o conceito de 'reificação' ainda parece ser central e comporta em si um rico potencial de diagnóstico das patologias sociais presentes nas sociedades contemporâneas. A tarefa proposta por Honneth implica investigar se a formulação de Lukács pode dar conta desses novos e diferentes fenômenos (MELO, 2008, p. 70).

Para Honneth (2007a), a explicação dada por Lukács sobre a universalização da reificação oscila entre uma vertente funcionalista, cuja expansão para outros terrenos que não somente o do mercado e da produção é necessária à sobrevivência do capitalismo, e outra, de caráter weberiano, em que o processo crescente de racionalização, presente na modernidade, leva à difusão de ações pautadas por uma razão instrumental. O fenômeno da reificação torna-se tão profundo, que acaba por constituir uma segunda natureza humana. Honneth (2007a, p. 27): *“Según Lukács, tanto os objetos como las personas o las propias competencias y los sentimientos, indistintamente, son experimentados como objetos cósicos tan pronto se los considera en relación con su capacidad de ser aprovechados en transacciones comerciales”*.

Embora Lukács encontre apenas uma fonte para a reificação, não deixa de considerar as modificações provocadas por ela nas várias dimensões da interação social. Isso quer dizer que há uma atitude qualitativamente distinta dos indivíduos de acordo com a dimensão com a qual interagem, a saber, o mundo objetivo, o intersubjetivo e o das vivências pessoais. Assim, há reificação não somente entre homens, tratando-se como coisas entre si, mas também em relação à natureza tratada como bem à sua disposição, chegando, por último, a tomar instrumentalmente suas próprias características psicológicas e físicas como coisas.

Apesar disso, Honneth infere que para Lukács o importante no fenômeno da reificação está nas atitudes daí resultantes e não tanto nas suas causas. Sendo a maior consequência a adoção por parte dos indivíduos de uma postura de observação sem influência sobre o mundo circundante, ou seja, uma práxis esvaziada, apenas contemplativa e

indolente em relação às dimensões da vida social. Honneth (2007a, p. 29), “[...] *el sujeto ya no participa activamente en las acciones que tienen lugar en su entorno, sino que es situado en la perspectiva de un observador neutral a quien los acontecimientos dejan psíquica y existencialmente intacto*”.

De uma forma indireta, podemos considerar, portanto, a reificação como uma **práxis distorcida**, respondendo à crítica inicial de Honneth. Agir este exclusivamente orientado pela racionalidade instrumental, em que os fins são a ampliação e o aperfeiçoamento da produtividade a serem extraídos do ambiente e do homem, como também o aumento do controle sobre a contingência. Quando tais atitudes acabam inseridas em processos de socialização, não só garantem sua reprodução na forma de uma *long dureé*, mas também invadem todas as esferas da vida. É isto o que garante não só a tridimensionalidade da reificação²⁷, mas também a sua reprodução, para o autor de *Luta por Reconhecimento* (2003).

Como pode ser intuído, Honneth não abandona o conceito, pelo contrário, tenta lê-lo pela perspectiva da Teoria do Reconhecimento. Contudo, afirma que Lukács cometeu dois erros: (a) ter como ponto de referência de sua crítica da reificação um conceito abstrato de práxis, ou seja, a falta uma definição positiva, normalizadora desse conceito, pois apenas o define na sua realização distorcida; (b) conferir demasiada importância à expansão do intercâmbio de mercadorias como responsável pela mudança de conduta dos indivíduos. Essa postura de distanciamento e neutralidade que as ações reificadas promovem pode ser considerada como a marca da filosofia e da ciência moderna – separação entre sujeito e objeto, o que, de certa forma, impede o entendimento das estruturas da existência humanas, marcas distintivas da ciência e sociedade burguesas para Lukács.

Justamente nesse ponto, Honneth estabelece uma aproximação entre Heidegger, Lukács e o seu próprio pensamento, pois identifica em ambos os autores uma crítica não só ao pensamento moderno, mas também ao projeto da modernidade, calcado em uma racionalidade instrumental, cegando os indivíduos, tornando-os incapazes de assumirem a perspectiva do outro, ou seja, de adotar uma postura de reconhecimento, haja vista presos que estão em comportamentos instrumentalizados e reificados. Porém, Honneth diminui, senão elimina a influência marxista do conceito.

²⁷ A reificação poderia estar presente nas dimensões do mundo objetivo, subjetivo e interpessoal.

Com base na definição negativa de práxis²⁸ identificada por Lukács e criticada por Honneth, este, por sua vez, propõe um modelo normativo positivo, que chamará de *práxis de implicação*, em que o sujeito manteria um posicionamento de interesse existencial com a realidade, enchendo-a de sentido, superando a separação sujeito/objeto, e, ao mesmo tempo, garantido uma ampliação do reconhecimento, estendendo-o não só às relações intersubjetivas, como também ao mundo objetivo e ao autorreconhecimento. Sobre esse comportamento engajado escreve Melo (2008, p. 72):

Com a distinção lukacsiana entre aquele que adota uma postura de observador e aquele que toma uma atitude de participante, Honneth pretende reatualizar o conceito de reificação, de modo que a distorção de uma práxis originária seja entendida a partir de uma relação participativa do sujeito consigo mesmo ou com seu mundo circundante.

Tal ação comprometida vai aproximar-se, conforme Honneth, do conceito de cura (*sorge*) elaborado pelo autor de *Ser e Tempo*. Para Heidegger, a reificação encontra-se precisamente na distorção ou erro de caminho da ontologia tradicional, que perde a dimensão do cuidado com o outro, ao mesmo tempo em que o homem passa a relacionar-se com o ambiente e entre si apenas como disposição para outra coisa, neste caso, a produção. O domínio da razão instrumental e da técnica torna disposição tudo o que toca, inclusive, o homem, definido pela sua disponibilidade para a produção na forma de força de trabalho. Dessa forma, a condição humana é colocada em risco.

Então, o que passa a definir os entes é sua disponibilidade para a produção graças às ferramentas da técnica moderna, uma vez imersos e instigados pelo que Heidegger chamará de composição (*Gestell*), “[...] ou seja, [aquilo] que desafia o homem a desencobrir o real no modo da disposição, como disponibilidade. Composição (*Gestell*) denomina, portanto, o tipo de desencobrimento que rege a técnica moderna, mas que, em si mesmo, não é nada técnico” (HEIDEGGER, 2002, p. 24). Como podemos perceber, no nível da composição não há menor

²⁸ Definição negativa, pois Lukács apenas identifica a práxis já comprometida pela reificação, deixando em aberto uma definição positiva, a qual Honneth (2007a) chamará de *práxis de implicação*.

possibilidade de haver reconhecimento, seja da forma como for, pois a razão ali dominante orienta-se para a dominação. Na *Gestell*, até mesmo o mundo transformado em paisagem, criticado por Lukács desaparece, já que a paisagem também é posta à disposição.

Para Honneth (2007a, p. 43), enfim, “*Como Heidegger, Lukács también supondría que las condiciones reificadas solo constituyen un marco de interpretación falso, un velo ontológico detrás del cual se esconde la facticidad de la forma efectiva de la existencia humana*”. Assim, é como se a reificação fosse um véu cobrindo os olhos humanos para a condição da existência humana, fazendo-os esquecer a primazia do reconhecimento como base ontológica de qualquer relação. Honneth busca justificar tal afirmação, a partir dos estudos da psicologia social, principalmente dos realizados por Mead e Cavell²⁹.

As razões da perda do reconhecimento (reificação) para Lukács encontravam-se somente nos aspectos econômicos e nas relações daí advindas; para Heidegger, no desvirtuamento da razão e na dominação da técnica sobre a realidade. Porém, ao proceder dessa maneira, esquecia-se de toda uma gama de práticas de desrespeito que não podiam ser vinculadas à esfera da economia e das relações de produção e consumo ou, mesmo, dos sistemas de pensamento, por exemplo, como cita Honneth (2007a), o racismo ou o tráfico de pessoas. Para ele, o esquecimento do reconhecimento encontra-se na reprodução institucional.

Como vimos, para Honneth, o reconhecimento faz parte da condição humana, sem o qual nenhuma forma de contrato ou conhecimento é possível. Portanto, a reificação ou não reconhecimento pode ser entendido como esquecimento dessa condição, sendo nas sociedades modernas resultado de dois fatores: (a) participação em práxis em que o outro assume a condição de objeto de observação, ou (b) que as ações sejam orientadas por um conjunto juízos de valores, que negam o reconhecimento prévio. Podemos tomar como exemplo, respectivamente, dois casos: no primeiro, a exploração do trabalho e a prostituição; no segundo racismo e outros tipos de preconceitos como os de gênero e credo. Honneth (2007a, p. 137) conclui da seguinte forma:

Ambos casos están caracterizados por el hecho de que algo que se ha dominado intuitivamente con anterioridad [reconhecimento] se desaprende luego, pero solo en el primer caso lo ocasiona el

²⁹ Stanley Louis Cavell (1926 -) filósofo americano.

ejercicio de una determinada praxis, mientras que el segundo es la consecuencia de la adopción de una perspectiva del mundo o ideología específica.

Em linhas gerais a reificação, reconstruindo o argumento de Honneth na sua crítica à Lukács, trata-se do desvirtuamento de uma práxis de implicação ou cuidado, como diria Heidegger, entre os indivíduos, repercutindo não somente nas suas relações intersubjetivas, como também na deles com o mundo objetivo e consigo mesmo. Os aspectos qualitativos das interações são perdidos, restando em seu lugar uma relação entre coisas, orientadas por uma lógica instrumental, vazia de sentido.

Assim, o reconhecimento que deveria ser à base das relações sociais, pois possibilita a capacidade de assumir cognitivamente o lugar de outra pessoa, desaparece em meio a uma série de práticas sociais institucionalizadas, em que a observação dos parceiros de interação – pura e simples – basta por si só ou, quando um conjunto de valores levam a ignorar, sumariamente, determinados grupos sociais ou parcelas da população. Dessa forma, impõe-se uma situação de não reconhecimento, na qual o outro passa a não ser visto como digno de respeito.

Enfim, é inegável a aproximação conceitual – obviamente, considerando seus limites – entre os conceitos de *praxis de implicação*, *cura* e *reconhecimento*, haja vista que todos pressupõem uma predisposição anímica positiva para com o outro. E não uma postura de simples contemplação ou ignorância (reificação). De acordo com Melo (2008, p. 72), quanto a essa categoria contemplação,

[...] Honneth deseja sublinhar aqui menos uma postura de introspecção teórica do que uma atitude de observação indulgente e passiva; e ‘indiferença’ deve significar que o sujeito agente não é afetado por muito tempo pelos acontecimentos, mas, mesmo ao observar, não se relaciona com esses mostrando qualquer tipo de interesse mais próximo.

Portanto, o fenômeno da reificação ou falso reconhecimento ganha aspectos sociais capazes de explicar sua institucionalização, além das fronteiras do mero intercâmbio de mercadorias, atingindo os indivíduos até mesmo naquilo que os tornam únicos – sua

personalidade, impedindo a autorrealização e, conseqüentemente, invadindo a esfera pública, pois, como temos visto aqui, esta depende da capacidade dos sujeitos em se posicionarem e defenderem seus valores sem restrição alguma. Podemos inferir a partir daí que a efetivação da participação e, porque não dizermos, da democracia está vinculada à realização plena do reconhecimento dos indivíduos, pois, do contrário, teríamos um domínio da burocracia estatal surda e cega às demandas efervescentes na esfera privada.

2.4 Reconhecimento e participação

Pode-se dizer que Honneth ao longo de suas obras não tem colocado em destaque o tema dos mecanismos de justificação pública da escolha dos objetivos sociais a serem alcançados em sua Teoria do Reconhecimento nem mesmo o da própria democracia, porém é errado afirmar que isso nunca o interessou como afirmam Melo e Werle (2008). Em artigo³⁰, que discute a concepção democrática de Dewey³¹, fica evidente sua afinidade com tal proposição, como também sua preocupação quanto ao assunto, pois o reconhecimento encontra na democracia o ambiente propício para a sua efetivação.

Na reconstrução do argumento de Dewey sobre o seu modelo de democracia, Honneth (2001) sustenta que duas versões de democracia polarizaram o debate a respeito da autonomia e do papel da participação nas decisões política por parte dos indivíduos na modernidade, a saber, o modelo procedimental e o republicano. O primeiro visa a defender os procedimentos que garantem a participação dos indivíduos nas questões públicas, os mecanismos democráticos em si, livres de conteúdo moral, deixado a cargo dos indivíduos. Neste caso é importante a proteção das esferas de ação, em que os indivíduos possam agir livremente, sem obstruções seja por outros indivíduos, seja mesmo pelo Estado.

O segundo caracteriza-se pela busca do ideal de autogoverno por parte das comunidades, sendo regulado, dessa maneira, por uma concepção de liberdade positiva. Nesse, os indivíduos, pelo uso da

³⁰ Artigo publicado originalmente com o título, *Democracy as Reflexive Cooperation: John Dewey and the Theory of Democracy Today*, na revista *Political Theory*, v. 26, n. 6, dez. 1998. Traduzido no Brasil, está no livro *Democracia Hoje: Novos Desafios para a Teoria Democrática Contemporânea*. Para ver a referência completa consultar a bibliografia do presente texto.

³¹ John Dewey, filósofo norte-americano nascido em 1859 e morto em 1952. Um dos fundadores da chamada Filosofia pragmática americana. Fortemente influenciado por Rousseau e Platão, além de Hegel.

razão, estão libertos tanto dos infortúnios da natureza, quanto dos seus desejos. Acreditam, assim, serem capazes de estabelecerem metas sociais e de cumpri-las, porque seria isso o que qualquer homem livre e racional estaria disposto a fazer.

Isaiah Berlin, em famoso ensaio, questiona as concepções de liberdade e de direito que estão atrás de cada um desses modelos:

O primeiro desses sentidos de liberdade (*freedom* ou *liberty* – vou usar essas duas palavras para significar a mesma coisa), que (conforme muitos precedentes) vou chamar de sentido negativo, essa implicando na resposta à pergunta: ‘qual a é a área que o sujeito – uma pessoa ou grupo de pessoas- é ou deve ter permissão de fazer ou ser o que é capaz de fazer ou ser, sem a interferência de outras pessoas?’. O segundo, que vou chamar de sentido positivo, está implicado na resposta à seguinte pergunta: ‘O que ou quem é a fonte de controle ou interferência capaz de determinar que alguém faça, ou seja, uma coisa em vez de ser outra?’ (BERLIN, 2002, p. 229).

Em resumo, escreve Honneth (2001, p. 66): “Na perspectiva republicana, a lei é a expressão cristalizada da autocompreensão de uma cidadania solidária; para o procedimentalismo, representa medidas precatórias, sancionadas pelo Estado e moralmente legitimadas, de proteção do procedimento democrático em sua complexidade”. Na realidade Honneth apenas resgata o clássico debate, já proposto por Benjamin Constant (1818)³² e ampliado por Isaiah Berlin (1958)³³, quando este diferenciava dois modelos de liberdade – liberdade dos antigos e liberdade dos modernos. É a partir dessas duas compreensões que orientará sua leitura do modelo democrático proposto por Dewey.

Se, de alguma forma, podemos afirmar que, para o republicanismo, os mecanismo de deliberação pública são insuficientes, embora carregados de conteúdo ético e moral, o contrário, pode ser dito do procedimentalismo despido de qualquer moralidade intrínseca ao modelo, mas vigilante zeloso dos mecanismos de deliberação. Em síntese, diz-se que ambos levam em consideração as demandas dos cidadãos no momento da ação do Estado. A crítica de Honneth,

³² Título do artigo: Da liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos.

³³ Título do artigo: Dois Conceitos de Liberdade.

retomando as formulações de Dewey, refere-se ao fato de um lado ter se esquecido do outro, e, na verdade, deveriam estar unidos.

Dewey, fortemente, influenciado por Hegel³⁴ compreende a sociedade como um organismo social em que a participação de cada um contribui para a manutenção e progresso do todo. Dessa forma, o trabalho surge como a grande possibilidade de realização desse feito. A cooperação caracteriza, assim, o modelo de sociabilidade das sociedades modernas. Nesse sentido, não só a autorrealização individual, como também a liberdade relacionam-se à participação na produção material da vida, advinda da divisão do trabalho social³⁵.

A vontade individual nada mais é do que expressão da vontade geral, portanto, cabe ao Estado procurar os meios mais racionais possíveis de garantir que todos possam realizar-se na divisão do trabalho social. Escreve Honneth (2001, p. 74): “Liberdade para Dewey é principalmente a experiência positiva de auto-realização ilimitada que ensina ao indivíduo como descobrir seus talentos e suas capacidades por meio dos quais ele pode, no fim, contribuir com base na divisão do trabalho, para a manutenção do todo social”. O trabalho, ou melhor, a sua divisão leva à cooperação, elemento indispensável para a política para esse autor.

Fazemos agora uma rápida digressão, com o intuito de comentar a diferença que essa concepção de política, tem da elaborada por Hannah Arendt, para quem o trabalho estava vinculado ao mundo social, às coisas da dimensão privada e não das públicas, chegando até mesmo a apontar o fim da política na modernidade, justamente, pela intromissão desse assunto nas discussões da esfera pública.

Voltando ao desenvolvimento anterior, pode ser dito que tanto a política, quanto a democracia dependem, para a sua plena efetivação, de um contexto pré-político, nesse caso a divisão do trabalho, haja vista que a liberdade está atrelada à autorrealização individual e esta só é alcançada, na medida em que o indivíduo, por meio das suas atividades, entende estar contribuindo para o progresso social, sendo a democracia o regime em que isto é possível. Dessa maneira, os indivíduos estariam inclinados a buscarem sua realização na cooperação social.

³⁴ Honneth, como é amplamente sabido, também sofre influência de Hegel, por isso tal afinidade entre os autores.

³⁵ Não podemos deixar de notar a aproximação de tal idéia à apresentada por Durkheim no livro *Divisão do Trabalho Social*, para quem, diante da crescente anomia das sociedades modernas, apela para a refundição das corporações, pois, além dos aspectos materiais, traziam consigo uma oralidade.

Essas, que podem ser consideradas afirmações da juventude de Dewey, na leitura de Honneth apresentam duas limitações: (a) sendo a autorrealização dependente da posição em que o indivíduo insere-se na produção, demandaria já de partida para sua efetivação uma democracia econômica. (b) Busca fundamentar tais elucubrações numa idéia metafísica de homem, em uma “teleologia da natureza humana”. Talvez consciente disso, Dewey promove uma guinada teórica em seus estudos posteriores, em virtude das suas pesquisas acerca da personalidade humana.

Passando, então, a afirmar que a realização humana está dependente da aceitação e do reconhecimento dos seus pares de interação na sociedade. Diante do fato de os indivíduos participarem de vários grupos, havendo o cruzamento de expectativas e hábitos sociais dos mais diversos, sobreviveriam apenas aqueles úteis à constituição da personalidade.

Dewey adota a tese pragmatista em que os indivíduos utilizam o acervo de conhecimentos científicos disponíveis em sua época com vistas a solucionar os problemas que lhes afligem. Sendo assim, quanto maior for e mais qualificada a participação dos indivíduos na perseguição de soluções aos problemas correntes, maior serão as chances de êxito de tal empreitada. Conclusão que o leva à seguinte afirmação nas palavras de Honneth (2001, p. 79):

[...] a inteligência da solução para os problemas emergentes aumenta no grau em que todos os envolvidos podem, sem constrangimentos e com direitos iguais, trocar informações e introduzir reflexões. [...] Sem procedimentos democráticos que garantam a todos os integrantes de sociedade algo como comunicação livre de dominação, não serão solucionados de forma inteligente os desafios sociais.

A partir daí, Dewey parece ter conseguido solucionar o problema não só da metafísica da natureza humana, mas também procedimental da resolução dos problemas coletivos. E faz isso com a adoção do conceito de **público**, entendendo-o como esfera da ação social em que um grupo tenta demonstrar racionalmente quais regulamentações e normas são necessárias diante de consequências não antecipadas decorrentes de outras ações desenvolvidas pelo Estado ou não. O Estado, por sua vez, é constituído por cidadãos que experimentam e compartilham o

sentimento de que devem atuar frente à sociedade na ânsia de controlar uma interação prejudicial aos seus interesses.

O Estado Democrático aparece, assim, como o conjunto de múltiplas esferas públicas responsáveis por garantir o cumprimento de normas e regulamentos, com o intuito de favorecer a autorrealização dos indivíduos ou grupos. Ele deve assumir o papel de guardião das oportunidades de participação igualmente distribuídas e sem constrangimentos entre os cidadãos, permitindo a criação de respeito próprio e autonomia entre eles, por meio da escuta de suas reivindicações. Honneth (2001, p. 83): “Quanto mais ativamente, mais sensivelmente, os públicos reagem a problemas sociais, mais racional o processo experimental por meio do qual o Estado pode alcançar soluções de problemas universalmente aceitos”.

Contudo, Dewey diagnostica que a crescente industrialização, associada à complexificação e individualização das sociedades modernas provocaram uma desintegração social, impedindo o ideal de realização de uma participação política robusta. Dessa forma, é levado a resgatar a idéia de que comunidades políticas demandam, como seu substrato, associações pré-políticas capazes de garantir a integração social para em seguida agir politicamente. A constituição de uma consciência comum que definiria um bem geral a ser buscado, tal como ocorria nas comunidades pequenas, é o passo consecutivo. Nas suas palavras, a grande sociedade deve ser transformada em uma grande comunidade.

Dewey encontrará essa associação pré-política na divisão “justa” e “razoável” do trabalho em que cada um, participando de atividades coletivas, desempenhando uma função particular, seja capaz de perceber a importância de um público democrático, sendo a consciência de cooperação (solidariedade) a substância da ética democrática e da autorrealização.

Com essa afirmação, Dewey fecha os pontos abertos entre as concepções republicanas e procedimentalista, pois a comunidade pré-política, oriunda da divisão do trabalho, torna-se responsável por garantir o interesse dos indivíduos nas atividades políticas, ao mesmo tempo em que a constituição e participação livre e igualitária desse público está assegurada por uma série de normas, que lhes permitem interferir sobre possíveis consequências indiretas de interações sociais.

A **democracia cooperativa reflexiva** de Dewey surge no horizonte da teoria política como mais uma alternativa ao modelo liberal, neste caso atenta à participação dos indivíduos, mas sem perder

de vista o estabelecimento de princípios de justificação pública das decisões.

Como visto anteriormente, o reconhecimento implica uma pré-disposição anímica positiva de solidariedade com vista à promoção da autorrealização dos indivíduos, expressa em três dimensões sociais – relações amorosas e de amizade, jurídicas e culturais. Sentir-se respeitado por si próprio e pelos demais constitui condição inalienável para a autorrealização dos indivíduos.

Esse posicionamento desembocará não só em sentimentos de autoconfiança, indispensável na participação pública, como também de autorrespeito, permitindo ao indivíduo pleno exercício de seus direitos e, por fim, autoestima ou estima social, quando as expectativas e os planos pessoais ou de grupo são tidos como válidos e importantes culturalmente pelo restante da sociedade.

Assim, toda e qualquer relação política, que possa vir a ser instituída vai ter no primado do reconhecimento seu *background* ontológico, pois nós somente nos dispomos a entrar em acordo com outros, se os percebemos como indivíduos aptos não só a respeitar-nos, mas fazer válido o direito por nós de comum acordo determinado, fundando, assim, as bases sociais e jurídicas mínimas para a interação. Isto é o que afirma Honneth.

Por sua vez, Dewey sustenta que o conhecimento racional da realidade só é possível, na medida em que a experienciamos qualitativamente, sendo seus fundamentos encontrados nas interações sociais estabelecidas entre os indivíduos e entre estes e o mundo objetivo circundante, constituindo essa a qualidade original de nossa experiência, o que chamará de *compromisso prático ou interessado*, em outras palavras uma conduta não reificada.

As interações, portanto, não podem ser tomadas como dados isolados do seu universo interacional, pois é ele quem confere sentido à realidade e as próprias ações. Para Honneth (2007, p. 52), “*las reflexiones de Dewey desembocan en la afirmación de que toda comprensión racional de la realidad está ligada previamente a una forma holística de la experiencia, en la que todos los datos de una situación son accesibles cualitativamente a partir de una perspectiva de compromiso interesado*”. Portanto, Dewey, indiretamente, concorda que o conhecimento da realidade, demanda como premissa básica o reconhecimento intersubjetivo.

Dessa forma, reconhecimento intersubjetivo e compromisso interessado como solos das relações sociais permitem-nos realizar uma primeira aproximação entre a Teoria Democracia de Dewey e a Teoria

do Reconhecimento de Honneth, já que ambas são indispensáveis para a apreensão tanto do mundo social, quanto do mundo material, como temos visto até agora. Reconhecimento sem o qual, qualquer relação política não encontraria fundamentos para a sua existência, inviabilizando o estabelecimento de um público político apto a exercer controle sobre as interações em curso, como quer Dewey.

Podemos, ainda, acrescentar que esse interesse (implicação³⁶) demandará participação no trato das questões públicas, não só cobrando a manutenção e ampliação de direitos e serviços, mas também discutindo a própria forma de organização social³⁷. Fica evidente que, sem o reconhecimento intersubjetivo – tomando-o quase como sinônimo de *interesse pelo outro* –, ao invés de preocupação com os temas da esfera pública, teríamos uma postura de contemplação da realidade como se ela seguisse uma ordem natural, podendo ou não favorecer a autorrealização e a autonomia. Como em Dewey, a democracia é a busca da autorrealização garantida por procedimentos que valorizam a formação de públicos políticos; o reconhecimento torna-se vital para a sua efetivação.

O público aparece e mantém-se na tentativa de controlar as consequências que uma determinada interação possa trazer a toda sociedade. Dessa forma, aqueles que sofrem ou podem vir a sofrer impactos indiretos organizam-se na tentativa de controlar a situação. Se a divisão do trabalho, talvez, não exercer força de mobilização suficiente para isto e, ao mesmo tempo, se considerarmos que os impactos da interação prejudicam a autorrealização individual, frustrando, assim, expectativas sociais, podemos pensar que experiências de desrespeito possam tranquilamente motivar a constituição de públicos para interferirem na esfera política, pressionando o Estado na garantia das condições de sua autorrealização.

Considerando a afirmação de Dewey de que a democracia está relacionada não somente com a garantia de liberdade em relação ao Estado, mas também deve favorecer a autorrealização dos cidadãos, a superação de experiências de desrespeito faz parte de seu horizonte. Isto é possível, porque aqueles que sofrem tal condição são capazes de mobilização e pressão. Portanto, a presença de grupos organizados,

³⁶ Esta postura de comprometimento com o outro também é chamada por Honneth (2007b) de implicação, presente no padrão de interação de amizade.

³⁷ Quero dizer com isso que os princípios republicanos e procedimentalista fazem-se presentes nessa afirmação.

lutando por reconhecimento pode também ser considerada elemento característico das democracias modernas³⁸.

Assim o Estado ocupa posição ambígua, pois se, de um lado, cabe a ele buscar a solução de injustiças, por outro é ele também o promotor de muitas delas. Porém Pinto (2008) questiona-nos como quebrar essa tautologia e fazer com que o mesmo Estado desrespeitador, possa ser reconhecedor. Ela mesma dá a resposta, recuperando a noção de autorreconhecimento de Honneth. A esse respeito escreve Pinto (2008, p. 50): “É no embate entre o sistema e seus elementos exteriores que se poderá reconstruir o Estado. E nesta inflexão temos de trazer de volta o sujeito auto-reconhecido como o detentor de direitos, que enfrenta politicamente o Estado”. Isto pode ser na figura dos movimentos sociais, da sociedade civil ou, mesmo, dos sujeitos individuais.

Enfim, a democracia como, a forma de governo do Estado, responsável por garantir a autorrealização e autonomia dos indivíduos parece ser a forma mais apropriada de a entendermos na atualidade, haja vista a variedade de valores, as visões de mundo e os estilos de vida presentes nas sociedades modernas, cada qual, lutando por legitimidade, somado à presença de grupos organizados (públicos), pressionando na direção do cumprimento dessas metas. Sendo assim, somente um governo democrático, amparado em processos comunicativos abertos, nos termos aqui trabalhado, é capaz de lidar com a tamanha diversidade atualmente existente, sem, com isso, relegar ao segundo plano os direitos conquistados historicamente.

Dessa maneira, não parece supérflua a participação dos conselhos de direitos nas discussões públicas, porque conseguem captar, por intermédio de uma infinidade de instituições não governamentais, questões pertinentes aos indivíduos em suas esferas privadas, as quais não conseguiriam alcançar a esfera pública de maneira rápida e legítima, se não fosse desse modo. Por essa razão, dedicamos espaço no capítulo anterior à apresentação do objeto de estudo desta pesquisa, aos fluxos comunicacionais estabelecidos entre sociedade civil e governo por meio dos conselhos de direitos. No capítulo seguinte, analisaremos como opera na realidade este universo conceitual.

³⁸Principalmente, em sociedades marcadas pelo multiculturalismo, nas quais estão presentes infinitas de concepções de vida boa.

CAPÍTULO III

O RECONHECIMENTO NO MUNDO DA VIDA

Respeitando o desenho de pesquisa esboçado no primeiro capítulo, no qual definimos ser nosso interesse, em um primeiro momento, perceber a capacidade do CASEMI-COL em captar as demandas dos jovens, o presente capítulo discutirá como os discursos em relação ao atendimento influenciam ou não na execução das medidas. Neste capítulo, consideramos os discursos sobre os jovens e também os canais de comunicação estabelecidos nessa relação.

3.1 Os discursos acerca dos jovens em conflito com a lei

Passamos agora a analisar o conjunto das entrevistas realizadas com os técnicos da instituição anteriormente referida, juntamente com o projeto desenvolvido pelo COL³⁹ que fora apresentado à FASE (sigla) com vistas ao estabelecimento do convênio para a execução do atendimento a jovens, cumprindo medida restritiva de liberdade. Procuramos, mediante essa análise, identificar as categorias orientadoras das ações desses sujeitos confrontando, as diversas fontes de dados.

De acordo com tal documento o projeto de execução de medidas busca respeitar todas as determinações vinculadas à internação de jovens para o cumprimento de medidas socioeducativas em semiliberdade, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo (SINASE). Faz isso observando os seguintes pressupostos:

1.⁰ - Articulação da transição da medida de privação de liberdade para semiliberdade entre as equipes técnicas da FASE o CASE em semiliberdade da Regional de NH e o Judiciário.

2.⁰ - O princípio da *incompletude institucional* priorizado por meio de uma efetiva articulação entre os serviços e programas sociais pelas respectivas políticas públicas fundamentais no processo formativo do adolescente.

3.⁰ - A garantia da *escolarização* com órgãos responsáveis pelo fornecimento da educação formal (em todos os níveis), bem como a

³⁹ Consultar Anexo A.

discussão conjunta de outras formas de educação, buscando a garantia do direito à educação.

4.^o – O fortalecimento do **núcleo familiar de referência**, dando-lhe condições de exercer sua cidadania na sociedade, comprometendo-o como partícipe do processo jurídico social.

5.^o – A oferta de uma alternativa com vistas à progressão de medida e/ou desligamento.

Tais orientações indicam a busca das seguintes metas gerais: (a) superação da condição de exclusão social, e (b) formação de valores positivos de participação na vida social. Além desses, podemos citar alguns dos objetivos específicos da proposta, por exemplo, oportunizar aos adolescentes **padrões de conduta** para a construção de um **projeto de vida**; criar condições ao desenvolvimento de **autonomia responsável, reflexão crítica, solidariedade, ética, dignidade**; propiciar condições de **avaliar a sua trajetória de vida anterior**; por fim, desenvolver a **capacidade de tomar decisões**, considerando o interesse próprio e o coletivo.

Percebe-se, por meio desses eixos orientadores do projeto de execução das medidas, um discurso em que o jovem surge como alguém cujo universo de valores não permitirá uma plena inserção social, levando-o a infringir normas socialmente aceitas, portanto sendo incapaz de gerir de forma razoável sua vida e liberdade.

De acordo com o referido texto, esses jovens não possuem padrões de conduta aceitos como válidos, como também são incapazes de refletir criticamente sobre as suas trajetórias de vida, e estabelecer vínculos de solidariedade, aspectos que se tentarão desenvolver no período da internação.

Como suporte a esse processo de “civilização” dos jovens, são chamadas a contribuir a escola e a família, duas matrizes capazes de, ao lado do CASEMI, realizar a ressocialização desse jovem, permitindo, assim, novamente o convívio social.

Como já havíamos explicado anteriormente, outra de nossas fontes de dados seriam as entrevistas com os operadores do projeto, dentre eles: a assistente social, os socioeducadores, psicólogo, indivíduos que vivem o dia a dia na instituição ao lado desses adolescentes.

Ao longo do processo de sistematização das informações, fomos notando a recorrência de discursos em relação aos objetivos da entidade. Sua importância deve-se ao fato de tais não estarem situados em um

determinado informante apenas, pelo contrário, surgiam de forma recorrente em quase todas as entrevistas.

Organizando os conteúdos das falas, percebemos que elas se orientam ambigualmente ao redor de três discursos:

(a) o da **valorização do indivíduo**, que parece ser o mais forte, pois com recorrência expressões tais como *valorização da personalidade*, *valorização do sujeito* e *não imposição de uma ordem de quartel*, *humanizar a relação*, *fazer eles se enxergarem* são associadas às atividades desenvolvidas no CASEMI. Podemos acrescentar, ainda, as referências feitas ao fato de escutarem os jovens, enxergando-os como sujeitos de direitos e de experiência particulares.

Para Honneth (2003), o reconhecimento interpessoal é responsável por garantir certa segurança ontológica aos indivíduos por meio da geração de expectativas de reciprocidade originadas das ações dos sujeitos. Na medida em que há o respeito das minhas características particularidades, aprendo que tenho as mesmas obrigações diante dos demais parceiros de interação e atuo no sentido de evitar sua frustração.

O outro, nessa perspectiva, não é um vulto pálido, sem forma, mas alguém com o qual, embora não necessariamente se mantenha uma relação de amizade pessoal, sabemos que se deve respeitar e estimar socialmente. O CASEMI, ao se propor um trabalho de reconhecimento das especificidades individuais desses jovens, não os tratando como um aglomerado indiferenciado, cria condições do estabelecimento desse sentimento de reciprocidade e estima, ampliando a potencialidade de autorrealização dos internos:

[...] sob as condições das sociedades modernas, a solidariedade está ligada ao pressuposto de relações sociais de estima simétrica entre sujeitos individualizados (e autônomos); estimar-se simetricamente nesse sentido significa considerar-se reciprocamente à luz de valores que fazem as capacidades e as propriedades do respectivo outro aparecer significativas para a práxis comum. Relações dessa espécie podem se chamar 'solidarias' porque elas não despertam somente tolerância para a particularidade individual da outra pessoa, mas também o interesse afetivo por essa particularidade: só na medida em que cuido ativamente de que suas propriedades, estranhas a mim, possam se desdobrar, os objetivos que nos

são comuns passam a ser realizáveis (HONNET, 2003, p. 211).

No entanto, o segundo discurso orientador das atividades contradiz aquilo que foi afirmado acima.

(b) No discurso da **inserção social**, a preocupação volta-se menos para as experiências ou, porventura, desejos dos jovens, e mais para a retomada da vida em sociedade. Nesse caso, surgem falas do tipo: *preparar para a sociedade, reinserção através da escola e cursos e restituição do jovem à sociedade* – discurso próximo às diretrizes gerais do projeto socioeducativo da instituição, do qual já destacamos trechos anteriormente. São colocadas, aqui, como os grandes objetivos, a escolarização e a inserção no mercado de trabalho. A diferença está na substituição da família pelo trabalho como guia de referência. Podemos aventar que isso seja em virtude do acompanhamento constante das famílias pelos técnicos que não percebem nelas potencial para tornarem-se referência para os jovens. Adiante desenvolveremos com mais atenção a visão sobre o núcleo familiar.

A explicação para a coexistência desse discurso com o da valorização talvez esteja na incorporação dos conteúdos programáticos do projeto institucional pelos sujeitos, como também podemos inferir de uma forte imagem presente na sociedade que sugere que aqueles indivíduos que por ventura descumpriram uma determinada norma devem passar por um processo através do qual aprendam a segui-las.

(c) Por último, há o discurso da **ordem**. Pois, por ser uma medida socioeducativa, ela carrega em si um aspecto punitivo de restrição da liberdade, cabendo ao CASEMI fazer isso. Separamos aqui mais algumas expressões como exemplos do objetivo disciplinador, *impor responsabilidade, orientar e chamar atenção e colocar limites*, isto por meio das regras de funcionamento da casa.

Esses dois últimos discursos, em grande medida confundem-se, porém optamos por separá-los em categorias diferentes, pois não se trata da imposição de uma ordem social, mas do desenvolvimento de um autocontrole em que a irracionalidade dos instintos e dos desejos seja controlada, tirando esses jovens do reino da “selvageria” e trazendo-os para a “civilização racional”.

Dentro da metodologia da pesquisa, consideramos também as observações da rotina de funcionamento, com visitas informais à instituição, nas quais pudemos observar essa imposição de limites. Como exemplo adicional, podemos citar as reiteradas falas dos

socioeducadores para que os jovens não andassem sem camisa, mostrando assim sua autoridade e, se preciso fosse, valer-se-iam de sua posição.

Como já era de se esperar, não encontramos na empiria a realização pura de nossos tipos ideais. Ao contrário, há uma constante tensão entre a dimensão do reconhecimento e da reificação. Por um lado, é evidente, por intermédio do programa da instituição, a tendência de esquecer a vida pretérita dos jovens, considerando-a completamente errada, propondo em seu lugar ações que lhes permitam retomar padrões de comportamento socialmente aceitos. Por outro lado, nas entrevistas, há um claro e inequívoco reconhecimento desses jovens como sujeitos únicos, portadores de direitos, merecedores de respeito e estima cujas experiências passadas não devem ser esquecidas, mas retomadas sob outros enfoques.

Esta ambiguidade parece ser o grande dilema vivido quanto aos objetivos da casa: como mediar o reconhecimento dando voz a esses sujeitos e, ao mesmo tempo, impondo restrições à liberdade?

Embora, haja presença de um discurso normalizador quanto aos objetivos da ONG, também existe a predominância do reconhecimento desses jovens nos termos tais como assentados por Honneth, pois, apesar das limitações práticas e de todas as ambiguidades presentes, o CASEMI, por meio de sua proposta de atendimento, está disposto a enxergar esses jovens. Temos a possibilidade de superação das rotinas não só embrutecedoras, mas também reificantes da interação, nas quais os projetos de vida desse público não importariam e, por isso, não haveria o cuidado em incentivá-los a buscar por outra vida, em que o risco da morte seja menor.

Parte substantiva dos sujeitos que organizam o programa de atendimento no cotidiano não tem esquecido o sentido originário, dito de outra forma, a razão de existir de sua instituição.

3.2 Afinal quem são esses jovens?

Tratamos anteriormente da instituição de atendimento, contudo, não podemos perder de vista a razão de existir dela: os adolescentes. Sendo assim, avançamos agora sobre as imagens que a instituição tem de seu público-alvo, pois será a partir dela que muito do trabalho cotidiano se organiza.

De acordo com alguns dos relatos, esses jovens, desde muito cedo, entram na rede de atendimento social do município, seja em casas de abrigo ou mediante o acompanhamento da sua família pela

assistência social. Cabe destacar que poucos são os jovens de classe média a cumprirem medidas socioeducativas (informação dada pela própria direção do CASEMI e por responsáveis do município).

Passamos agora às categorias construídas com base nas entrevistas, considerando o modo com os entrevistados retratam esses jovens. Novamente dois discursos ganham destaque devido à recorrência com que aparecem nos depoimentos dos informantes qualificados.

O primeiro é o do **jovem sujeito** que é considerado alguém que, independentemente de ter cometido um ato infracional ou não, possui direitos pelos quais a instituição deve zelar, tratando-os com respeito e não com se estivessem ali a cumprir uma pena. São entendidos como protagonistas de suas vidas por mais tumultuadas que se apresentem e não vítimas da pobreza ou da exclusão, mas atores com potencialidades a serem valorizadas e incentivadas. Separamos algumas expressões que denotam isto: *merecem respeito, são sujeitos, cidadãos, alguém com direitos e merecem ser vistos e olhados*.

A segunda categoria que surge no horizonte de análise é do **jovem sem limites**, tomado por impulsos que não conseguem controlar, incapazes de lidar com a liberdade, desconhecendo os limites entre os seus desejos e o respeito ao outro. Em virtude disso tudo, quebraram regras sociais, prejudicando não somente a sociedade com seus atos, mas a si próprios. De acordo com algumas falas, eles são designados como *parcela da sociedade que quebrou uma regra social*, ou ainda que *nasceram bons, mas quebraram algumas regras*. Associa-se a eles também a falta de reflexão sobre suas ações, agindo por impulsividade.

Paralelamente a essas categorias, descobrimos que esses jovens possuem um ciclo de vida particular, marcado por uma curta e intensa duração; é como se vivessem em menos de vinte anos o que se levaria quarenta ou cinquenta anos para viver. Começam a trabalhar ainda crianças; muitas vezes, casam-se e têm filhos antes de alcançarem 18 anos, ao mesmo tempo entram e saem da escola, além de envolverem-se em atos infracionais.

Essas trajetórias fecham perspectivas de futuro para eles, levando um jovem a afirmar que se chegasse aos vinte anos de idade já seria bom, pois encontrava-se jurado de morte em sua comunidade. Também não são raros os casos de assassinato entre os jovens que cumprem medidas socioeducativas, seja em regime fechado, semiliberdade seja logo após o desligamento institucional.

Por isso é importante o entendimento da necessidade de colocar-se no lugar desse jovem, por mais difícil que isso seja, caso contrário,

muitas ações correm o risco de caírem no vazio, não os tocando, haja vista sua trajetória de vida própria. Trata-se aqui da fusão de horizontes, como posto por Taylor, entender o outro não de uma forma abstrata nem relativizar critérios mínimos de avaliação das condutas, mas fazê-los nos próprios termos do interlocutor: “A fusão de horizontes funciona através do desenvolvimento de novos vocabulários de comparação, através dos quais podemos articular esses contrastes. [...] atingimos o juízo de valor, em parte, porque transformamos os nossos critérios” (TAYLOR, 1998, p. 88).

Levando em consideração nossas análises sobre os discursos acerca do jovem cumprindo medida restritiva de liberdade, podemos entender as ambiguidades identificadas quanto aos objetivos da instituição. Pois, na medida em que se tem um jovem merecedor de respeito e reconhecimento, haja vista ter uma história de vida particular, também é necessário impor limites e regras na tentativa de compreender a importância de viver-se em sociedade e as obrigações daí implicadas. Procura-se, por intermédio da medida, estimular a reflexão com vistas ao controle sobre os impulsos e a sua própria vida, evitando a reincidência.

Aos jovens com frequência é associado um imediatismo ao seu comportamento, como se não houvesse futuro, e somente o presente estaria em jogo e, por isso, fosse preciso aproveitá-lo ao máximo. Assim seus comportamentos não seriam orientados de acordo com princípios racionais de avaliação, calculando perdas e ganhos ou possíveis impactos a outros indivíduos, mas, pelo contrário, dominados pelos seus desejos agiriam irrefletidamente.

Quando a instituição propõe-se a desenvolver junto a esse público uma autorreflexão ou autocrítica de suas condutas, na verdade, está tentando disciplinar essas emoções, civilizando o jovem para que passe a pensar nas consequências de cada ação, trazendo-o ao domínio da razão que, até então, esteve ausente em sua vida.

Com base no que escrevemos até aqui, chama-nos a atenção um par de associações em específico; jovem/não reflexivo e adulto/racional. Nesses termos, a palavra jovem parece assumir a função que nas décadas de 1970 e 1980, antes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pertencia à categoria Menor. Esta se referia não somente àqueles com menos de 18 anos, mas principalmente servia para identificar crianças e adolescente em situação de rua ou conflito com a lei, ora como o “menor de idade” ora “menor infrator” ou ainda “menor abandonado”. Essas expressões carregavam em si um forte conteúdo

semântico estigmatizador, retirando dessa população a dimensão da autonomia e do autorrespeito.

Assim, a definição de Menor vincula-se à idéia de que a maioria, para tomar decisões a partir de uma lógica racional compreensível por todos, só é alcançada a partir do momento em que os indivíduos são capazes de assumir ou expressar em público suas razões em relação a uma determinada atitude, fazendo isso sem depender da tutela de ninguém.

Subjacente a essa definição kantiana de maioria, está a de que o conhecimento (esclarecimento) é capaz de libertar o homem da dominação e da submissão, dando-lhe a possibilidade de assumir um lugar na *polis*. Como escreve o próprio Kant (1974, p. 100): “Esclarecimento [*Aufklärung*] é à saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo”. Portanto, de um lado há o jovem impulsivo que não conhece limites e apresenta uma conduta não racional e, do outro, o adulto portador da racionalidade a quem está incumbido o dever de guiar/orientar esses no sentido de alcançar a maioria, ou seja, a razoabilidade.

Essa marcação de lugares é importante, pois, de acordo com a definição de lugares dentro da instituição, cabe ao adulto o papel de tutor do jovem. Citamos a descrição do clima a ser mantido dentro dela⁴⁰: “Um ambiente continente é aquele que possibilita a ação socioeducativa a partir de relações institucionais fundamentadas em proposta emancipatória com os papéis de adultos e de adolescentes bem definidos, mediados por um conjunto de regras claras, construídas participativamente”.

Por essa razão, ouvimos com certa frequência falas que apontavam a necessidade dos socioeducadores não se misturarem com os jovens, mantendo uma postura de respeito e diferenciação. Pois, se cabe ao adulto o papel de modelo de referência racional para os jovens, na medida em que há o entrosamento indiferenciado entre eles, corre-se o risco de perder essa função, prejudicando e dificultando a realização dos objetivos da instituição, que, entre outros, é devolver à sociedade um sujeito racional capaz de controlar seus impulsos.

Ao longo das entrevistas e do projeto de criação da organização, é constante essa tensão entre uma postura de reconhecimento e outra de reificação/integração social. Acreditamos que não haja uma saída objetiva para tal impasse em que possamos afirmar qual seria o aspecto

⁴⁰ Consultar Anexo A.

a investir maiores esforços. Parece-nos que também não se trata de buscar uma posição mediana, porém considerar esse conflito e as tensões daí resultantes como inerentes aos objetivos e ao trabalho desenvolvido.

3.3 O potencial catalizador de demandas da equipe técnica

A fim de alcançarmos os objetivos dessa pesquisa torna-se de extrema importância abordarmos também os discursos em relação à equipe de trabalho interna do CASEMI, explorando as imagens que fazem de seu trabalho. Pois, na realidade, cabe a ela não só o trabalho direto com os jovens internados, mas, além disso, informar à direção o funcionamento e a efetividade ou não dos planos de trabalho e avaliar o comportamento dos internos. Considerando a nossa intenção de mapear e analisar os fluxos comunicacionais internos e externos da instituição, conforme minuciosamente explicado em outra parte do trabalho, é indispensável considerar os discursos da equipe técnica, o elo mais forte entre entidade e público.

A equipe técnica do CASEMI pode ser dividida em duas. A primeira é composta por **profissionais especializados** que prestam atendimento específico aos jovens, como de psicologia, assistência social e enfermagem, a quem cabe a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA). Trata-se de um instrumento de avaliação do comportamento dos jovens por meio do qual não há só o monitoramento da evolução do jovem dentro da unidade, mas ali se traçam alguns objetivos a serem alcançados visando à constituição de um projeto de vida para depois do desligamento:

A elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esses adolescentes e sua família durante o cumprimento da medida sócio-educativa.⁴¹

Ali estará narrado todo o histórico do jovem desde quando cumpria medida em regime fechado.

⁴¹ Programa do Centro de Atendimento Sócio-Educativo em Semiliberdade da regional de Novo Hamburgo – Casemi – Col – SL.

A outra equipe é formada pelos socioeducadores que, anteriormente, eram chamados de monitores. São eles que estão a maior parte do tempo com os jovens, verificando o cumprimento das atividades propostas, garantido o respeito às regras internas da casa, além de auxiliá-los a respeito de qualquer assunto. De acordo com o programa de execução de medidas da instituição, os socioeducadores assumem participação vital para o bom funcionamento das atividades, por isso selecionamos um trecho em que isso fica explícito:

É nas atividades do educador que se evidencia a expressão mais constante do papel pedagógico-terapêutico, uma vez que é, nas 24h do dia a dia, que o espírito da proposta de atendimento se manifesta de forma mais contundente e inequívoca. Dessa forma o sócio-educador representa a referência padrão aos adolescentes e suas atitudes e ações precisam ser o contraponto do mundo até então conhecido como única realidade por esses jovens.⁴²

Por essas razões, podemos inferir que o socioeducador surge nessa relação, substituindo a figura do pai, aquele responsável pelo estabelecimento da ordem. Não é por menos que dos oito socioeducadores somente a educadora referência seja mulher. É como se houvesse uma tentativa de reprodução de um ambiente familiar com suas regras e conflitos. Está implícita a tentativa de construir um referencial familiar que, na visão dos agentes do circuito do cumprimento das medidas, representantes da sociedade civil ou do governo, esses jovens não têm.

Ressaltamos que, embora haja essa divisão de tarefas entre as duas equipes, ambas procuram manter um clima amistoso de trabalho, uma dando suporte a outra quando necessário, pois, conforme o relato dos entrevistados, é preciso que todos estejam em sintonia para a execução com êxito dos objetivos propostos.

A relação das duas equipes com os jovens, apesar de apresentar certas variações, não só em virtude da natureza e da intensidade do contato com eles, constitui canal efetivo de comunicação entre profissionais e jovens. Podemos afirmar que a **equipe especializada** mantém canais de comunicação formais, por exemplo, as consultas

⁴² Programa do Centro de Atendimento Sócio-Educativo em Semiliberdade da regional de Novo Hamburgo – Casemi – Col – SL.

psicológicas individuais, os grupos terapêuticos, grupos operacionais e os atendimentos da assistente social. Por outro lado, a **equipe não-especializada**, por estar em contato diário com os jovens, mantém-se constantemente aberta ao diálogo.

Dedicaremos agora um espaço para aprofundar em maiores detalhes essas comunicações. Como explicamos no desenho de pesquisa, são nesses processos que nascem aquelas comunicações não especializadas que, mais tarde, poderão alcançar um nível maior não só de especialização, mas de normalização da vida. De acordo com Habermas (2003, p. 84):

[...] a formação institucionalizada da opinião e da vontade precisa abastecer-se nos contextos comunicacionais informais da esfera pública, nas associações e na esfera privada. Isso porque o sistema de ação político está embutido em contextos do mundo da vida.

Entendemos que são esses espaços objetos de nossa atenção que apresentam o maior potencial de captação de demandas. Passemos, pois, à análise deles.

Os Grupos Operativos (GOs) ocorrem uma vez por semana, e são coordenados pela assistente social geralmente com a presença da direção da instituição. Deles participam todos os jovens internos presentes na unidade naquele dia. É o espaço em que podem fazer suas queixas e ponderações seja em relação ao ambiente físico, sugerindo modificações, seja quanto ao manejo das regras estabelecidas. Esse momento também é utilizado para informes formais tais como avisos sobre desligamentos ou incorporações de novos internos. De acordo com o projeto da instituição:

Este tipo de atendimento possibilita a resolução de problemas comuns aos participantes, contribuindo no desenvolvimento da iniciativa e capacidade de tomar decisões levando em conta os interesses individuais e coletivos, se concretizando nas discussões de dificuldades de convívio entre os adolescentes e necessidades específicas de organização para o desenvolvimento da tarefa⁴³.

⁴³ Programa do Centro de Atendimento Sócio-Educativo em Semiliberdade da regional de Novo Hamburgo – Casemi – Col – SL.

Passamos agora para as falas em relação a esse espaço. Procuramos levar em consideração dois aspectos principais: a importância conferida ao GO e a sua efetividade. A respeito desse espaço, ele pode ser categorizado de duas maneiras: **participativo** e de **reforço da ordem**. A dimensão participativa reside no fato de ser um espaço irrestrito de pronunciamentos, sem limite de temas a serem abordados nem de quem se expressa. Não há representação, todo jovem presente na unidade pode manifestar suas opiniões, sugerindo melhorias ou fazendo queixas.

Ali também, de comum acordo, são estabelecidas algumas regras. Citamos um exemplo que nos foi comentado quanto ao uso do cigarro⁴⁴: os jovens organizaram-se e, por meio do GO conseguiram a definição de horário e local para poderem fumar.

Com frequência é definido como espaço de escuta e diálogo por meio do qual se estabelece uma relação de confiança, dirimindo conflitos. Citamos a seguir um trecho de um dos membros da direção se referindo ao GO. “Assim evitamos ter conflitos, pois qualquer problema pode ser resolvido dentro do GO melhor do que de qualquer outra forma violenta. Ele é pensado para minimizar a violência do que de qualquer outra situação” (Membro da direção do CASEMI). Dentro da instituição é o espaço formal mais democrático. Contudo, merece ser dito que não é um espaço totalmente deliberativo, pois os debates ali realizados, em última instância, dependerão da direção para a sua efetivação.

O discurso da ordem também essa presente no GO, pois, em alguns momentos, afirma-se tratar-se de um espaço de orientação em que os jovens são informados das regras a serem obedecidas. Além disso, alguns pedidos ali efetuados, geralmente referentes a bens de uso coletivo, por exemplo, bolas ou aparelhos eletrônicos, são disponibilizados somente se outros não foram estragados pelos próprios jovens ou, ainda, conforme seu comportamento. Evidencia-se, dessa forma, uma tentativa de controle e disciplinamento dos adolescentes.

Como mencionamos anteriormente, além dos grupos operativos, outro momento de interação entre equipe técnica e jovens é o Grupo Terapêutico. Grupos formados por cinco ou seis jovens reúnem-se semanalmente para discutirem suas experiências, mediados por um técnico (psicólogo). Esse espaço é dedicado não tanto para assuntos da operacionalização da casa, mas à expressão livre dos sujeitos. Segue abaixo a caracterização desse momento:

⁴⁴ Aqui não pretendemos afirmar se tal hábito é bom ou ruim, apenas temos a intenção de mostrar a disposição da organização em ouvir os jovens.

Os aspectos trabalhados no grupo também estão relacionados à diminuição da ansiedade do adolescente frente à privação ou restrição da liberdade, na medida em que é proporcional a conscientização da inadequação de seu comportamento social. A proposição terapêutica essa em promover mudança interna nas características observadas de baixa tolerância à frustração, agressividade impulsiva, uso esporádico ou sistemático de drogas, desinteresse pelo estudo, desrespeito a figuras que representem autoridade, baixa estima e outras avaliadas como comprometedoras do seu desenvolvimento sadio⁴⁵.

A imagem do sujeito desregrado e imediatista, preocupado somente com a satisfação pessoal está claramente presente na proposição dessa atividade, da mesma forma que a tentativa do desenvolvimento da capacidade de refletir sobre a sua vida e entorno, possibilitando um futuro de convívio social pacífico. Contudo, na entrevista realizada com o responsável pela atividade, notamos uma maior atenção não somente para aspectos integrativos, mas também relativos à valorização do sujeito, considerado como detentor de uma experiência de vida, que não pode ser desconsiderada nesses momentos.

Esta nossa afirmação está sustentada na própria forma como é expressa pelo profissional a definição da atividade, preferindo o uso da denominação grupo de vivência ao de grupo terapêutico, nas suas próprias palavras *“é um momento de escuta de colocar para fora”*. De acordo com o mesmo relato, procura-se trabalhar sobre as necessidades e a realidade dos jovens, buscando sempre estabelecer uma relação de proximidade e confiança, para que não seja só um passatempo ou recreação, mas sim um momento de reflexão capaz de impactar na vida de cada um. *“Faço isto para tentar estabelecer uma confiança com eles porque isto é muito complicado, eles vêem a gente na posição de algoz, alguém que está aqui para privá-los da liberdade”*. Os assuntos ali abordados são respeitados e mantidos em sigilo, sendo somente publicizados quando da autorização do grupo, pois isso permite que falem livremente sem medo de possíveis represálias.

⁴⁵ Programa do Centro de Atendimento Socio-Educativo em Semiliberdade da Regional de Novo Hamburgo – Casemi – Col - SI

Há um **cuidado** manifesto na realização desse trabalho, não somente pela disposição em escutar/enxergar esses jovens e o que eles têm a dizer, mas também por incentivar a busca de novos horizontes, apresentando outras realidades, desreificando aquele modo de vida no qual os adolescentes estão imersos.

Destacamos a categoria cuidado, pois ela é importante no entendimento da postura de reconhecimento, nas palavras de Honneth (2007, p. 47), “*el hombre em realidad siempre debe comportarse de la misma manera respecto de su entorno, com implicación e interés, como lo considero también Heidegger en su concepto de ‘cura’*”. Ao contrário do não reconhecimento, pura observação passiva do outro, a postura interessada, cuidadosa, próximo ao que Heidegger chama de *cura*, é elemento decisivo para essa efetivação do reconhecimento.

Dentro do que viemos a chamar de equipe não especializada não identificamos nenhum momento em que, formalmente, socioeducadores e jovens sentam para debater algum tema ou situação, todos os assuntos são resolvidos no dia a dia, no contato diuturno que mantêm. Somente quando algo mais grave acontece é chamada a intervenção da direção.

Os socioeducadores circulam pela casa, acompanhando e assessorando os jovens, procurando conversar e interagir com eles, desenvolvendo jogos e outras atividades. Por meio das entrevistas realizadas com esse grupo, descobrimos que, apesar de esse grupo de profissionais manter uma postura de vigilância, em muitas ocasiões, é procurado pelos jovens para conversar, para solicitar conselhos, tirar dúvidas quanto a assuntos da vida ou, até mesmo, como alguém apenas para escutar seus desabafos.

Evidencia-se uma relação não necessariamente de amizade, mas de respeito, entendimento e confiança entre esses sujeitos, ou seja, realmente, os socioeducadores, na maioria das vezes, assumem essa figura de referência, não necessariamente paterna, mas de companheirismo e amizade, de alguém que não irá expô-lo ou envergonhá-lo na frente dos demais. Podemos inferir disso que os socioeducadores podem ser uma fonte catalizadora de informações sobre os projetos de vida desses jovens, muitas vezes não verbalizados em outros espaços formais. Esse grupo de profissionais, ao mesmo tempo em que representa a disciplina, também é um canal de comunicação importante com a direção.

Reproduzimos a seguir dois trechos de entrevistas com socioeducadores como forma de ilustração do argumento:

Sou mais velho que eles, tenho mais experiência. Não tem um aqui que não tenha vivido parecido com eles, claro, não igual. Tu já tens uma bagagem, então tu ensinas o que vai acontecer, diz como tu eras quando tinha idade deles. Eles perguntam, por exemplo, se no meu tempo tinha droga. Eu respondo que, o que vocês estão passando a gente já passou, só que teve uma cabeça mais centrada para não cometer os erros (SOCIOEDUCADOR).

E:

Eu já conhecia um pouco essa realidade, onde eu trabalhava antes eram jovens empobrecidos, mas não estavam cumprindo medidas, eram jovens de rua (SOCIOEDUCADOR).

Essa proximidade e essa ação cuidadosa explicam-se não só por todos serem do sexo masculino, o que facilitaria determinados tipos de assunto, mas também pela faixa etária, pois apesar de alguns socioeducadores serem jovens ainda pertencem a gerações diferentes, o que pode facilitar na constituição dessa figura de referência. Mas acreditamos que a “intimidade” é garantida pelo fato de a origem social de todos, embora não necessariamente a mesma, ser similar ou, ainda, porque os socioeducadores, devido a trabalhos anteriores, tiveram contato com ela, conseguindo, assim, colocarem-se no lugar dos jovens. Não sendo desse modo, a vida e as vivências desses jovens seria algo inimaginável.

Tal postura aproxima-se do padrão de relacionamento ético apontado por Honneth quando da reatualização do direito em Hegel, ao identificar na amizade, ou melhor, no padrão de conduta a ela implicada, a base para as interações sociais de respeito. Isso porque garantiria autonomia e liberdade com a observância a padrões socialmente definidos, gerando direitos e obrigações de uns com outros:

Se a realização da liberdade individual essa ligada à condição da interação, uma vez que os sujeitos somente podem se experienciar como livres em suas limitações em face de um outro humano, então deve valer para toda a esfera da eticidade o fato de ter de residir nas práticas de interação intersubjetiva; aquelas possibilidades de auto-

realização individual, que essa esfera pôs à disposição, devem ser compostas em certa medida pelas formas de comunicação nas quais os sujeitos podem ver reciprocamente no outro uma condição de sua própria liberdade (HONNETH, 2007, p. 107).

Estabelece-se assim, a possibilidade de assumirmos o lugar do outro abstratamente na interação: embora mantenha meus valores e visão de mundo, consigo compreender as razões e motivações do parceiro. Isso está relacionado ao que Honneth chama de *ser-consigo-mesmo-no-outro* e o padrão de respeito da amizade possibilita-nos abrir mão de nossas mais arraigadas convicções na busca do entendimento.

O socioeducador parece adotar tal postura no contato com o jovem ao manter o papel de referência que é esperado que desempenhe, mas, tendo em vista a vida/realidade do jovem interlocutor, assim é permitida a comunicação entre esses sujeitos, apesar dos lugares antagônicos que ocupam na instituição, pois existe o substrato do reconhecimento mediando a interação.

Acreditamos ter reconstruído os principais canais de comunicação internos do CASEMI-COL, considerando seus objetivos e como eles refletem-se nas práticas cotidianas dos técnicos e socioeducadores em relação aos jovens. As ambiguidades do trabalho desenvolvido pela instituição atravessam não somente os documentos analisados, mas também se verbalizam nas falas e materializam-se nas ações, como pudemos perceber.

Não cabem juízos de valor referentes a essa tensão entre reconhecimento e reificação, afirmando ser boa ou má. Nossa intenção é apenas descobrir em que medida tal fenômeno tem implicações sobre a capacidade da instituição em captar e dar vazão às demandas apresentadas pelos jovens, seja por meio de espaços formais ou informais. Apesar da presença de um discurso orientado à integração desses jovens na sociedade, reafirmamos a existência da consciência em valorizar suas trajetórias de vida, respeitando-os como sujeitos de direitos, superando uma mera posição de observação reificante.

Observação entendida também como não reconhecimento/reificação desenvolvida a partir da rotinização, do simples acompanhamento desses jovens, vigiando-os, pouco importando quem sejam, suas histórias ou projetos de vida. Tal rotina acabaria por encobrir o sentido original da instituição que é favorecer a

autorrealização desses adolescentes e não tanto o cerceamento da liberdade.

Honneth (2007, p. 91) tratando da reificação como esquecimento, escreve:

[...] “reificación” a tal forma del “olvido del reconocimiento”; y con ello nos referimos al proceso por el cual en nuestro saber acerca de otras personas y en el conocimiento de las mismas se pierde la conciencia de en que qué medida ambos se deben a la implicación y el reconocimiento previos.

A seguir avançamos na cadeia comunicativa⁴⁶, observando se existem espaços para a sua continuação e se os enunciados proferidos no atendimento cotidiano alcançam deliberação no conselho, mas, antes disso, é preciso averiguar como, e se esses chegam ao COL, o representante efetivo do CASEMI na esfera pública.

3.4 O COL e as ambiguidades do atendimento

Embora assim o pareça, o CASEMI não é uma instituição independente. Está integrado ao Círculo Operário Leopoldense (COL) como um dos seus projetos e, por isso, reporta-se a ele em muitos aspectos. Dessa forma, muitos posicionamentos do CASEMI são encampados ou não pela organização maior, de acordo com sua visão da sociedade e projeto de futuro. Assim, a seguir, será esse o centro de nossas atenções, a relação CASEMI e COL, considerando-se aspectos como a missão, a visão e a organização do COL influenciam ou não nos posicionamentos da entidade, em sua representação no COMDEDICA, no tocante à temática dos jovens em situação de conflito com a lei.

Nesse intuito, começamos apresentando a “Razão de Ser do COL” divulgada por meio de seus informativos distribuídos entre os vários setores da entidade:

Criar espaços sociais para a elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de projetos na perspectiva de redes para o desenvolvimento

⁴⁶ Embora possa dar a entender linearidade nestas comunicações, queremos deixar claro não se tratar disso, pois os enunciados podem alcançar os espaços seguindo outros trajetos.

local, emancipação e autonomia dos sujeitos com os quais trabalhamos e, ao mesmo tempo, propor e construir políticas públicas e sociais no Município de São Leopoldo⁴⁷.

São esses, *a priori*, os referenciais de orientação de todas as iniciativas da organização.

A partir daí, podemos inferir três eixos de ação da ONG: (a) atuar em conexão com outras entidades municipais na tentativa de superar situações de vulnerabilidade social; (b) respeitar os sujeitos atendidos por seus projetos, valorizando-os como pessoas de direito e trajetória de vida particular, e (c) agir diretamente junto ao governo municipal na elaboração de políticas públicas. Tais orientações podem ser encontradas nas mensagens de seus presidentes, presentes nos mesmos informativos. Neles, evidencia-se o comprometimento do COL com temas relacionados ao fortalecimento de princípios participativos democráticos, de equidade, distribuição de renda, justiça social, autonomia e ações coletivas.

Contribuindo na contextualização da entidade na rede de atendimento do município, lembramos que está presente em vários espaços de deliberação política de São Leopoldo, seja como coordenadora seja apenas participante. A fim de contextualizar a sua rede de atuação citaremos alguns deles: Fórum de Economia Popular e Solidária, Fórum Municipal de Educação Infantil, Fórum de Mulheres, Fórum Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Rede Rua, Conselho Consultivo das Medidas Sócio-Educativas, Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes (COMDEDICA).

A participação nesses espaços dá-se em função dos vários projetos desenvolvidos, como a Casa da Criança e do Adolescente (CCA), Creche Nossa Senhora Medianeira e Centro de Atendimento Sócio-Educativo em Semiliberdade (CASEMI), objeto de nosso interesse. Dessa forma, torna-se um dos sujeitos mais qualificados em temáticas, envolvendo crianças e jovens em São Leopoldo.

Contudo, nosso interesse está centrado nas interações estabelecidas por meio do projeto da semiliberdade, pois trata-se de uma parceria entre Governo do Estado do Rio Grande do Sul e COL, em que este é responsável pela operacionalização do cumprimento da medida de atendimento. A natureza desse convênio possibilita certa autonomia por

⁴⁷ COL em Rede – Informativo do Círculo Operário Leopoldense – COL – Número 2.

parte da direção do CASEMI quanto à gestão dos recursos repassados pelo Estado em relação ao COL, desde que respeitando as rubricas a que estão destinados.

Isso permite maior mobilidade ao programa porque, se, de um lado, fornece um serviço público que não é regido pelas leis da administração pública, por outro lado, mesmo sendo um projeto administrado pela sociedade civil, o financiamento público de boa parte do trabalho permite independência relativa ao COL.

Feitas as devidas contextualizações, passemos às análises dos discursos do COL em relação ao CASEMI e a forma como seus operadores percebem a atenção da entidade promotora em relação ao seu trabalho.

De acordo com as entrevistas, a relação entre COL e CASEMI poderia ser caracterizada segundo duas orientações: uma **administrativa institucional** e outra **ambivalente** quanto à manutenção do projeto. Ressalta-se a dificuldade em realizar tal afirmação, pois os discursos constantemente se cruzam, porém optamos em fazer essa distinção com vistas a facilitar a compreensão do fenômeno em tela.

Se considerarmos as atribuições destinadas ao COL no projeto de execução do CASEMI, o que se destaca é sua função de suporte técnico, regularizando os trâmites burocráticos do convênio com a FASE, além de dar conta de aspectos logísticos da unidade, por exemplo, transporte dos internos e compra de materiais. Soma-se a essa dimensão a preocupação com a formação permanente de seus funcionários, possibilitando a execução de suas atribuições com maior eficiência e qualidade, garantido no final um atendimento mais efetivo.

Esse papel de gestor, com frequência, é ressaltado como sendo a parte que cabe ao COL na execução do trabalho, limitando a interação ao manejo procedimental, não estando de fato imbuída das experiências cotidianas, importantes na apreensão das necessidades do público atendido.

Contudo, esse gerenciamento não é impositivo, caso contrário estaria em completo desacordo aos seus princípios norteadores, anteriormente considerados. De modo inverso, possibilita canais de comunicação com os vários setores da organização, inclusive o CASEMI, consolidando espaços formais de deliberação sobre a orientação dos projetos e rumos a serem seguidos. Tais espaços ganham forma nas reuniões do conselho diretor, conselho de gestão e grupos de trabalho de cada unidade e, desse modo, a entidade mantém-se informada a respeito dos resultados e andamentos dos projetos.

Enxergamos uma séria limitação aí, pois, embora muitas vezes deliberativos e democráticos, somente as direções participam, representando suas respectivas unidades. Não queremos com isso afirmar que elas são incapazes de exercer esse papel, mas, por não estarem em contato contínuo, ouvindo e conversando com os jovens, têm importantes limitações na capacidade de colocarem-se no lugar deles.

Embora esses momentos sejam deliberativos, o que confirma a tendência do COL em escutar seus sujeitos, não mantém um vínculo mais estreito e contínuo com a entidade e aqueles que trabalham mais de perto com os jovens. Tem assim enfraquecida sua capacidade de apreensão das demandas, o que reduzirá seu potencial de problematização. Isso decorre da impossibilidade de assumir o lugar do outro, como trabalhamos em capítulo anterior e mesmo em uma das seções deste.

A representação do COL no COMDEDICA relacionada ao CASEMI estaria sustentada pelo que Castello, Lavalle e Houtzager (2006) chamam de *argumento de serviços*. Neste, a organização, por prestar alguma espécie de atendimento que traga melhorias para a vida de uma determinada população, encontra a legitimidade para ser sua interlocutora: “Neste caso, a entidade invoca benefícios outorgados como alicerce da sua representatividade; ou seja, sua atuação na melhoria da vida das pessoas, normalmente, mediante o fornecimento de serviços [...]” (CASTELLO; GURZA LAVALLE; HOUTZAGER, 2006, p. 51).

Não encontramos canais alternativos pelos quais essas comunicações pudessem fluir do interior da unidade até os espaços deliberativos da entidade gestora, pois, além do diretor, ou um ou outro membro, ninguém mais mantém contato sistemático com o COL. Os funcionários, que poderiam assumir a função de informantes privilegiados das falas dos jovens, afirmam não conversarem com ninguém fora da unidade que esteja na sede administrativa, a não ser em ocasiões especiais como confraternizações de fim de ano ou outras datas comemorativas. Cria-se uma espécie de fala entre surdos, pois um acaba não sabendo nada da experiência efetiva do outro.

A outra dimensão, que caracterizamos como **ambivalente**, explica-se pelo fato do COL reconhecer a legitimidade e importância do

trabalho desenvolvido com os jovens, graças aos resultados obtidos⁴⁸ e, mesmo assim, não ter total convicção quanto à continuação do trabalho.

Mesmo com tais sinais positivos, a entidade possui certas resistências quanto ao projeto, não compreendendo com a nitidez suficiente o significado das medidas socioeducativas de semiliberdade, o que caracteriza a dimensão ambivalente da relação.

Com o intuito de ilustrar essas considerações transcrevemos trecho de uma entrevista:

Acho que precisa amadurecer muita coisa precisam entender a essência do trabalho com jovem em conflito com a lei, mas enxergo uma aposta muito maior hoje neste projeto do que em tempos anteriores, o CASEMI já esteve balançado por parte da própria diretoria, direção geral, conselho diretor, não este atual, mas o anterior, porém atualmente estamos mais próximos (MEMBRO DA DIREÇÃO DO CASEMI).

Essa ambivalência do COL já chegou a colocar em risco a manutenção do projeto em períodos anteriores, ao ponto de o conselho de gestão aventar a hipótese de repassar essa tarefa a outra entidade do município. Tal postura pode estar vinculada ao que analisávamos antes, ou seja, a falta de canais de comunicação que permitissem um estreitamento dos laços de pertencimento da unidade à sede administrativa, permitindo maior entendimento do que sejam medidas de atendimento. Assim, o discurso de que CASEMI e COL são uma coisa poderia ganhar corporeidade, ultrapassando o nível da retórica, com os representantes, assumindo o lugar da equipe da casa, e, porque não?, de seus internos diante da plenária do COMDEDICA.

Resumindo, poderíamos afirmar que o COL está aberto à boa parte das comunicações vindas do CASEMI, porém, devido aos restritos canais de interlocução entre os sujeitos que tratam da temática dos jovens, torna-se complicada a representação deles no conselho.

⁴⁸ Reflexo desse êxito é o fato de o modelo de gestão compartilhada desenvolvido em São Leopoldo começar a ser adotado em outras cidades, não só pelos custos mais baixos para a execução das medidas, mas pela qualidade do serviço, que é considerado mais humano.

CAPÍTULO IV

O RECONHECIMENTO NA ESFERA PÚBLICA

Após percorrermos os circuitos comunicativos internos, alcançamos o espaço privilegiado da tematização dos assuntos pertinentes ao mundo da vida, a esfera pública, nesse caso, assumindo a forma do Conselho Municipal de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente (COMDEDICA). Dirigiremos nossas análises para a relação entre CASEMI e COL. Nesse caso, pretendemos compreender como se dá a comunicação entre essas duas instâncias, averiguando se as comunicações e demandas captadas no trabalho cotidiano são compreendidas e levadas adiante. Por fim, a atenção estará sobre o COMDEDICA, em que analisaremos os processos de publicização dos temas, vindos da esfera privada, e como eles são repercutidos pelas entidades que o compõem.

4.1 O papel do Conselho

O conselho em tela foi homologado em 1990, seguindo o movimento de abertura democrática que incentivava a constituição de espaços de gestão e deliberação das políticas governamentais municipais, descentralizando o núcleo de poder decisório, acompanhando a expansão participacionista, pois “os conselhos estão inscritos na Constituição de 1988 na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população” (GOHN, 2006, p. 7), trazendo para o debate a sociedade civil, até então alijada da sua capacidade propositiva.

Suas diretrizes procuravam respeitar as orientações do ainda incipiente Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que afirma que o conselho deve ser um órgão **normativo, deliberativo e controlador** das políticas públicas, objetivando, dessa forma, estabelecer as bases mínimas de um atendimento qualificado. A partir daí, são determinadas em seu regimento interno as seguintes atribuições:

I - Estimular e supervisionar os programas de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente no município, exercendo a sua

avaliação prévia e encaminhando à execução pelos órgãos competentes.

a) formular a política municipal de proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução em todos os níveis, em colaboração com o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

II - Criar mecanismos de captação de recursos para o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, gerindo e determinando sua aplicação.

III - Aprovar projetos, programas e atividades com vistas aos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fiscalizando a sua devida aplicação.

IV - Manter intercâmbio com entidades internacionais, federais e estaduais congêneres, visando à difusão e a promoção da defesa dos direitos da criança e do adolescente.

V - Registrar as entidades e os respectivos programas de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente no município.

VI - Conceder ou negar registro de funcionamento às entidades não governamentais do município, conforme art.91 do ECA.

VII - Fomentar o intercâmbio entre os programas e entidades de atuação no município com vistas à ampliação de conhecimentos, articulação da rede de atendimento, mantendo atualizado um diagnóstico da realidade da infância e da juventude dando uma maior identidade nas propostas de trabalho e organicidade nas ações empreendidas⁴⁹.

Quanto à sua composição, ficou definido que seja paritária, dividida entre representantes de entidades não governamentais (com reconhecido serviço de atendimento a crianças e adolescentes no município, essas eleitas por meio de fórum legítimo), e, em São Leopoldo, cabe ao Fórum de Direitos da Criança e Adolescente (FDCA) essa tarefa. Em relação às entidades governamentais, fica expresso que,

⁴⁹ Regimento interno COMDEDICA – Anexo B.

pelo menos, as secretarias de educação, saúde, assistência social e finanças indiquem algum representante qualificado a participar (Cada mandato dos conselheiros é de dois anos).

Embora somente as entidades conselheiras tenham direito a voto, o conselho está aberto a toda manifestação individual ou de outras entidades não conselheiras. O mesmo pode ser dito em relação às pautas: qualquer indivíduo pode encaminhar um tema a ser debatido na assembleia, desde que o faça com antecedência. Com base em nossas participações nas plenárias, pudemos comprovar a efetivação disso, pois em momento algum qualquer indivíduo foi impedido de manifestar sua opinião, mesmo sendo contrária à orientação da maioria.

Com base nas entrevistas com membros do COMDEDICA e outros informantes qualificados, descobrimos que essa disposição de escuta e debate nem sempre esteve presente na ordem do dia do conselho. Muitos são os relatos de que, em gestões passadas, havia um controle por parte do governo em relação aos posicionamentos, para isso cooptava as entidades da sociedade civil. Além disso, as próprias entidades governamentais no comando da mesa diretiva proibiam qualquer manifestação que não as de membros conselheiros.

Outro sinal do clima favorável à constituição de um espaço deliberativo múltiplo é a disposição das cadeiras e, por consequência, dos participantes no auditório da plenária, organizada no formato de um círculo no qual cada um escolhe o lugar que lhe aprouver. O único destaque está na mesa presente na circunferência onde se sentam a presidência e secretaria do conselho. Essa imagem suscita-nos a idéia de circularidade do poder ali estabelecido entre sociedade civil e governo.

Antes de passarmos propriamente às categorias explicativas do fenômeno de nosso interesse, apreendidas por meio da análise das entrevistas e atas do COMDEDICA, gostaríamos de refletir acerca das diferenças de participação entre sociedade civil e governo como também sobre suas consequências na efetivação da deliberação e tematização dos assuntos vindos do mundo da vida, importante para nossa pesquisa.

O atual governo do município de São Leopoldo é administrado pelo Partido dos Trabalhadores⁵⁰ (PT) desde 2005. Devido à organização local do partido, historicamente associada aos movimentos sociais e organizações não governamentais, após assumir o mandato pela primeira vez, muitos integrantes dessa base realizaram a passagem

⁵⁰ Eleito para o quadriênio 2004 – 2008 o atual prefeito Ary Vanazzi reelegeu-se para o período seguinte 2008 – 2012, sendo essas as primeiras vitórias do Partido dos Trabalhadores (PT) para o Poder Executivo Municipal em São Leopoldo.

da sociedade civil para o governo. Esse fenômeno é relevante para as nossas análises e conclusões mais adiante em relação à capacidade tematizadora do Conselho.

Ao longo da pesquisa procuramos descobrir por quais formas a municipalidade interagia com os jovens em conflito com a lei ou cumprindo medidas socioeducativas, pois, embora o CASEMI esteja fisicamente presente na cidade, seus vínculos institucionais mais fortes remetem ao governo estadual.

Em decorrência do processo de descentralização das medidas de atendimentos proposto pelo SINASE, São Leopoldo assumiu a responsabilidade pelos programas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), tornando-se referência nacional graças aos resultados alcançados. A partir da implementação desses dois programas, em 2005, houve redução significativa na quantidade de jovens da cidade no regime fechado e, conseqüentemente, nas demais medidas socioeducativa.

Esses números ganham materialidade por meio do relatório de avaliação do programa de LA e PSC:

Conforme os dados AIG/FASE (2007), A participação percentual de São Leopoldo nas estatísticas de internação da FASE de Novo Hamburgo diminuiu de 45,18% (75 jovens), em dezembro de 2004 para 33,3 (42 jovens) em julho de 2007. Segundo este estudo, São Leopoldo foi o município que mais reduziu as internações, já que, comparando com os dados de 2004 e 2007 houve uma diminuição de 43,56% no número de adolescentes internados no CASE/NH. Atualmente, segundo dados provenientes do CASE/NH na primeira quinzena de agosto de 2009, apenas 16% dos internos são oriundos de São Leopoldo⁵¹.

Tal fenômeno instiga-nos a analisarmos as bases em que este projeto é realizado, suas orientações, objetivos e práticas, pois aí, seguramente, encontraremos as orientações municipais em relação à temática dos jovens em conflito com a lei, ou seja, teremos assim a

⁵¹ Informações contidas no Plano Municipal de Atendimento Sócio-Educativo em Meio Aberto: Refazendo Caminhos e Redescobrimdo a Cidadania.

posição governamental, o que nos permitirá comparar com os posicionamentos dos seus conselheiros nas plenárias do COMDEDICA.

O foco do programa municipal está situado basicamente sobre três instâncias: o **jovem** acompanhado e orientado sistematicamente durante o período do cumprimento da medida; a **família**, garantindo que essa seja capaz de acolher o adolescente da melhor maneira possível; a **comunidade**, conscientizando a população e entidades quanto à importância das medidas de atendimento em meio aberto, visando com isto à inclusão social do jovem.

Esse atendimento, por sua vez, segue três princípios básicos: eficácia, eficiência e efetividade, como está escrito no programa. Visa com isso à inclusão social, educacional e familiar desse público, possibilitando que o jovem se torne uma pessoa e cidadão respeitador do bom convívio social, sem infringir mais nenhuma norma de conduta.

Se até agora consideramos o projeto como um todo, deter-nos-emos agora no tipo de atendimento individual prestado, procurando destacar como esse jovem é enxergado ou não pela municipalidade e os desdobramentos dessa relação. Assim como no CASEMI, após o primeiro contato entre o sujeito a cumprir medida e o técnico da Secretaria de Assistência Social, é elaborado participativamente entre as partes envolvidas um Plano Individual de Atendimento (PIA) em que se buscam conhecer as necessidades do jovem como também valorizar suas potencialidades.

É interessante destacar o acordo estabelecido entre técnico e adolescente com vistas ao cumprimento das obrigações determinadas pelo Juizado da Infância e Adolescência, uma espécie de pacto em que este último responsabiliza-se pelos seus próprios atos durante o período de acompanhamento, enquanto o representante do governo procura garantir a segurança necessária para que este possa desenvolver-se. Citamos abaixo trecho do projeto em que fica explícita a busca pelo estabelecimento de acordos:

No atendimento individual o técnico social realiza, junto ao adolescente, combinações necessárias ao cumprimento da medida de responsabilização desse por seus próprios atos, sem a culpabilização do mesmo. Este atendimento visa fortalecer vínculos com o adolescente para que ele cumpra a MSE⁵² repensando seus atos e incentivar

⁵² Medida Sócio-Educativa.

o adolescente a desenvolver suas potencialidades e lidar com suas dificuldades⁵³.

A par do atendimento individual, ocorrem oficinas temáticas em que vários jovens se reúnem sob a orientação de um técnico para discutirem temas pertinentes às suas realidades, por exemplo, família, drogadição, educação, trabalho e cidadania. Espera-se que, por meio desse espaço, possam ressignificar suas realidades, construindo um novo projeto de vida. Aqui é garantido o direito de fala a todos os participantes, incentivando a participação, diálogo e entendimento.

Essa disposição para o consenso estabelecida entre equipe de atendimento municipal e jovem é indicativa do reconhecimento intersubjetivo, pois há o entendimento de que é preciso ouvir os projetos de vida do parceiro e não basta impor um plano pensado previamente como se todos fossem iguais ou tivessem uma mesma trajetória.

A autorrealização dos indivíduos está vinculada à capacidade de eles se entenderem a partir da relação do outro, em que seus projetos encontram apoio para a sua efetivação:

[...] vai de par com a experiência da estima social uma confiança emotiva na apresentação de realizações ou na posse de capacidades que são reconhecidas como “valiosas” pelos demais membros da sociedade; com todo o sentido, nós podemos chamar essa espécie de auto-realização prática, para a qual predomina na língua corrente a expressão “sentimento do próprio valor”, de “auto-estima”, em paralelo categorial com os conceitos até aqui de “autoconfiança” e de “auto-respeito” (HONNETH, 2003, p. 210).

Para finalizar essas considerações acerca do programa municipal de atendimento a jovens cumprindo medidas sócio-educativas, gostaríamos de tecer algumas palavras em relação ao atendimento prestado à família e também quanto à inserção comunitária desses jovens.

⁵³ Informações contidas no Plano Municipal de Atendimento Sócio-Educativo em Meio Aberto: Refazendo Caminhos e Redescobrimdo a Cidadania.

Com base nas entrevistas realizadas, e analisando o referido programa, a família é pedra angular no entendimento desse fenômeno, pois caberia a ela duas funções primordiais no processo de socialização desses jovens. Primeiro, fornecer a visão de mundo, acompanhada de um universo valorativo por meio dos quais o jovem enxergaria a realidade; segundo, impor limites a esse sujeito para que aprenda a controlar seus impulsos e seja capaz de respeitar os outros.

Se prestarmos atenção nos objetivos e ao que se propõem realizar, neste programa, em parte, assim como nos objetivos do CASEMI, encontramos uma ambiguidade no entendimento desse jovem. Ele é apresentado como alguém sem limites, cuja família não foi capaz de lhe impor limites e, por isso, acabou cometendo um ato infracional. Por essa razão, ambos os projetos aproximam-se, ao buscarem fazer esse jovem refletir sobre sua conduta, repensando valores e projetos de vida, dentro do período de cumprimento de medida, haja vista a família não ser capaz de proporcionar esse momento, de acordo com a versão institucional.

Nesse horizonte, a figura do técnico da assistência social e o socioeducador podem ser associados, pois em ambas as situações é esperado que possam ser a figura de referência para os jovens, apresentando um comportamento racional e equilibrado. São eles que incentivarão a adoção de ações racionais, que acreditam possam reconduzir os adolescentes de volta à escola e ao mundo do trabalho, ou seja, ao convívio social.

Mas, se por um lado é forte o apelo integrativo, a dimensão do reconhecimento não está ausente, pois há uma preocupação e cuidado constantes em **escutar** os jovens, saber o que pensam e esperam da vida. São chamados a **participar** e colaborativamente traçar as diretrizes de orientação da medida. Além disso, há a constituição de espaços em que as experiências de vida de cada um são colocadas à tona, havendo um compartilhamento de sentimentos e visões de mundo.

Entendemos que as comunicações e os acordos estabelecidos entre todos esses sujeitos são de enorme valor no processo de afirmação da autoestima e da estima social, pois sabem que, apesar do ato cometido, continuam respeitados e têm suas histórias e projetos de vida valorizados e incentivados. O fato de não serem desresponsabilizados, nem estigmatizados por seus atos confere a eles a noção de pessoa, em outras palavras, alguém capaz de ser imputável por suas ações, dessa forma, estando apto a participar das deliberações públicas na definição dos objetivos coletivos a serem alcançados.

O fato de não serem considerados vítimas indefesas do sistema, mas sujeitos que por algum motivo infringiram uma norma é um claro sinal de reconhecimento jurídico o que pode favorecer o autorrespeito:

[...] para poder agir como uma pessoa moralmente imputável, o indivíduo não precisa somente da proteção jurídica contra interferências em sua esfera de liberdade, mas também da possibilidade juridicamente assegurada de participação no processo público de formação da vontade, da qual ele faz uso, porém, somente quando lhe compete ao mesmo tempo um certo nível de vida (HONNETH, 2003, p. 1930).

Enfim, novamente, tal como no CASEMI, os discursos da reificação/integração aparecem e disputam espaços com o do reconhecimento. Dessa forma, não podemos dizer que o governo possui uma visão exclusivamente reificante desses jovens como pensávamos, pelo contrário, tal como a sociedade civil, está envolta em uma disputa de valores, em que em determinados momentos sobressaem aspectos mais próximos ao reconhecimento; em outros, à reificação/integração.

4.2 Governo e COMDEDICA

Consideremos agora a atuação do governo em relação ao COMDEDICA. Conforme determinado em lei orgânica municipal, cabe à administração pública a responsabilidade pela manutenção da infraestrutura do conselho, tais como sediar uma secretaria para que pedidos e encaminhamentos possam ser endereçados como também arquivar documentos das plenárias.

O alcance e interferência do governo sobre as decisões do conselho não devem ultrapassar as atribuições anteriormente citadas. Assim, qualquer que seja seu interesse deve ser trazido ao debate para que em plenária possam ser feitas as deliberações legítimas sobre tal pauta. Do contrário, esse espaço poderia ser manipulado, buscando o favorecimento de determinadas organizações ou indivíduos em detrimento das políticas de atendimentos das crianças e jovens da cidade.

Por essa razão, Lüchmann (2002, p. 62) chama atenção para o desenho institucional dos conselhos, pois se não houver mecanismos

capazes de evitar tais problemas, coloca-se em risco o bom funcionamento do mesmo:

[...] mesmo naqueles casos em que os Conselhos são resultado de uma correlação de forças no sentido de efetivamente constituírem-se como esferas públicas legítimas e autônomas, observa-se que a sua capacidade mobilizatória de implementação não segue uma capacidade de sustentação pautada em ampla representatividade e efetiva deliberação.

Com base nas entrevistas e observações das plenárias, realmente, não parece haver uma interferência direta dos interesses governamentais sobre as decisões do conselho. Geralmente, essa relação é explicada a partir de dois conceitos: liberdade e respeito de parte a parte em que o governo considera legítimo e procura acatar as decisões deliberadas, fortalecendo-o como instância representativa do público de seu interesse. Por outro lado, o conselho se mantém aberto e disposto a escutar o governo quando entram em desacordo quanto há algum assunto.

Citamos abaixo dois trechos de entrevistas em que fica evidenciada essa relação de legitimidade:

A política de assistência diz que o Fundo Municipal de Assistência Social, através do conselho municipal é quem delibera os recursos. A Câmara aprova o orçamento e depois quem decide é o conselho, não é o secretário nem o prefeito, embora eles possam encaminhar projetos também. Quem tem a última palavra é o conselho (REPRESENTANTE GOVERNAMENTAL).

O conselho no último período teve uma mudança qualitativa muito grande ele passou a ser mais ouvido dentro do município, respeitadas suas decisões, conseguiu fazer um diálogo mais próximo com o governo (MEMBRO DA MESA DIRETORA DO COMDEDICA).

Embora haja diferenças e desacordos entre as entidades membros do conselho, o governo não usa de seu poder administrativo e financeiro para eliminar o debate, pelo contrário, garante um clima de liberdade, legitimando as decisões ali deliberadas.

Porém, conforme as entrevistas, identificamos uma característica capaz de definir e explicar a participação das entidades governamentais no conselho: o **desinteresse**. Apesar da força dessa palavra, que pode levar ao entendimento de que há uma completa falta de comprometimento com os debates ali realizados, não encontramos melhor termo para explicar essa situação. Dessa forma, os conselheiros adotam uma postura de observação das plenárias, limitando-se apenas a votar, quando são chamados para isso. Não podemos esquecer que, conforme Honneth (2007), é a mera observação do outro ou de uma situação a maior fonte da reificação.

O desinteresse é expresso por dois fatores principais que, em certa medida, autoexplicam-se: (a) pouca afinidade do conselheiro ou a secretaria com a temática em tela, contribuindo para intervenções de pouco impacto ou baixa relevância; (b) constante ausência das plenárias, chegando a inviabilizar votações por falta de *quórum* em certos momentos.

Esse baixo nível de comprometimento com o debate apareceu com frequência em todas as nossas fontes de dados. Em uma das atas o conselho, chega até mesmo a formalizar um pedido endereçado ao prefeito para que tome providências quanto à falta de participação de seus representantes no conselho.

Reproduzimos agora trechos de atas de períodos diferentes em que fica explícita essa participação desinteressada dos representantes governamentais:

No segundo ponto de pauta questionou-se a presença dos governamentais e será pedido um esclarecimento ao executivo, também será encaminhada uma correspondência a Câmara de vereadores comunicando a não participação dos conselheiros indicados. [...] Não foi possível compor a comissão pela falta de representantes governamentais. O conselheiro Claudio Colman ressalta que é responsabilidade do conselheiro participar. Ildo pergunta de quem é o interesse de participar do conselho? O governamental é importante? (ATA 245/2005).

Em uma das plenárias avaliativas do conselho, contou-se o seguinte:

Que as indicações governamentais escolham pessoas que queiram participar e não sejam indicadas (ATA 239/2005).

Rosângela destacou que a ausência das representações governamentais tem agravado essa distribuição de comissões deixando transparecer o descomprometimento do Poder Público e, segundo ela, isso seria contraditório, pois o município vem buscando junto à ABRINQ o selo Prefeito Amigo da Criança (ATA 256/2006).

Em nossas observações, fomos percebendo que, geralmente, eram as entidades não governamentais que chegavam primeiro e, principalmente seus representantes quem se destacavam nos debates. Por fim, nas entrevistas, a grande maioria dos entrevistados citou essa mesma situação, inclusive os próprios representantes governamentais.

De acordo com essa última fonte de dados, os conselheiros governamentais podem ser caracterizados como omissos, obviamente que não podemos generalizar essa afirmação para todos eles ou indicar nominalmente quem sejam, trata-se, na verdade, de uma ação recorrente ao longo do período determinado no estudo:

[...] quando tu tens uma trajetória política que reconhece a importância dos conselhos, tu tens um nível de participação aceitável, porém quando tu participas, pois tem apenas que ocupar aquele espaço por uma questão legal, por exemplo, se você trabalha com outro público, mas tem que ir ao COMDEDICA você acaba tendo uma participação desqualificada (CONSELHEIRO GOVERNAMENTAL).

Tal prática acaba por contradizer a posição do governo de legitimação do conselho como fórum privilegiado na deliberação das políticas de atendimento à infância e adolescência, pois, se é verdade que garante a infraestrutura e respeita às decisões do plenário, ao indicar pessoas pouco sensíveis ou conhecedoras da temática, reduz a

capacidade de argumentação desse espaço, prejudicando os encaminhamentos dali advindos.

Por essas razões, e de acordo com representante do governo, muitas vezes as pautas não são levadas à votação, ao invés disso procura-se alcançar um consenso frágil. Analisando as atas, podemos verificar esse fenômeno da busca pelo consenso sem necessidade de votação e, em poucos casos, podemos observar debates acirrados, em que posições contrárias estivessem em disputa: a mediação e o acordo parecem definir a dinâmica deliberativa do COMDEDICA.

Existem algumas diferenças desse consenso em relação ao teorizado por Habermas, porque aqui há ausência do debate e confronto mediado por critérios racionais, como o teórico alemão afirma ser importante para a constituição de uma opinião pública robusta: “Pode-se dizer que, à medida que um mundo da vida racionalizado favorece a formação de uma esfera pública liberal com forte apoio numa sociedade civil, a autoridade do público que toma posição se fortalece no decorrer das controvérsias públicas” (HABERMAS, 2003, p. 116). É a inexistência dessas controvérsias o que nos chama atenção no caso do COMDEDICA.

Geralmente, todos os temas são colocados em votação, mas não encontramos nas atas grandes debates e, pelas nossas experiências, não se trata de simples omissão na redação das atas, mas sim a inexistência deles. O máximo que há são pequenas discordâncias sobre detalhes dos projetos, por exemplo, de redação ou prazos envolvidos.

Em resumo, a atuação do poder público divide-se em momentos diversos. De um lado, agindo diretamente nas medidas de meio aberto e de serviço à comunidade, em que parece reconhecer as especificidades de cada jovem, tratando-os em uma perspectiva individual. Contudo, no tocante ao COMDEDICA, algumas ambiguidades são percebidas, como fraca e desqualificada participação em alguns setores, porém sem deixar de respaldar as deliberações ali acertadas.

Se em um primeiro momento dedicamos atenção às questões da sociedade civil, principalmente enfocando as dinâmicas internas de atuação do CASEMI e COL, e, posteriormente, a participação do governo no COMDEDICA, chegamos, enfim, a um dos aspectos centrais do trabalho: os discursos em relação ao conselho.

4.3 Os discursos sobre o COMDEDICA

Optamos aqui em ir trabalhando algumas categorias que fomos percebendo ao longo do trabalho de análise dos dados como

suficientemente fortes na explicação da realidade por nós estudada. Assim, após discutirmos cada uma delas, realizaremos uma síntese geral, que, espera-se, seja capaz de explicar o fenômeno.

Com extraordinária frequência, sempre que tratamos de assuntos relacionados ao COMDEDICA, surgem expressões definindo-o como deliberativo, fiscalizador, participativo e legítimo. Cada um desses conceitos exprime alguma das imagens que os sujeitos elaboram ao redor do conselho. Elas, em particular, vinculam-se diretamente às atribuições e características descritas no regimento interno do espaço.

Com o intuito de abarcar essa dimensão em uma única categoria explicativa, decidimos defini-la como **conselho deliberativo/fiscalizador**, cujos indivíduos que o constituem agem na direção de valorizar e defender a realização desses princípios, tendo como premissas o respeito pelo outro e à participação coletiva.

Seguindo essa mesma lógica, por outro lado, teríamos o **conselho cartorial** surgido principalmente da análise das atas e das observações das plenárias. Nele, a dimensão deliberativo-reflexiva do processo perde significativamente importância diante da necessidade de resolução de problemas burocráticos referentes ao conselho, por exemplo, aprovação de registros de entidades novas que desejam ter a autorização do conselho para funcionarem ou dar parecer sobre projetos de instituições não governamentais, que buscam captação de recursos. Assim, o trabalho todo é orientado no sentido do despacho de pendências administrativas. Essas duas dimensões não podem ser encontradas em uma forma pura, tal como as descrevemos. Se assim as apresentamos foi somente como um recurso analítico com o intuito de facilitar o entendimento do fenômeno, pois, na realidade, elas mantêm uma interface constante.

Consideremos a primeira categoria. Ao acompanharmos as plenárias, pudemos realmente notar um clima de livre expressão de qualquer um dos presentes, sendo conselheiros ou não. Não identificamos qualquer mecanismo que pudesse vir a impedir alguma forma de manifestação pública dos sujeitos. Todos são ouvidos e têm suas posições respeitadas, mesmo que não haja concordância geral quanto à fala. Por causa disso, podemos acreditar que, na medida em que algum problema ou tema esteja ganhando forma no cotidiano desses conselheiros ou de suas instituições, eles podem ser tematizados, provocando debate e enfrentamentos, orientados na resolução mais racional possível de tal situação por meio de um consenso.

Outra característica que contribui na constituição da categoria **conselho deliberativo/fiscalizador** é a importância dada à relação com

o governo, que comentamos anteriormente alguns aspectos, em que a entidade governamental respeita as determinações estabelecidas na plenária do conselho, o que lhe confere legitimidade e autonomia suficientes, para efetivar uma das suas atribuições: a de fiscalizar as políticas de atendimento à criança e ao adolescente.

Essa postura de entendimento entre governo e conselho poderia constranger as entidades na sua crítica, haja vista ser o município uma das maiores fontes de financiamento das ONGs de São Leopoldo, isto por intermédio dos convênios para a prestação de serviços. Contudo não é isso que acontece. Exemplo emblemático foi a chamada feita pelo conselho ao prefeito e aos seus secretários para que dessem explicações quanto à redução dos repasses destinados ao atendimento ou, ainda, quando o conselho se posicionou contra um projeto municipal que propunha a construção de uma casa de acolhimento que desrespeitava as orientações do ECA.

Obviamente, essa proximidade entre sociedade civil e governo pode gerar alguns constrangimentos de parte a parte, não só pela questão do financiamento público, mas também por alguns dos integrantes do primeiro escalão municipal terem sua origem nessas ONGs. Porém, verificamos que se esses acontecem, não chegam a comprometer o trabalho do COMDEDICA de fiscalizar o atendimento.

Da mesma forma, as entidades da sociedade civil são acompanhadas em suas atividades a fim de que não descumpram suas obrigações. Isso começa já no pedido de autorização para executar determinada atividade, e prossegue ao longo do tempo, embora as visitas diminuam, passado o tempo de aprovação do registro definitivo. Essa dimensão fiscalizadora encontra-se muito presente não só no regimento interno, onde é definida como uma das suas principais atribuições, mas também ganha força nas falas dos entrevistados, mesmo entre aqueles que não participam ativamente do cotidiano conselhistas.

Por fim, temos a participação: o último componente da construção da categoria conselho deliberativo/fiscalizador. Embora como em muitos conselhos Brasil afora, essa não é totalmente qualificada, o que os próprios conselheiros reconhecem.

Realmente, não podemos negar a tentativa do conselho em cumprir suas atribuições regimentais de deliberação e fiscalização. Porém, ao analisarmos com cuidado as atas, focalizando basicamente o conteúdo das pautas ou acompanhando com atenção as plenárias, outra dimensão do conselho é revelada, complexificando ainda mais sua compreensão.

Quando olhamos somente para os conteúdos das pautas, percebemos um enorme gasto de energia e tempo em atividades em que o conteúdo da política de atendimento está ausente ou aparece diluído. O que queremos dizer com isso? Embora se discuta se uma determinada instituição tem condições ou não de atender todas as exigências expressas no ECA ou, ainda, se tal projeto do governo respeita as necessidades mínimas de atendimento aos jovens, muito pouco se discute o que é realmente um atendimento de qualidade ou o que aquelas pessoas destinatárias de tais políticas pensam ou de fato necessitam e esperam.

O debate não alcança a profundidade necessária, o conselho acaba por não se questionar perguntando-se qual o seu papel ou o das instituições que o compõem, apenas age ou delibera de acordo com as necessidades da ocasião. Não presenciamos nenhum debate sobre quem são os jovens a quem pretensamente se quer atender, nem quais seriam as demandas dessa população. Temos a impressão de que há um descolamento do conselho da realidade cotidiana do atendimento, isso soa, até mesmo, como um paradoxo, haja vista ser o contrário do esperado, porque ali estão as entidades que prestam o atendimento diário às crianças e jovens leopoldenses.

Não queremos dizer com isso que tais entidades realizam um trabalho de má qualidade, não se trata disso. Apenas chamamos a atenção para o fato de elas não levarem à esfera pública, que é o conselho, os problemas enfrentados por elas mesmas ou pelas comunidades e sujeitos com quem trabalham.

As plenárias, além de morosas, burocratizam-se a ponto de parte considerável de seu tempo ser despendido em relatos das comissões de projetos e registros que quase monopolizam o tempo, apresentando seus pareceres. Não que isso não seja preciso, mas, além de demorados, não há defesa de posições com argumentações. Apenas listam os critérios para o fornecimento do registro e, se esses são preenchidos, passas-se à votação do plenário que simplesmente aprova ou não tal parecer.

Assim, seguem muitas plenárias recheadas solicitações de registro ou parecer sobre recursos destinados a projetos. Nesse último caso, a atenção está direcionada a se o projeto apresenta os requisitos mínimos de estruturação interna, se tem objetivos claros e principalmente orçamento bem definido. No caso de prestação de contas, o que é levado em consideração não é se os sujeitos atendidos tiveram suas vidas melhoradas ou qualquer sentimento quanto a tal projeto, mas se os recursos disponibilizados e gastos conferem e

apresentam os registros de pagamentos. A dimensão qualitativa da avaliação do êxito ou não dos projetos não é levada em consideração pelo conselho. Por todas essas questões, ele não é só um conselho com potencial deliberativo e participativo, mas também cartorial, dedicado a registrar entidades e aprovar contas.

Parece claro que o conselho está cruzado, não tanto por conflitos de interesses pessoais ou das entidades entre si, como poderia se imaginar, mas, sim, parece não ter claro para si suas atribuições em uma perspectiva qualitativa, debatendo com pouca profundidade temas importantes aos jovens ou propondo-se a pensar em políticas e ações que incrementem o atendimento municipal a esse público. Temos a impressão de que há o domínio de uma lógica administrativa de eficiência racionalista pelas quais as entidades agem e avaliam-se.

Diante dessa situação, o nó górdio do fenômeno colocado em tela por nós, neste trabalho, está na **ausência de debate** quanto aos critérios de avaliação dos impactos efetivos das políticas desenvolvidas ou, ainda, se determinada medida é válida ou não, eficaz ou retrógrada. Pelo contrário, cerram-se discussões em torno de uma frase mal colocada ou em virtude da falta de dados que impedem uma boa avaliação da pauta por parte dos conselheiros seja de um projeto, seja pedido de registro de uma instituição. Parece não haver uma efetiva preocupação/cuidado por parte das entidades em saber o que os sujeitos alvo de tais ações pensam sobre os projetos ou instituições que lhes atingem.

O debate sobre quem são essas crianças e adolescentes por quem o conselho tem a obrigação de zelar ou o que elas planejam do futuro não está presente nas pautas e nos debates. De certa forma, tal situação enfraquece sobremaneira sua capacidade de ação com vistas a garantir um atendimento capaz de proporcionar condições para esses sujeitos autorrealizarem-se ampliando sua autoestima e autorrespeito. Evidencia-se assim sua face cartorial de aprovar e registrar, dando como verdade alguma situação.

A partir dos dados coletados, podemos realizar algumas inferências quanto às possíveis causas ou fatores ampliadores dessa situação.

Embora haja uma organização considerável das entidades da sociedade civil, representada pelo FDCA⁵⁴, espaço mobilizador das ONGs da cidade, elas ainda se veem às voltas com severas limitações quanto à qualidade de sua participação. Aqui, o problema não é quanto à frequência nas plenárias, que é considerável, mas sim a respeito das suas

⁵⁴ Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente.

intervenções e proposições, o que impacta decisivamente na sua capacidade argumentativa nos momentos deliberativos ou de debate.

Isso as coloca em posição de fragilidade, quando necessitam enfrentar controvérsias com a municipalidade, pois desconhecem leis e regulamentos (por exemplo, o ECA ou algum conhecimento científico capaz de legitimar seus posicionamentos) e estão mais preocupadas com o seu atendimento.

Por intermédio do acompanhamento das plenárias, da leitura das atas e das entrevistas com informantes qualificados, podemos afirmar que as ONGs não conseguem expressar-se na esfera pública, dito de outra forma, publicizar as demandas de seus públicos mais próximos. Tal fenômeno pode ser decorrente de seu aprisionamento no atendimento cotidiano, acarretando a diminuição do engajamento em atividades mais abstratas como no caso o conselho, os fóruns ou as atividades da rede de atendimento.

Trata-se do esquecimento da perspectiva do atendimento como um todo. Assim as entidades das quais se espera a manutenção dos fluxos de poder comunicativo por meio das rotinas de atendimento, esquecem-se da necessidade de tematizar as necessidades surgidas daí, reificando não só a si próprias, mas perdendo sua dimensão reflexiva. Uma das consequências dessa rotinização de práticas é o enfraquecimento da dimensão deliberativa/fiscalizadora do COMDEDICA, expressa na posição meramente observadora que as entidades assumem no conselho.

É por essa razão que Honneth nos chama atenção para o fato de que a reificação ou esquecimento do reconhecimento está relacionado à perpetuação de práticas sociais em que o outro adquire uma posição de observador imparcial. “[...] *si el núcleo de toda reificación reside en un “olvido Del reconocimiento”, las causas sociales de La misma deben ser buscadas en prácticas o mecanismos que possibilitan y perpetúan sistemáticamente tal olvido*” (HONNETH, 2007, p. 136).

Acabam, dessa forma, sem saber como transformar a importante experiência dos seus trabalhos em enunciados minimamente racionais e inteligíveis, que permitiram aos demais membros da esfera pública colocarem-se no seu lugar, possibilitando um consenso mínimo ou facilitando o desenvolvimento de novas propostas e projetos de trabalho.

Se as instituições são minimamente capazes de assumir o lugar de seus públicos, por outro lado, não conseguem verbalizar esse aprendizado, o que, de certa forma, também diminui sua legitimidade dentro do conselho frente à dimensão do governo. Pois, de acordo com a Habermas (1997, p. 89),

[...] as decisões impositivas, para serem legítimas, têm que ser reguladas por **fluxos comunicacionais** [*grifo nosso*] que partem da periferia e atravessam as comportas dos procedimentos próprios à democracia e ao Estado de direito, antes de passar pela porta de entrada do complexo parlamentar ou dos tribunais (e às vezes antes de voltar pelo caminho da administração implementadora). Somente então é possível evitar que o poder do complexo administrativo ou o poder social das estruturas intermediárias que tem no núcleo central se tornem independentes em relação ao poder comunicativo que se forma no complexo parlamentar.

Trata-se exatamente do inverso do que se pode esperar para a consolidação não só de canais regulares de comunicação entre sociedade civil e poder administrativo, mas também de fortalecimento da democracia deliberativa, menos centralizada no executivo.

Quanto às entidades governamentais, sua maior falha relaciona-se à fraca participação. Mas, nesse caso, como vimos anteriormente, referente à presença física. Não são poucos os registros que apontam um frágil comprometimento delas quanto aos debates realizados na esfera do conselho. Essa participação torna-se mais efetiva, somente quando algum dos representantes já possui uma trajetória de militância dentro da temática, caso contrário, a presença deles é basicamente formal, para que o governo não perca este assento no COMDEDICA⁵⁵.

Talvez pela distância dos conselheiros dos públicos representados, ou outras razões, estes não são capazes de problematizar a realidade vivenciada pelas ONGs. Dessa forma, ao mesmo tempo em que têm alta capacidade de realização e efetivação de projetos, possuem baixa capacidade de apreensão da realidade, não chegando a tocar nos interesses dos indivíduos que compõem o mundo da vida.

4.4 Considerações gerais sobre o circuito comunicativo

Em linhas gerais, e com base em tudo que foi analisado até aqui, a grande limitação que pudemos encontrar no COMDEDICA reside na excessiva burocratização e, por consequência, procedimentalização das

⁵⁵ De acordo com o regimento interno, após três (3) faltas consecutivas ou seis (6) intercaladas a entidade perde a cadeira no conselho.

suas atividades. Por essa razão, acaba por deixar muito pouco espaço para o debate e a autorreflexão sobre o seu papel e sobre como alcançar seus objetivos. Dessa forma, os sujeitos-alvo do conselho desaparecem do debate, tornando-se invisíveis. É como se o conselho esquecesse o porquê de sua própria existência, como espaço partilhado entre sociedade civil e governo dotado com capacidade para a democratização e ampliação da participação dos sujeitos na decisão dos rumos da sociedade.

O outro some do horizonte do conselho, nublado pelas nuvens da rotina dos procedimentos burocráticos e não reflexivos. A experiência do trabalho cotidiano é esquecida e não verbalizada, deixando de trazer a dinâmica do mundo da vida para dentro do núcleo de poder, que funciona não pela lógica da ação comunicativa, mas pela da instrumentalidade, impedindo-o de, por si mesmo, fazer essa captação.

Por causa disso, apesar de estar bem clara e presente nas falas dos conselheiros a dimensão da deliberação/fiscalização, com vistas a permitir o desenvolvimento de políticas de atendimento capazes de efetivarem e/ou ampliarem os projetos de autorrealização dos jovens, isso não necessariamente acontece. Podemos então afirmar que há uma supremacia, pelo menos momentânea, da dimensão cartorial sobre a deliberativa.

Com base no estudo aqui desenvolvido, pudemos verificar que o CASEMI, apesar de apresentar rasgos de orientação integrativas/reificantes, possui condições de captar as demandas dos jovens, por meio dos espaços formais anteriormente trabalhados e, principalmente, das comunicações informais estabelecidas no cotidiano, quando, realmente, expressam suas maiores aspirações, abrindo-se na direção do outro.

O socioeducador, mais que um simples referencial de conduta racional ou um guardião das normas institucionais, é um rico canal de absorção das demandas desses jovens, pois, por estar cotidianamente junto a eles, e também por conhecer a realidade experienciada por esse público, tem condições de colocar-se no lugar do jovem, facilitando o entendimento recíproco.

Porém, parece haver uma séria interrupção na circulação desses enunciados aprendidos no trabalho direto, explicado pelas limitadas interações entre COL e sua equipe diretiva e esses sujeitos. Embora haja espaços formais de comunicação e diálogo entre essas duas instâncias, elas não são suficientes e, além disso, não apresentam condições de permitir a sensibilização do quadro diretivo para a temática, os quais são incapazes de assumir a posição do outro.

Essa situação não necessariamente levará à adoção de uma postura de simples reificação, tomando o outro como mero objeto de observação, mas gerará uma ambiguidade no posicionamento da entidade no conselho, pois deixa de problematizar nesse espaço questões pertinentes ao universo dos jovens em conflito com a lei. De fato, eles encontram-se invisíveis nos debates e nas deliberações conselhistas.

Isso não se deve exclusivamente a essa ruptura na comunicação. Deve-se também ao próprio posicionamento das entidades no conselho, transformando o espaço por excelência da deliberação, em um conselho cartorial dedicado à aprovação de projetos de pareceres, sem realizar debates de fundo sobre a sua importância e função para o município, esquecendo o seu sentido último.

Um dos fatores encontrados para essa situação está na participação das entidades da sociedade civil que se encontram presas às suas atividades cotidianas de atendimento, não se atendo à importância de participação na rede de atendimento municipal. Além disso, não trazem para o debate as posições e necessidades apreendidas no seu atendimento. Assim, quem está presente nas plenárias são as organizações com suas visões de mundo e não o interesse dos sujeitos, como poderia se imaginar.

Contribuem para esse esquecimento do sentido primeiro do conselho as entidades governamentais com sua baixa participação nas plenárias do conselho, chegando, às vezes, faltar metade de seus representantes. Tal como as entidades da sociedade civil, elas não trazem as manifestações do mundo da vida, muito embora muitos de seus dirigentes terem sua origem em ONGs. Assim, a ausência de discussões sobre jovens em conflito com a lei no COMDEDICA, não está relacionada ao simples fato do público em si, mas a limitação do conselho em captar as demandas vindas do mundo da vida de uma forma geral. Dessa forma, acaba se autorreificando, na medida em que não é capaz mais de tocar a realidade com as suas ações. Tal orientação acaba por enfraquecer o próprio poder deliberativo e a autonomia do conselho, pois uma vez que perde seu potencial de autorreflexão e crítica, poderá ficar na dependência da boa vontade política da administração pública municipal em aceitar seus posicionamentos, haja vista não ter capacidade de mobilização e enfrentamento.

Podemos considerar outro aspecto nestas rápidas conclusões. A ambiguidade está presente em toda a rede de atendimento aos jovens em situação de conflito com a lei, sejam aqueles cumprindo medidas no regime fechado, prestando serviços à comunidade ou em liberdade assistida. Uma de suas faces mais claras o governo é que, por intermédio

de seus projetos de atendimento, reconhece a importância em valorizar cada um deles como sujeitos com direitos, com história particular e com projetos de vida próprias, mas não perde no horizonte a dimensão integrativa, buscando apoio em instituições como família e escola, para que eles não venham a reincidir. A ambiguidade está presente também no atendimento da própria instituição que se encontra em um constante desafio de valorizar esses jovens, incentivando-os a buscarem projetos de vida fora do conflito, mas, ao mesmo tempo, cerceando a liberdade e impondo obrigações.

Assim o que nos resta dizer é que não se trata de eliminar o conflito ou normalizar de forma inflexível os modelos de atendimento. Trata-se, na realidade, de lidar com essa tensão inerente da própria vida social e individual, garantindo canais estáveis e contínuos de comunicação, facilitando que os problemas surgidos das dificuldades enfrentadas no dia a dia possam ser trazidos à discussão pública, permitindo que se organizem ações no sentido de promover a autorrealização dos indivíduos.

Parece-nos que o conceito reificação, tal como trabalhado por Honneth, entendido como esquecimento do substrato das relações sociais humanas, é promissor, na medida em que é capaz de explicar o processo de coisificação, a que as pessoas e as instituições estão implicadas, quando há perda do sentido primordial pelo estabelecimento de rotinas em que os parceiros de interação desaparecem do campo de visão. O reconhecimento, sem dúvida, mantém sua força explicativa e crítica da sociedade, pois, ao negarmos aos indivíduos a possibilidade de se autorrealizarem, não apoiando seus projetos de vida nem garantindo proteção legal mínima, eliminamos as condições para o entendimento mútuo, haja vista sermos incapazes de assumir a posição do outro.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Começamos a apresentação das conclusões, a partir de considerações acerca da hipótese de trabalho presente no primeiro capítulo. Como afirmamos naquela oportunidade, não era nossa intenção validá-la a qualquer custo, como se isso viesse trazer legitimidade necessária à dissertação.

A vida social apresenta uma grande complexidade, repleta de sutilezas e nuances muitas vezes não captadas pela pesquisa. Dessa forma, não poderíamos estabelecer uma hipótese principal e tipos ideais de análises rígidas a ponto de dificultar a compreensão do fenômeno em tela.

Assim, ao contrário do que intuíamos, o governo não adota uma postura rígida de esquecimento, reificação ou não reconhecimento dos jovens cumprindo medidas socioeducativas. Ao invés disso, orienta parte de suas ações no respeito a esse público. Pudemos comprovar isso não só por meio da análise do seu projeto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), como também pelas entrevistas com representantes governamentais.

Percebemos o interesse da administração pública municipal em apoiar ações no sentido de valorizar esse público, pois reconhece a importância em ouvi-los, e sabe que esses jovens, em específico, têm um ciclo de vida particular. Embora nem sempre consiga desenvolver políticas capazes de atender essa população, tenta elaborar participativamente com os sujeitos planos de atendimento em consonância com essa realidade, pois, antes de alcançarem a maioridade, muitas vezes já estão casados, têm filhos, ou seja, há uma contração da perspectiva de vida, impactando em seus projetos existenciais. Por essa razão, olvidá-los, sem perceber as especificidades dessas vidas, indicaria uma postura de não reconhecimento.

Quanto ao trabalho desenvolvido pelo CASEMI, pudemos identificar a tendência em valorizar a dimensão do reconhecimento como guia do atendimento oferecido, expresso no tratamento diferenciado prestado aos jovens. Cada um é tratado pelo nome, tem um plano de acompanhamento específico de acordo com o projeto de vida elaborado em conjunto com a equipe técnica.

Ao mesmo tempo, não podemos ignorar a presença de um discurso próximo ao que chamamos de tipo reificante, haja vista a

constante referência à necessidade não só de imposição de um padrão de comportamento racional capaz de disciplinar a conduta dos internos, considerada imediatista e categorizada por nós com base na forma como nos eram expressas, irracionais, haja vista serem o oposto de racionais.

A entidade está atravessada por um discurso de valorização dos sujeitos e outro de disciplinamento e racionalização das ações com vista a integrar os jovens novamente à sociedade. Fica mais evidente, quando consultamos o projeto de fundação que apresenta como metas garantir a escolarização no período de internação e retorno ao ambiente familiar.

Essa mesma tensão não é exclusividade do CASEMI, pois cruza todo o circuito (entidade da sociedade civil – governo – esfera pública) de atendimento aos jovens alcançando seu fim somente no conselho.

Apesar dessa ambiguidade, identificamos a capacidade do CASEMI em captar as demandas dos jovens por intermédio tanto de meios formais quanto informais. Existem espaços institucionais em que os jovens têm liberdade para manifestarem suas visões de mundo, discutindo algumas regras de funcionamento da casa. A equipe técnica aproveita esses momentos para captar os interesses dos jovens, assim como para trabalhar com eles novas perspectivas de futuro nas quais suas vidas não estejam em risco.

Além disso, descobrimos que as conversas informais estabelecidas entre internos e socioeducadores carregam em si um grande potencial para absorção da visão de mundo dessa população. Pois são nesses momentos de intimidade e, porque não dizer, de amizade, que são abertos canais de interação entre as experiências da vida cotidiana dos adolescentes e os profissionais da instituição.

Apesar de toda essa potencialidade, tais comunicações não alcançam o COL e seus representantes no COMDEDICA, em função da inexistência de outros canais que liguem o cotidiano da instituição com a entidade promotora da atividade. Muito embora haja momentos formais de troca de informações, eles ainda são frágeis e não permitem que o conselheiro possa assumir o lugar do técnico, socioeducador ou muito menos do jovem.

Essa dificuldade pode ser atribuída a algumas incertezas que pareciam rodar o COL quanto à manutenção do projeto de semiliberdade tempos atrás. Concomitantemente, a impossibilidade de vivenciar o trabalho cotidiano, não proporciona aos conselheiros da instituição a capacidade de entender as potencialidades envolvidas no atendimento e o seu importante papel como problematizador daquela realidade. Temos aí um ruído ou interrupção no fluxo comunicacional vindo da esfera privada.

Dessa forma, nas plenárias do conselho, muito pouco, ou melhor, quase nada de temas relevantes para os jovens cumprindo medida de atendimento socioeducativo estão presentes. As demandas específicas dos adolescentes internados apenas surgem nas plenárias do conselho transversalmente, quando da discussão de alguma outra política que os possa afetar.

Além dessa situação, o COMDEDICA enfrenta outras adversidades na sua efetivação, como esfera pública deliberativa e fiscalizadora das políticas públicas voltadas às crianças e aos jovens. Uma delas é a instrumentalidade como algumas entidades da sociedade civil agem.

Pudemos não só observar, mas constatar, por meio de várias entrevistas a fraca qualificação de certas ONGs em sua participação no conselho, pois, apesar de sempre comparecerem nas plenárias, envolvem-se pouco com as atividades do conselho, por exemplo, nas comissões. Encontram-se ainda presas ao atendimento que realizam nas comunidades onde atuam, tendo uma participação superficial na rede de atendimento.

Dessa maneira, perde-se de vista a dimensão simbólico-abstrata do conselho e do porque estar ali, a necessidade de debater não somente se uma política é eficiente ou não para a sua realidade particular, mas a política em si, para o todo do município. Tal postura acaba limitando o potencial argumentativo das entidades, por conseguinte do COMDEDICA.

Por seu turno, as entidades governamentais apresentam uma séria limitação quanto à sua participação física nas plenárias, um dos pontos mais comentados por todos os entrevistados, constando inclusive várias reclamações nas atas das plenárias. Tal postura contrasta com a abertura do governo municipal à temática, como vimos anteriormente.

Diante dessa realidade, apesar dos avanços do COMDEDICA nos últimos anos, em que podemos destacar a valorização da participação como elemento legitimador das suas deliberações, as orientações das entidades civis em se fecharem em si mesmas e as do governo em ausentarem-se do debate enfraquecem o poder de tematização dos temas vindos da esfera privada.

As demandas não chegam com um mínimo de inteligibilidade às plenárias, o que permitiria a busca por consensos quanto à constituição de políticas e programas de atendimento, sensíveis à realidade. Por outro lado, o conselho é sobrecarregado por um excesso de trâmites burocráticos, com a aprovação de atas, pareceres de projetos e pedidos

de registro, que monopolizam o tempo que deveria ser de debate e reflexão, atualizando os princípios de ação do conselho.

Assim, evidencia-se uma postura de esquecimento das suas devidas atribuições e potenciais de democratização, pois parte das instituições que o compõe estão ancoradas no mundo da vida, por essa razão têm uma grande capacidade de captação dos problemas e questões mais urgentes aos indivíduos. Diferente são as instituições governamentais orientadas por uma lógica instrumental que não permite comunicações com o mundo da vida. Temos a impressão que a lógica instrumental tem invadido as ONGs.

Portanto, na medida em que o conselho não se reflete, acaba por assumir uma postura reificada de si mesmo e reificante do outro, enfraquecendo sua dimensão fiscalizadora em virtude de outra cartorial. Tal orientação pode comprometer, até mesmo, a continuidade do espaço em bases participativas, uma vez que debilita sua veia argumentativa e fiscalizadora, na medida em que tiver a necessidade de enfrentar um governo municipal indisposto a aceitar suas deliberações, acaba por perder sua legitimidade e força para propor políticas alternativas.

Retomando os tipos ideais construídos no primeiro capítulo, a fim de nos auxiliar na análise, parece que a realidade não segue em linha reta nenhum dos modelos. Ao invés disso, move-se no formato de uma onda, ora tocando determinado ponto em um tipo, ora no outro. Assim torna-se extremamente complicado afirmamos qual tipo está mais próximo da realidade, reificante ou o reconhecimento.

Contudo, também não nos furtaremos a algumas afirmações, por exemplo, mesmo com a presença de um discurso disciplinador visando à integração social dos jovens nas atividades desenvolvidas pelo CASEMI, este apresenta um ponto de contato mais forte com o tipo reconhecimento dos fluxos comunicacionais.

Não há necessidade de retomarmos aqui toda a argumentação, basta lembrar que a entidade, por meio de seu trabalho diário, possui canais de capitação das demandas dos internos, não só formais, mas principalmente informais. A interação baseada no padrão de interação fornecido pelos padrões de amizade possibilita que os socioeducadores assumam abstratamente o lugar dos jovens, reconhecendo-os como sujeitos de experiências únicas.

A realidade muda de direção, quando consideramos as ações do COL, embora disposto a ouvir a todos os sujeitos que participam de seus projetos, por não conseguir manter uma proximidade com o cotidiano do CASEMI tem dificuldades em problematizar internamente as questões vindas da esfera privada. É como se os canais não existissem ou não

dessem conta de trazer tais temas às esferas deliberativas da entidade. Em consequência os temas ficam pelo caminho, sem problematização.

Quando colocamos frente a frente tipos teóricos e COMDEDICA, temos a impressão de que o tipo reificação está mais próximo, a despeito dos avanços participativos promovidos pelo conselho nos últimos anos, favorecendo a manifestação livre de qualquer interessado, porém a excessiva demanda para que o conselho respondesse às pautas instrumentais, associada às limitações das entidades da sociedade civil e do governo, já aqui exploradas, dificulta-lhe a capacidade de autorrefletir suas ações.

A consequência de tal proceder pode ser constatada na rotinização das plenárias, em que os sujeitos atendidos pelas instituições não têm seus interessados representados. Observa-se a reificação das condutas, justamente pela rotinização dos procedimentos, fazendo com que o conselho esqueça sua razão de existir – garantir um atendimento de qualidade às crianças e adolescentes de São Leopoldo.

As questões pertinentes ao mundo da vida não surgem nas discussões e pautas do COMDEDICA; há um desacoplamento entre cotidiano e esfera pública, o que compromete a sua própria existência como espaço de contraponto do poder governamental.

Enfim, nossa hipótese não se confirmou em toda a sua extensão, tampouco foi negada completamente. Isso pode ser entendido como positivo, considerando a complexidade da vida social com suas tramas que se entrelaçam, mudando a configuração do fenômeno, conforme o olhar do pesquisador.

As conclusões aqui esboçadas devem ser cuidadosamente analisadas se há o interesse em sua generalização, devido à grande variedade de arranjos de modelos que os conselhos podem assumir. Contudo, algumas aproximações pontuais podem ser feitas. Talvez a mais significativa refira-se à dificuldade não só de representação, exaustivamente estudada no Brasil, mas da incapacidade de muitas instituições da sociedade civil captar as demandas de seus públicos, inviabilizando a efetivação da esfera pública.

Como visto no texto, a constituição de uma esfera pública verdadeira, depende primordialmente da capacidade dos sujeitos individuais ou coletivos em mobilizarem-se, no intuito de, por meio de trocas comunicativas, alcançarem um determinado consenso. Ficam estabelecidos acordos capazes de alcançar uma normatividade sobre o mundo da vida, legitimada pela participação do maior número de interesses divergentes quanto ao tema.

Dessa forma, se eles não se fazem presentes ou não têm seus argumentos reconhecidos pelos demais parceiros de interação, o próprio processo é colocado em xeque. Assim, se no conselho muitos interesses não estão presentes, suas deliberações acabam perdendo legitimidade e poder de convencimento.

Apesar das críticas feitas no trabalho, não temos a intenção de desvalorizar o trabalho efetuado pelo COMDEDICA ou alguma das instituições por nós estudadas, pelo contrário nosso objetivo é reforçar a necessidade que os espaços de intersecção entre sociedade civil e governo se fortaleçam, sem perder autonomia e reflexão.

Somente na medida em que os canais de comunicação estabelecidos entre experiências cotidianas, sociedade civil e esfera pública permaneçam abertos às temáticas vividas nos espaços não regidos pela lógica instrumental é que se podem garantir os fluxos comunicacionais necessários à transformação das sociedades, por intermédio de novas normalizações.

Do contrário, o governo movido pela lógica instrumental é incapaz de apreender por seus próprios meios as questões mais urgentes dos públicos, porque o mundo da vida se reproduz e transforma-se baseado em outra lógica, a comunicativa. Por essa razão, é indispensável que o governo mantenha uma postura aberta à sociedade seja através da participação efetiva nos conselhos sejam outros espaços participativos, respeitando as deliberações ali definidas.

Realizando um rápido retrospecto das conclusões esboçadas nos últimos capítulos, podemos afirmar que o reconhecimento intersubjetivo é uma categoria importante para o entendimento das necessidades dos indivíduos, pois só quando nos colocamos na posição do outro da relação temos condições de entender seu ponto de vista e, de certa maneira, apesar da existência de um discurso integrador, o CASEMI proporciona essa condição, por meio tanto de espaços formais quanto informais.

É preciso destacar uma ambiguidade nos discursos em relação aos jovens enxergados ao mesmo tempo como sujeitos de direitos, dotados de projetos de vida particulares e indivíduos incapazes de controlar seus impulsos e agir racionalmente. Dessa forma, as ações, os debates e, por consequência, as políticas de atendimento a esse público transitam nessa tensão, mediando os aspectos reificantes e de reconhecimento.

Quanto ao COMDEDICA, apesar de experienciar uma crescente abertura, trazendo para o debate da criança e do adolescente, atores sociais anteriormente aliados desse espaço, vê-se às voltas com

uma tendência à burocratização de suas ações, perdendo a dimensão argumentativa e fiscalizadora das políticas em prol do fortalecimento de uma face cartorial, caracterizada pela aprovação de projetos e registro de entidades. Como consequência principal, os sujeitos a quem o conselho deveria estar se responsabilizando são esquecidos nas plenárias, havendo dessa forma uma autorreificação da atividade conselheira.

Como já deixamos evidente em vários momentos deste trabalho, nossa intenção nunca foi apresentar verdades dogmáticas e intocáveis, mas, sim, propor alternativas de explicação para os fenômenos por nós destacados, oferecendo pistas e saídas teóricas e metodológicas capazes de contribuir para o arcabouço científico da sociologia política brasileira.

Mais que respostas fechadas, esperamos ter deixado interrogações que motivem outros pesquisadores a aventurarem-se tanto pela Teoria do Reconhecimento quanto pelo universo dos conselhos e práticas políticas participativas. Pois o conhecimento de algo, não é só isso, mas também autoconhecimento, permitindo a mudança de nossos próprios valores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lurdes Dolabela. Democracia, participação e instituições híbridas. **Teoria e sociedade**, Belo Horizonte, Número especial, p. 14-39, 2005.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.

_____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.

BARBOSA, Tatiane Muniz; BORBA, Maria Clara de; WENDHAUSEN, Águeda L. P. Empoderamento e recursos para a participação. **Saúde e sociedade**, v. 5 n. 3, p. 131-144, set./dez. 2006.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. 178 p.

BERLIN, Isaiah. Dois conceitos de liberdade. In: HARDY, H.; HAUSHEER, R. (Orgs.). **Isaiah Berlin**: estudos sobre a humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 99 – 130.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: um longo caminho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 236 p.

CASTELLO, Graziela; GURZA LAVALLE, Adrian; HOUTZAGER Peter P. Representação política e organizações civis: Novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **RBCS**, v. 21, n. 60, fev./2006.

CUNHA, Eleonara Schetini Martins. O potencial de conselhos de políticas e orçamentos participativos para o aprofundamento democrático. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Orgs.).

_____. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003. 296 p.

_____. **Reificación:** un estudio en la teoría del reconocimiento. Buenos Aires: Katz, 2007a. 154 p.

_____. **Sofrimento de indeterminação:** uma reatualização da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública. 2007b. 145 p.

INWOOD, Michael. **Dicionário Hegel.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997. 362 p.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Os conselhos gestores de políticas públicas: desafios do desenho institucional. **Revista de Ciências Sociais Unisinos**, n. 161, p. 43-79, jul./dez. 2002.

_____. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, p.139-170, 2007.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe:** estudos de dialética marxista. 2ª ed. Rio de Janeiro: ELFOS, 1989. 378 p.

MATTOS, Patricia. **Sociologia política do reconhecimento;** as contribuições de Charles Taylor; Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Annablume, 2006. 164 p.

_____. Axel Honneth: formas de desrespeito social. **Mente, cérebro e filosofia.** São Paulo: Edição 8, p. 58-67, 2008.

MELO, Rúrio Soares. Honneth e a reificação: o esquecimento do reconhecimento. **Mente, cérebro e filosofia**, São Paulo, Edição 8, p. 69-75, 2008.

MELO, Rúrio Soares; WERLE, Denilson Luis. Reconhecimento e justiça na teoria crítica da sociedade em Axel Honneth, In: NOBRE, M. (Org.). **Curso livre de teoria crítica.** Campinas: Papirus, 2008. p. 199 – 226.

NOBRE, Marcos (Org.). **Curso livre de teoria crítica.** Campinas: Papirus, 2008. 302 p.

PINTO, Celi Regina Pinto. Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro. **Lua Nova**, São Paulo, n. 74, p. 35-58, 2008.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992. 284 p.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 304 p.

RAVAGNANI, Herbert Brarucci. Honneth leitor do jovem Hegel. Revista de iniciação científica da FFC, v. 8, n. 1, p. 91-101, 2008.

REPA, Luiz. Jürgen Habermas e o modelo reconstrutivo de teoria crítica, In: NOBRE, M. (Org.). **Curso livre de teoria crítica**. Campinas: Papyrus, 2008. p.161 – 182.

SCHERER-WARREN, Ilse. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In. Vários Autores, **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez/Florianópolis: EDUFSC, 2001. p.161 – 180.

SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO Socioeducativo – SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

SOUZA, Jessé. (Não) reconhecimento ou o que é “ser gente”. **Lua Nova**, n. 59, p. 51- 74, 2003.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. 193 p.

WEBER, Max. **Max weber: sociologia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1982. 167 p.

WERLE, Denílson Luis. Reconhecimento e emancipação: a teoria crítica de Axel Honneth. **Mente, cérebro e filosofia**, São Paulo, Edição 8, p. 49-657, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 205 p.

ANEXO A⁵⁶

PROGRAMA DO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIO- EDUCATIVO EM SEMILIBERDADE DA REGIONAL DE NOVO HAMBURGO – CASEMI – COL - SL

⁵⁶ Este texto é de produção interna do Círculo Operário Leopoldense, por esta razão mantivemos sua redação original sem nenhuma alteração.

APRESENTAÇÃO

Em linhas gerais este programa é a síntese das diretrizes já traçadas no Programa de Execução de Medidas Sócio-educativas de Internação e Semiliberdade da Fundação de Atendimento Sócio-educativo do Rio Grande do Sul – FASE RS (editado em abril de 2002). Em conformidade com o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo).

A medida socioeducativa de semiliberdade caracteriza-se segundo o ECA, art.120, como um “regime a ser determinado desde o início ou como forma de transição para ao meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independente de autorização judicial.”

Ainda assim, é uma medida socioeducativa restritiva de liberdade e é também diferente da medida protetiva de abrigagem. Alguns pressupostos básicos devem estar contemplados em sua execução, são eles:

1º - A articulação da transição da medida de privação de liberdade para semiliberdade entre as equipes técnicas da FASE o CASE em Semiliberdade da Regional de NH e o Judiciário.

2º - O principio da incompletude institucional priorizado por meio de uma efetiva articulação entre os serviços e programas sociais pelas respectivas políticas publicas fundamentais no processo formativo do adolescente.

3º - A garantia da escolarização com órgãos responsáveis pelo fornecimento da educação formal (em todos os níveis), bem como a discussão conjunta de outras formas de educação, buscando a garantia do direito a educação.

4º - O fortalecimento do núcleo familiar de referência, dando-lhe condições de exercer sua cidadania na sociedade, comprometendo – o como partícipe do processo jurídico social.

5º - A oferta de uma alternativa com vistas à progressão de medida e/ou desligamento.

Entendendo que as medida sócio-educativa de semiliberdade, deve propiciar aos adolescentes a superação de sua condição de exclusão, bem como, a formação de valores positivos de participação na vida social, sua operacionalização deve, prioritariamente, envolver a família e a comunidade, com atividades que respeitem o princípio da não discriminação e não estigmatização, evitando rótulos que marcam os adolescentes e os expõem a situações vexatórias, além de impedi-los de superar as dificuldades na inclusão social.

OBJETIVO GERAL

Garantir atendimento em consonância aos pressupostos traçados no Estatuto da Criança e do Adolescente, SINASE e PEMSEIS a vinte jovens em cumprimento de medida sócio-educativa de semiliberdade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oportunizar ao adolescente através das ações sócio-educativas a aquisição de padrões de controle da conduta, para construção de um projeto de vida.

- Proporcionar aos jovens espaços de desenvolvimento da autonomia responsável e a reflexão crítica de ações e circunstâncias cotidianas vivenciadas, tanto quanto ao ato infracional pelo qual cumpre a medida, quanto pelas relações com a comunidade durante o tempo de permanência na Unidade com vistas a sua gradativa inclusão social;

- Possibilitar aos adolescentes formas de entendimento e especialmente práticas que contribuam na formação de valores como autonomia, solidariedade, ética, dignidade, responsabilidade, fatores indispensáveis para a não reincidência em atos infracionais.

- Promover um constante aprendizado, onde as habilidades individuais e coletivas possam contribuir na resolução dos constantes conflitos, vivenciados neste período;

- Proporcionar condições de reflexão e elaboração crítica, sobre sua trajetória transgressora anterior, visando uma nova inscrição social.

- Desenvolver a capacidade de tomar decisões fundamentadas, com critérios para avaliar situações relacionadas ao interesse próprio e ao bem comum, respeitando a sua integridade e a do outro.

DESCRIÇÃO DE AMBIENTE

Cada Centro de Atendimento Sócio educativo de Semiliberdade deve atender no máximo vinte adolescentes, sendo o controle externo das atividades e o ambiente educacional norteados por regras, horários e tarefas pré - estabelecidas pela equipe e de conhecimento do adolescente, sua família e judiciário.

Quanto à estrutura física, a Unidade encontra-se dentro dos parâmetros indicados pelo SINASE, estando localizada em bairro residencial, próxima de recursos da comunidade, facilitando o deslocamento para outros locais da cidade e região.

As dependências da Unidade estão divididas em dormitórios, sala de convivência, refeitório, cozinha, lavanderia, banheiros e áreas externas. As salas de cunho administrativo como administração, enfermagem, equipe técnica, funcionários e a da revista são espaços bem definidos e privativos.

Fundamentalmente os aspectos físicos e de organização interna sugeridos visam à construção de um ambiente continente, facilitador de um processo de reflexão contínuo com o adolescente quanto a sua relação com a liberdade e voltado prioritariamente para a inserção do adolescente na comunidade.

Um ambiente continente é aquele que possibilita a ação socioeducativa a partir de relações institucionais fundamentadas em proposta emancipatória, com os papéis de adultos e de adolescentes bem definidos, mediados por um conjunto de regras claras, construídas participativamente.

ACOLHIMENTO

A recepção/acolhimento é o momento inicial que propicia ao adolescente o conhecimento e esclarecimento da aplicação da medida socioeducativa que deverá cumprir, na qual ele assume em contrato de responsabilidade para com a sua reintegração social.

Acolhimento é o ‘ato de atender, receber, tomar em consideração, em atenção, agasalhar’ (Aurélio- 1998). Sendo o momento da recepção do adolescente encaminhado para cumprimento de medida judicial, e início do processo socioeducativo, se desenvolve com a participação da equipe de atendimento, do adolescente e de sua família, visando à estruturação do seu plano de vida.

O adolescente em conflito com a lei muitas vezes não sente aceito pelos outros. É nos primeiros contatos com a equipe de atendimento que se forma no adolescente a imagem destes em relação a sua pessoa. Esta imagem poderá ser de aceitação, rejeição ou indiferença e influenciará nas atitudes dele nas etapas seguintes da relação. Por isso, é necessário que a equipe de atendimento atente para estes contatos iniciais, assumindo atitudes facilitadoras de acolhida, tais como:

- Tratar o adolescente pelo nome;
- Dirigir ao adolescente palavras de conforto, transmitindo-lhe segurança e apoio e abrindo-se para captar o seu estado emocional, naquele preciso momento;
- Na presença do adolescente, não emitir conceito de valor sobre o seu delito, ou outra situação, de forma jocosa ou pejorativa;

- Expressar gestos concretos, proporcionando ao adolescente conforto físico. Oferecer-lhe alimentação, agasalho, medicação, ou uma cadeira para sentar, serão sinais que demonstrarão disposição interior dos agentes institucionais, de receptividade e aceitação;

Tais atitudes levam o adolescente a sentir-se alvo de uma atenção que o diferencia no grupo de iguais, contribuindo para que se perceba importante frente aos agentes institucionais.

Na recepção inicia-se o processo de orientação sobre a organização interna da Unidade, objetivos e metodologia de atendimentos, procedimentos disciplinares, normas, direitos e deveres, bem como conhecimento do ambiente do Centro de Atendimento e aqueles com os quais irá conviver.

O adolescente deverá ser recebido pelo Diretor juntamente com algum representante da equipe técnica, preferencialmente da psicologia com a devida ordem (guia) de internamento da autoridade judicial, do local de internação.

1. Encaminhar o adolescente para exame físico, a ser realizado pela equipe de enfermagem. Se houver indício ou menção pelo adolescente de algum problema (ex: lesões físicas), deverá constar um atendimento anterior à entrada do adolescente na Unidade, em boletim específico;
2. Encaminhar o adolescente para higiene pessoal, alimentação e vestuário de acordo com as suas necessidades.
3. Providenciar a revista dos pertences dos adolescentes e os objetos recolhidos deverá ser colocados em local próprio, relacionados em ficha própria e assinada pelo socioeducador e o adolescente.
4. Orientar e esclarecer o adolescente acerca da dinâmica institucional e encaminhá-lo para o dormitório de recepção, de acordo com os critérios do Centro de Atendimento
5. Apresentar o adolescente aos funcionários e ao grupo de iguais inserindo – o no cotidiano do grupo.

Nos CASES de semiliberdade os adolescentes realizam visitas familiares nos finais de semana, sendo que a dinâmica institucional fica voltada para as avaliações de saídas destes adolescentes e dos vínculos familiares.

Para uma melhor organização interna o CASE de Semiliberdade da Regional de NH sugere que as entradas ocorram em dias específicos (a serem determinados), com a prévia combinação e conhecimento entre as equipes, e que os adolescentes recebam informações gerais sobre a medida de semiliberdade na Unidade de origem.

PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO – PIA

Seguindo o processo de acolhimento, este é um segundo momento, onde aprofunda-se o conhecimento sobre o adolescente em sua singularidade, através de avaliações psicológica, social, pedagógica, jurídica e de saúde (física e mental), visando construir com ele e com sua família em rito específico, a elaboração do Plano Individual de Atendimento/PIA, que estruturará as necessidades e atividades que o auxiliarão no seu desenvolvimento pessoal e social.

O PIA é um instrumento de intervenção dinâmico estando sempre em processo de avaliação e mudança, o qual acompanha o adolescente desde o seu primeiro ingresso.

Os adolescentes que ingressarem nas Unidades de semiliberdade por progressão de medida terão todas as informações obtidas no período de internação, bem como as providências que foram tomadas para o alcance das metas propostas.

A elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa. A elaboração do PIA se fundamenta nas seguintes áreas:

- Jurídica: situação processual e providências necessárias;
- Saúde: física e mental proposta;
- Psicológica: dificuldades, necessidades, potencialidades, avanços e retrocessos;
- Social: relações sociais, familiares e comunitárias, aspectos dificultadores e facilitadores da inclusão social; necessidades, avanços e retrocessos;
- Pedagógica: escolarização, profissionalização, cultura, lazer e esporte, oficinas e autocuidado.

Considerando que o CASE de Semiliberdade da Regional de NH tem sua equipe técnica composta por profissionais das áreas de Serviço

Social e Educação, Enfermagem e Psicologia, para as demais áreas são utilizados recursos da comunidade.

O PIA, deve ser registrado em instrumental próprio sistematizado pela FASE e arquivado no Prontuário do adolescente. Todas as demais mudanças efetuadas nos objetivos e metas traçados, bem como os resultados alcançados, também deverão ser registrados e arquivados no prontuário, em fichas de acompanhamento.

Como o PIA faz parte do projeto de vida do adolescente, sua estrutura deve conter ações de continuidade após o desligamento do Centro, da progressão que possa vir a ser aplicada.

É necessário valer-se de concepções teóricas para o estudo de caso e elaboração do PIA, sem, entretanto incorrer – se no risco de simplesmente enquadrar o adolescente em parâmetros específicos de algumas ciências e de reduzir o seu mundo a uma única dimensão.

Cabe ao adolescente participar ativamente no programa pedagógico-terapêutico, empenhando– se em adquirir as condições necessárias e consecução das metas que foram contratadas no PIA.

Cabe a família, aqui entendida como a biológica ou colaterais com quem o adolescente possua vínculo afetivo, ser parceira e interlocutora no processo socioeducativo, contratado no PIA, garantido a reinserção do adolescente no convívio familiar e comunitário e reassumindo sua função educativa/ protetiva.

Resumindo, este momento tem como força geradora o protagonismo juvenil, a presença educativa dos agentes institucionais e da família, visualizado através do Plano Individual de Atendimento – PIA.

AS AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS

A ação socioeducativa é um processo de construção coletiva, coordenada pelos adultos que considera a experiência sócio-cultural dos adolescentes e articula às experiências proporcionadas pelo contexto institucional.

São as pequenas e sucessivas realizações nas atividades das quais o adolescente participa e nas relações interpessoais que estabelece quotidianamente, que ele tem oportunidade de se descobrir e reelaborar sua auto – imagem e auto – estima, adquirindo a segurança e a autoconfiança necessárias para caminhar em direção aos seus ideais e sonhos.

- **Educação** – esta tem que ser considerada prioridade sobre todas as demais possibilidades de valorização do indivíduo.

Os adolescentes devem ser encaminhados às escolas públicas da rede regular de ensino para efetivação de matrícula na etapa escolar em que se encontram. Neste sentido, o trabalho conjunto com a Secretaria e coordenação de Educação pode melhorar a eficiência e a qualidade do atendimento. Deve-se buscar espaços educativos geradores de transformação, ou seja, ágil na escuta das realidades, renovadora na proposta metodológica, eficiente na progressão dos níveis e referência de limites e valores.

Ao Centro de Atendimento, cabe planejar-se para oportunizar aos adolescentes–alunos espaço e tempo de estudo como suporte às atividades escolares, de modo a fortalecer a ação pedagógica.

- **Profissionalização** – deve estar fundamentada no trabalho educativo que, conforme definição do ECA, em seu artigo 68 – parágrafos 1 e 2 – “é a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo, buscando contribuir para a construção de um projeto de vida, que faça uma aproximação ao mundo do trabalho, com suas leis, lógicas e contradições, que tenha como ferramenta a aprendizagem específica de determinada técnica, mas que também priorize a aprendizagem de conhecimentos básicos que permitam elevar os níveis de participação dos adolescentes, onde a ação pedagógica se constitua na perspectiva da inclusão social a partir da construção da cidadania, através da reflexão sobre seus atos infracionais na perspectiva da construção de seu projeto de vida pessoal e profissional, sob novas bases, com o estabelecimento de relação mais solidárias e de formas de gestão cooperativas.

A Unidade de Semiliberdade deve articular parcerias com entidades de ensino profissional, empresas prestadores de serviço, indústrias, comércio, etc. no sentido de oportunizar aos adolescentes iniciação, finalização profissional, geração de renda e/ou colocação no mercado de trabalho em geral.

Sabemos que a base de todas as relações se inicia na família, portanto as bases são fundamentalmente importantes e para que estes adolescentes tenham uma base nas mínima, oportunizamos a participação em projetos desenvolvidos na unidade

- **Cultura, lazer e desporto** – A cultura, lazer e desporto integra-se à proposta pedagógica da escolarização e da profissionalização, na

perspectiva do atendimento integral aos adolescentes, levando-se em conta experiências que o adolescente já possui atividades de cultura e lazer que queira inserir-se ou aperfeiçoar, focos de interesse cultural que queira desenvolver.

Estas atividades ocorrerão preferencialmente na comunidade, bem como permitindo ampliar as possibilidades em âmbito regional.

- **Espiritualidade** – compreendida como capacidade e necessidade humanas de vivenciar sentimentos, perspectivas, experiências e idéias relacionadas a uma esfera da existência que transcende ao concreto, ao cotidiano, de forma que o adolescente reconheça sua vida inserida em um contexto para além do imediato. A espiritualidade leva o sujeito a uma percepção de si e de suas relações, de forma a auxiliá-lo em seu processo de autonomização. Ou seja, é uma forma de expressão que pode convergir para o processo de transformação do adolescente e de sua relação com o mundo.

O caráter do trabalho de espiritualidade enquanto possibilidade do adolescente refletir sobre seu ato infracional dentro de uma instituição de privação de liberdade deve pautar-se na vivência, reflexão e discussão dos valores considerados universais: o amor, a paz, a solidariedade, a ética, o companheirismo, a honestidade, a amizade e o respeito à vida.

Trabalhadas de acordo com o credo religioso dos adolescentes e com a sua vontade em participar delas. Realizadas em parceria com as instituições religiosas.

- **Atendimento em grupo** – Considera-se a vida social cotidiana, a convivência e os relacionamentos interpessoais importantes conteúdos para o desenvolvimento de vínculos baseados na relação solidária. Permite ainda que cada componente do grupo experiencie a obtenção de objetivos individuais sem precisar romper os laços funcionais com a realidade coletiva em que está inserido, facilitando a maior integração entre os seus participantes e proporcionando espaços de contatos diretos, abrangendo-se o social de cada indivíduo, o conhecimento do outro, suas sensibilidades, potencialidades, ansiedades e desejos.

Portanto, a ênfase do atendimento está no desenvolvimento de atividades grupais. É realizado sistematicamente através do:

- **Grupo Terapêutico**, com periodicidade semanal, desenvolvido pelo Psicólogo com o apoio de outro profissional da equipe.

A constituição do grupo tomará por base os critérios estabelecidos no planejamento e seu desenvolvimento objetiva a conscientização da psicodinâmica individual de cada um e sua conseqüente conduta manifesta, buscando através da troca grupal, um melhor relacionamento interpessoal, com abrandamento de seus impulsos auto e hetero destrutivos.

Os aspectos trabalhados no grupo também estão relacionados a diminuição da ansiedade do adolescente frente à privação ou restrição da liberdade, na medida em que é proporcionada a conscientização da inadequação de seu comportamento social.

A proposição terapêutica está em promover mudança interna nas características observadas de baixa tolerância à frustração, agressividade impulsiva, uso esporádico ou sistemático de drogas, desinteresse pelo estudo, desrespeito a figuras que representem autoridade, baixa estima e outras avaliadas como comprometedoras do seu desenvolvimento sadio.

- **Grupo Operativo:** coordenado semanalmente pelo assistente Social com o apoio de outro profissional da equipe.

A constituição do grupo leva em conta o desenvolvimento de uma tarefa comum a todos (por participarem de um mesmo curso, estarem em uma mesma etapa de escolarização, desenvolverem atividades de profissionalização na Unidade, etc.).

Este tipo de atendimento possibilita a resolução de problemas comuns aos participantes, contribuindo no desenvolvimento da iniciativa e capacidade de tomar decisões levando em conta os interesses individuais e coletivos, se concretizando nas discussões sobre dificuldades de convívio entre os adolescentes e necessidades específicas de organização para o desenvolvimento da tarefa.

- **Grupo de Familiares:** com periodicidade quinzenal, coordenado pelo Assistente Social, com o apoio de outro profissional da equipe.

Visa buscar a participação efetiva da família na dinâmica institucional, integrando o mundo familiar com o mundo pedagógico-terapêutico dos adolescentes e promovendo a conscientização da família sobre a situação deste membro que está institucionalizado, orientando-os no engajamento à etapa do processo socioeducativo.

Para o planejamento e execução das atividades no grupo de familiares o profissional utilizar-se-á também de visitas domiciliares, atendimentos individuais e contatos interinstitucionais necessários para compor o atendimento à família.

- **Atendimento Individual** – é prestado por todas as pessoas que mantêm contato direto com os adolescentes no Centro. Cada agente institucional seja da equipe diretiva ou da operacional, através das competências inerentes as suas funções, exercem um papel pedagógico e um papel terapêutico.

Reconhece-se que os adolescentes não possuem ritmos iguais, bem como não respondem homogeneamente, durante todo o período de cumprimento da medida socioeducativa da mesma forma, portanto, os atendimentos devem ser realizados em consonância com as necessidades e reações observadas. A regra é que todos deverão ter o acompanhamento de acordo com o planejamento estipulado pelo PIA.

O objetivo do atendimento individual também é contribuir para o desenvolvimento da capacidade de respeitar as normas e regras da sociedade, auxiliar na elaboração de conflitos internos, promover a elevação de sua estima, da responsabilidade individual e coletiva, entre outros aspectos.

Esta abordagem se caracteriza pela realização de:

- Entrevistas iniciais para elaboração do PIA (com o adolescente, familiares, etc.) – predominantemente avaliativas no sentido de promover a compreensão da dinâmica individual do adolescente e sua relação familiar;
- Trata-se de um momento importante para todos agentes institucionais envolvidos no processo pelo estabelecimento do vínculo inicial com o adolescente e familiares, no sentido de contribuir para o conhecimento, o mais integral possível.

O objetivo desta avaliação inicial é identificar o nível de gravidade do comportamento anti-social, distúrbios de personalidade ou patologia, se ela existir, até os recursos sociais que este adolescente traz consigo, isto é, grau de escolaridade, de capacitação profissional, de inserção familiar, etc. (conforme detalhado anteriormente para a elaboração do PIA).

- Atendimentos da Equipe Operacional – através de momentos formais e informais de contato individualizado sempre que o adolescente necessitar, promovendo a interlocução cotidiana no sentido de compor o atendimento integral proposto no PIA;
- Atendimentos Individuais Sistemáticos – pelos técnicos, durante todo o período de institucionalização do adolescente,

garantido-se, no mínimo, um atendimento individual por semana, visando basicamente a resolução de conflitos pessoais. O acompanhamento técnico individual deverá ser feito pelo técnico de psicologia.

O atendimento individual ocorre de forma pré-fixada pelo técnico da Unidade, por solicitação do próprio adolescente (e/ou familiar) ou por encaminhamento de profissional de outra área, conforme a especificidade da demanda exigir.

➤ **Atendimentos Individuais Assistemáticos** – atendimentos pontuais diante de alguma necessidade específica que não foi prevista para desenvolver-se de forma sistemática, realizado através de encaminhamento a profissionais da própria Unidade ou a recursos na comunidade.

- **O Desligamento** – No que se refere ao desligamento, cabe à equipe organizar as rotinas que programam o desligamento do jovem. Para isso todos os registros previstos no momento do Programa de Acolhimento e que compreendem o acompanhamento de sua evolução, serão instrumentos e recursos para a definição do plano de vida do adolescente.

Esta ação socioeducativa é constituída no período de convívio do adolescente no Centro de Atendimento, visto que os objetivos do programa visam o restabelecimento da auto-estima, o desenvolvimento do sentimento de confiança e o planejamento pelo jovem de um plano de vida. Aqui também é preciso definir parceiros na comunidade e sistematização de um banco de dados que ofereça um leque de opções para encaminhamentos futuros.

PARCEIROS FUNDAMENTAIS NA EXECUÇÃO DA MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE SEMILIBERDADE

- **A família** – A concepção de família refere-se tanto à biológica quanto as colaterais com quem o adolescente possua vínculos afetivos, bem como companheira (o) e filhos, quando houver.

Não são, necessariamente, famílias “desestruturadas ou desajustadas”, mas têm uma organização diferenciada.

A participação da família deve se dar em todos os momentos do processo socioeducativo do adolescente. Esta deve ser estimulada, orientada e envolvida neste processo, de tal forma que passe a contribuir efetivamente no desenvolvimento do adolescente.

- **A Comunidade** – A perspectiva de inclusão social dos jovens em conflito com a lei impõe à entidade executora a necessidade de aprofundar a articulação e integração com todas as Redes Sociais de proteção, no sentido de mobilizar a comunidade para acolher e manter este adolescente no convívio familiar e comunitário.

A articulação referida não deve iniciar no momento do desligamento do adolescente, mas desde o seu ingresso na Unidade.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA EQUIPE DE TRABALHO

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	Nº DE PROFISSIONAIS
DIRETOR	40 HS	01
ASSISTENTE DA DIREÇÃO	40 HS	01
PSICOLOGO	20 HS	02
ASSISTENTE SOCIAL	30 HS	01
ENFERMEIRO	10 HS	01
SOCIOEDUCADOR	40 HS	08
EDUCADOR REFERENCIA	40 HS	01
SERVIÇOS GERAIS	40 HS	01

O PAPEL DE CADA INTEGRANTE DA EQUIPE

Todos os funcionários e colaboradores do centro de atendimento têm um papel fundamental na efetivação das propostas e, por terem como objetivo a execução da medida socioeducativa, devem estar imbuídos do papel de educadores e agentes terapêuticos, tornando-se co-responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação da prática pedagógico-terapêutica.

O trabalho é desenvolvido na perspectiva da interdisciplinaridade, cujos profissionais devem associar embasamento teórico combinado com intuição e bom senso para enfrentar os desafios de uma prática

social específica, e devem utilizar o planejamento e avaliação como instrumentos importantes na superação do espontaneísmo e ativismo para a consecução dos objetivos sócio educativos.

- **Direção**

É composta pelo Diretor e Assistente da Direção, sendo responsáveis pela guarda legal dos adolescentes e compete a administração do programa de atendimento da Unidade, coordenando as atividades da equipe de atendimento.

Para tanto, é fundamental que a Direção tenha conhecimento prévio das diretrizes norteadoras do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, devido à complexidade, especificidade e qualificação necessária para o gerenciamento institucional. A sintonia entre Direção e equipe de atendimento é fundamental para a continuidade e solidificação das propostas de atendimento, bem como por imprimir uma linguagem única e coerente na Unidade.

- **Equipe de atendimento**

É composta pela equipe técnica, socieducadores e educador referência.

- **Psicólogo:** desenvolve seu trabalho através da realização da avaliação psicológica para subsidiar a elaboração do PIA, ficando ao seu critério a utilização de testes para auxiliar na compreensão da personalidade do adolescente.

É responsável pela elaboração dos relatórios enviados ao Judiciário acerca da situação de cada adolescente.

Sua intervenção se dá através de atendimento grupal, no Grupo Terapêutico, como já referido e também realiza atendimento individual aos adolescentes na perspectiva de acompanhamento de seu processo socioeducativo.

O Psicólogo também poderá prestar atendimento ao grupo familiar, sempre que o Assistente Social e/ou Equipe Técnica considerar necessário, visando contribuir no entendimento e intervenção na dinâmica familiar.

- **Assistente Social:** trabalha em todas as relações e contradições sociais do ser humano, desenvolve suas atividades neste contexto,

basicamente sobre dois âmbitos: na Unidade e no local de origem do adolescente.

Procede ao acompanhamento sistemático ao adolescente e sua família, trabalhando o convívio familiar, aceitação e/ou reformulação de condutas pessoais e relacionamento interpessoal com vistas ao retorno do adolescente à comunidade.

- **Enfermeiro:** compõem suas atividades levando em conta as necessidades de saúde integral de cada adolescente, desenvolvendo junto aos jovens espaços de informação de caráter preventivo de temas diversos, entre eles, uso de drogas, prevenção as DST/Aids e outros.

É responsável também pelos exames clínicos de ingresso e periódicos, bem como o controle da administração da medicação prescrita aos adolescentes.

- **Educador Referência:** é o responsável imediato pelas ações de educação formal e profissionalização; planeja, organiza e acompanha as ações pedagógicas implementadas através de todas as atividades que estão representadas no Mapa de Atividades da Unidade. É o elo de ligação entre as equipes diretiva, técnica e de socioeducadores, no sentido de possibilitar uma melhor comunicação entre os mesmos.

- **Equipe de Socioeducadores:**

Os socioeducadores representam a garantia da integridade física, psicológica e moral do adolescente, assim como, a efetivação de todas as ações previstas no Programa de Atendimento explicitadas individualmente no PIA.

É nas atividades do educador que se evidencia a expressão mais constante do papel pedagógico-terapêutico, uma vez que é, nas 24h do dia-a-dia, que o espírito da proposta de atendimento se manifesta de forma mais contundente e inequívoca. Desta forma, o socioeducador representa, concretamente, a referência padrão aos adolescentes e suas atitudes e ações precisam ser o contraponto do mundo até então conhecido como única realidade por estes jovens. Nesta troca constante de orientações, observações e diálogos (falas e escutas) é que o vínculo qualificado para a transformação se estabelece. O ambiente continente, proposto, tem na equipe de socioeducadores, seu principal agente. É sua competência executar, supervisionar e orientar, junto aos adolescentes, todas as atividades previstas nas rotinas diárias.

Assim, a equipe de socioeducadores é responsável pela execução e acompanhamento das atividades diárias definidas no PIA, veicula as

informações através dos registros nos livros oficiais, como forma de agilizar as providências necessárias, participa, através de sugestões que melhorem a eficiência das ações pedagógico-terapêuticas, assim como, é o operador direto de sua qualificação profissional pela postura de receptividade a reflexão-crítica de sua prática.

- **Serviços Gerais/Cozinha:** responsável pelo controle e estoque dos alimentos, bem como pela elaboração das refeições. Este profissional também é responsável pela limpeza das salas administrativas e orientações nas tarefas pertinentes a este setor

- **Equipe de Suporte administrativo:** Uma das principais atribuições desta equipe é a entrega mensal da prestação de contas, esta equipe é composta por profissionais do COL – Circulo Operário Leopoldense, que ainda auxiliam nas outras seguintes demandas:

- folha de pagamento dos funcionários,
- manutenção da Unidade,
- controle de gastos,
- transporte (carro e Kombi),
- pagamentos diversos...

FORMAÇÃO PERMANENTE

- **Suporte do COL - Circulo Operário Leopoldense:** como forma de planejar as ações desta instituição, vários espaços de participação são oportunizados aos funcionários de forma geral, tais como Planejamento Estratégico, Reuniões Semanais(GT de Setores), Comissões e Conselho de Gestão, além disso, mensalmente ocorrem reuniões para sistematização das atividades específicas do CASEMI, com a assessoria de técnicos do COL.

QUADRO RESUMO DA DINÂMICA INSTITUCIONAL

Instâncias de Discussão e Decisão	Participantes	Finalidade
Reunião Técnico-Administrativa	Direção, Equipe Técnica, educador referencia e socioeducadores;	Discutir, decidir e encaminhar procedimentos referentes a dinâmica institucional, integrando e otimizando o processo administrativo e técnico. É o momento de síntese que reúne diversos aspectos e momentos anteriores do processo de atendimento e busca encaminhar técnica e administrativamente soluções e melhorias no processo.
Reunião de Plantão	Coordenada pelos Socioeducadores (em caráter rotativo) por um dos membros da equipe.	Refletir sobre a prática cotidiana e desenvolver as atividades de forma coordenada e em equipe.
Reunião de Estudo de Casos	Equipe técnica , direção e educador referência	Estudar casos, redigir avaliações, sistematizar dados e informações. encaminhar situações de manejo, procedimentos e atitudes nas diversas situações de convívio que envolvem a interação entre agentes institucionais e adolescentes. Compila informações sobre os avanços no desempenho dos adolescentes e encaminha aos fóruns adequados sugestões de solução.
Comissão de Disciplina	Direção, equipe técnica e socioeducador	Avaliar e decidir sanções aplicadas ao adolescente, dando-lhe direito a versão própria.

Reunião do Conselho Consultivo	Coordenada pela direção do Centro (COL), mais parceiros da rede a serem definidos	Discutir, avaliar e articular políticas para a juventude em São Leopoldo e região
Reunião de Supervisão	Equipe do CASEMI, mais representante da FASE	Discutir temas específicos para melhor embasamento do trabalho, relacionamento e dificuldades vividos e encaminhamentos

ANEXO B⁵⁷

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I: Da Finalidade.

Artigo 1 - O presente regimento interno regulamenta as atividades do **Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDEDICA** - de São Leopoldo/RS, criado pela Lei 3613 de 03 de dezembro de 1990.

Artigo 2 - As deliberações do COMDEDICA para a política de Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, devem ter presente a Constituição Federal e as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

CAPÍTULO II: Das Competências e Atribuições.

Artigo 3 - Como órgão normativo, deliberativo e controlador da política de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, compete ao COMDEDICA:

I - Estimular e supervisionar os programas de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente no município, exercendo a sua avaliação prévia e encaminhando à execução pelos órgãos competentes.

a) formular a política municipal de proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução em todos os níveis, em colaboração com o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

⁵⁷ Este texto é de produção interna do Círculo Operário Leopoldense, por esta razão mantivemos sua redação original sem nenhuma alteração.

II - Criar mecanismos de captação de recursos para o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, gerindo e determinando sua aplicação.

III - Aprovar projetos, programas e atividades com vistas aos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fiscalizando a sua devida aplicação.

IV - Manter intercâmbio com entidades internacionais, federais e estaduais congêneres, visando à difusão e a promoção da defesa dos direitos da criança e do adolescente,

V - Registrar as entidades e os respectivos programas de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente no município.

VI - Conceder ou negar registro de funcionamento às entidades não governamentais do município, conforme art.91 do ECA.

VII - Fomentar o intercâmbio entre os programas e entidades de atuação no município com vistas à ampliação de conhecimentos, articulação da rede de atendimento, mantendo atualizado um diagnóstico da realidade da infância e da juventude dando uma maior identidade nas propostas de trabalho e organicidade nas ações empreendidas.

CAPITULO III: Da Composição e Mandato.

Artigo 4 - O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDEDICA – será composto em consonância com o art. 8º da legislação vigente assegurada à participação popular paritária, dos seguintes membros conselheiros:

- I - dez (10) representante do Poder Executivo Municipal
 - a) dois (2) representantes da SEMASH – Secretaria Municipal de Ação Social e Habitacional
 - b) dois (2) representantes da SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultural
 - c) dois (2) representantes da SEMSAD – Secretaria Municipal de Saúde
 - d) um (1) representante da SEMFI - Secretaria Municipal de Finanças
 - e) um (1) representante do GP – Gabinete do Prefeito
 - f) um (1) representante da PGM – Procuradoria Geral Município

g) um (1) representante da SEMEDES–Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

II - dois (2) representantes indicados pela Câmara Municipal de Vereadores

III - doze (12) representantes de entidades não governamentais representativas da Sociedade.

Parágrafo único - Cada conselheiro terá um suplente, que o substituirá na falta daquele.

Artigo 5 - Os conselheiros representantes governamentais e não-governamentais não serão remunerados por sua participação no COMDEDICA, sendo sua representatividade considerada de relevância pública, com exercício prioritário em concordância com a Constituição Federal, e legislação vigente.

Artigo 6 - Os representantes governamentais indicados ou pelo Poder Executivo ou Legislativo prioritariamente devem estar atuando nas áreas de saúde, educação, assistência social e finanças.

Artigo 7 - Os representantes não-governamentais serão eleitos por um colégio eleitoral, formado por representantes de entidades da comunidade, sediadas no Município, regularmente constituídas, pelo menos por um ano, e cadastradas em registro próprio no COMDEDICA.

Artigo 8 - O mandato dos conselheiros será de dois (2) anos.

Artigo 9 - A ausência não justificada por três (3) reuniões consecutivas ou seis (6) intercaladas, durante o mandato, implicará a perda do mesmo.

§ 1º - Constatada a ausência, de representante do Poder Público, o Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDEDICA oficiará o indicante para que nomeie outro representante e suplente.

§ 2º - Na perda do mandato da entidade não governamental pela incidência do caput art.9º a entidade será oficiada, assumindo a entidade suplente pela ordem de votação.

§ 3º - As justificativas das faltas deverão ser feitas por escrito e entregues a secretaria do COMDEDICA 48 horas após a

reunião, cabendo a diretoria a deliberação da validade ou não das mesmas, registrando em ata.

Artigo 10 - Os representantes das entidades não-governamentais que se dissolverem, automaticamente perderão o mandato de conselheiros, assumindo imediatamente a entidade suplente.

CAPÍTULO IV: Da Diretoria e Mandato.

Artigo 11 - A diretoria é composta por:

- a) presidente,
- b) vice-presidente,
- c) secretário.

Artigo 12 - A diretoria reunir-se-á sempre que necessário, por convocação do Presidente, competindo-lhe:

I - Executar as decisões do Plenário e tomar decisões de caráter “ad referendum”

II - Elaborar a pauta das reuniões do COMDEDICA.

III - Elaborar anualmente, relatório das atividades do COMDEDICA, remetendo cópia a todas as entidades, a ele vinculada.

IV – Encaminhar ao Plenário, proposta de alteração deste regimento Interno,

V - Propor diretrizes, programas e atividades ao Plenário.

VI - Remeter a todas as entidades vinculadas ao COMDEDICA, documentos e relatório de decisões, tais como: Plano Anual e Plurianual, Plano de Aplicação, editais, e outras comunicações que se fizerem necessárias.

VII - Propor ao Plenário, em conjunto com a comissão de Orçamento e Finanças, orçamentos das despesas específicas de funcionamento do COMDEDICA.

VIII - Propor ao plenário a criação de Comissões especiais e a sua composição, inclusive das permanentes.

IX - Fiscalizar juntamente com a Comissão de Orçamento e Finanças, a aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o Plano de Aplicação, projetos, programas e atividades, aprovados pelo COMDEDICA.

X - Aceitar ou não, a justificativa das faltas dos Conselheiros do COMDEDICA.

Parágrafo Único - No caso de vacância de algum dos cargos da Diretoria, o Conselho elegerá o seu sucessor, que lhe completará o mandato.

Artigo 13 - Compete ao Presidente:

- I - Convocar e presidir reuniões do Conselho.
- II - Representar o Conselho Municipal em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo delegar essa representação.
- III - Submeter ao plenário os assuntos de sua competência
- IV - Expedir pedidos de informações e consultas às autoridades competentes.
- V - Comunicar ao Poder Público, a vacância do cargo de Conselheiro governamental, quando assim declarado pelo plenário, e solicitar sua substituição.
- VI - Comunicar as ONGs a perda de mandato, nos termos do art. 9º e convocar o respectivo suplente, pela ordem
- VII - Comunicar falta não justificada do Conselheiro governamental e não - governamental ao respectivo órgão público ou instituição que o indicou.
- VIII - Assinar as Resoluções do Conselho

Artigo 14 - Compete ao Vice-presidente:

- I - Auxiliar o presidente e o secretário no cumprimento de suas atribuições.
- II - Substituir o presidente em suas faltas, impedimentos e sucedê-lo em caso de vacância.

Artigo 15 - Compete ao Secretário:

- I - Coordenar as atividades da secretaria executiva.
- II - Substituir o vice-presidente.
- III - Organizar, com auxílio da secretária executiva e da Comissão de Registro de Entidades, registros de Entidades, inscrições de programas e arquivos do COMDEDICA.
- IV - Revisar e assinar as atas da Diretoria e do Plenário do COMDEDICA
- V - Manter, com auxílio da Secretária Executiva, em ordem, a documentação e correspondência do COMDEDICA

Artigo 16 - A diretoria será eleita e empossada na primeira reunião de cada novo conselho, sendo facultado apenas uma reeleição consecutiva.

Parágrafo Primeiro - A eleição será feita mediante chapas, onde cada uma deverá indicar os nomes e respectivas funções, inscrevendo-a junto à secretaria do COMDEDICA até 24hs antes da reunião da eleição.

Parágrafo Segundo - Será facultado as chapas inscritas apresentarem e discutirem suas proposições na reunião da eleição.

Artigo 17 - A chapa vencedora deverá ter maioria simples dos votos dos conselheiros presentes na reunião. Caso isto não ocorra as duas chapas mais votadas concorrerão a um novo pleito, trinta minutos posterior, com direito à reapresentação de suas proposições.

Parágrafo Único - Em caso de empate entre duas ou mais chapas, processar-se-á um novo pleito. Em se mantendo o empate, prevalece o critério da idade do presidente.

CAPÍTULO V: Do funcionamento.

Sessão I - Da secretaria e Sede

Artigo 18 - Sendo o COMDEDICA um órgão público municipal, cabe ao poder executivo fornecer e manter o aporte administrativo necessário para os trabalhos relativos à secretaria e organização burocrática, ao qual compete:

I - Viabilizar a documentação para a efetivação de convênios com órgãos públicos e privados.

II - Manter a guarda dos bens do acervo de livros e documentos pertencentes ao COMDEDICA,

III - Registrar, arquivar, elaborar e encaminhar os documentos e correspondências determinadas pela diretoria.

IV - Manter atualizados os arquivos e os fichários do COMDEDICA e das atividades de protocolo e registro de documentos.

V - Acompanhar e integrar-se nas reuniões da diretoria e do plenário.

Artigo 19 - O COMDEDICA sediar-se-á em local próprio para desenvolver suas atividades e ter um ponto de referência para a comunidade leopoldense. Cabe ao poder executivo assegurar esta sede.

Sessão II - Do Plenário

Artigo 20 - O plenário é composto por todos os conselheiros a que se refere o artigo 4º

Artigo 21 - Compete ao Plenário:

I - Deliberar sobre todo e qualquer projeto ou programa apresentados pelas entidades governamentais e não governamentais.

II - Acompanhar e/ou controlar as ações das instâncias do Conselho-diretoria, secretaria e equipe administrativa - em todos os níveis, bem como co-responsabilizar-se pelas mesmas.

III - Deliberar sobre assuntos encaminhados à apreciação do COMDEDICA.

IV - Constituir e aprovar comissões temáticas permanentes ou provisórias.

V - Deliberar sobre a administração dos recursos financeiros do Fundo Municipal.

VI - Dispor sobre normas e atos relativos ao funcionamento do COMDEDICA,

VII - Eleger o conselheiro que acompanhará e fiscalizará a administração do Fundo.

VIII - Alterar disposições do presente regimento interno, sendo necessário para tal o voto de, no mínimo, 2/3 dos conselheiros.

IX - Decidir sobre a concessão de homenagens por relevantes serviços prestados no atendimento e defesa da criança e do adolescente.

X - Declarar a perda da função de conselheiro do COMDEDICA, nos termos do Art. 9º deste regimento.

XI - Deliberar sobre a inclusão ou exclusão das entidades no registro deste Conselho.

XII - Constituir Comissão, composta por três conselheiros e três suplentes para coordenar o processo eleitoral dos membros do Conselho Tutelar, conselheiros das ONGs representantes no COMDEDICA

Sessão III - Das reuniões

Artigo 22 - As reuniões do COMDEDICA ordinariamente ocorrerão na primeira quarta feira de cada mês em local e horário a ser

acordado sempre na reunião anterior e extraordinariamente sempre que houver tema urgente a ser debatido e deliberado.

§ 1º - A reunião terá início e validade no horário pré-estabelecido na convocação com presença de 50 % (cinquenta) mais 1 (um) dos conselheiros. Não havendo quorum, após 15 (quinze) minutos será iniciada a reunião.

§ 2º - Para garantir a votação de qualquer tema é necessário a participação de 50% (cinquenta) mais 1 (um) dos conselheiros.

§ 3º - As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo presidente ou por 1/3 dos conselheiros, registrando esta convocação por escrito na secretaria e especificando o motivo.

Artigo 23 - A convocação das reuniões do COMDEDICA devem ser feitas por escrito com a especificação dos pontos de pauta.

Artigo 24 - Para a coordenação das reuniões do COMDEDICA poderá o presidente delegar aos conselheiros a coordenação dos trabalhos.

Artigo 25 - Os suplentes, bem como qualquer cidadão da comunidade, têm direito de participar das reuniões do COMDEDICA com direito a voz.

Parágrafo Único - Fica garantido a todos os participantes a inclusão de temas mediante prévia inscrição de pauta.

Artigo 26 - Os encaminhamentos das deliberações do plenário em reunião do COMDEDICA devem ser registradas em ata e relatados na reunião seguinte.

Artigo 27 - No início de cada reunião do COMDEDICA deverá ser lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Sessão IV - Das Comissões

Artigo 28 - O Conselho constituirá as seguintes Comissões permanentes, composta cada uma, de três Conselheiros titulares, com mandato coincidente com os dos membros do Conselho, sendo seu Presidente escolhido pelo Plenário:

- Comissão de Políticas
- Comissão de Projetos
- Comissão de Orçamento e Finanças
- Comissão de Registro de Entidades

Parágrafo Primeiro - O Plenário do COMDEDICA poderá constituir outras Comissões permanentes, especiais ou temporárias, para tratarem de assuntos específicos, com o respectivo número de Conselheiros e a escolha do Presidente indicados no caput deste artigo.

Parágrafo Segundo - Nas Comissões Permanentes e Temporárias, possibilitar-se-á a participação de técnicos, suplentes e entidades registradas no COMDEDICA.

Parágrafo Terceiro - O Administrador do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente é membro nato da Comissão de Orçamento e Finanças.

Artigo 29 - Os Presidentes das Comissões permanentes que quiserem ter assuntos inclusos na pauta deverão fazer encaminhamento ao Presidente do COMDEDICA até cinco dias antes da reunião.

Artigo 30 - Compete à COMISSÃO DE POLÍTICAS

I - Propor o Plano Anual e Plurianual de Ação no atendimento da criança e do adolescente, e submeter ao Plenário para apreciação, até reunião ordinária do mês de abril a fim de que seja possível observar os prazos legais das leis orçamentárias e diretrizes do município.

II - Examinar e dar parecer sobre os projetos, programas e atividades de atendimento da criança e do adolescente, observada a política Municipal e o Plano de Ação em vigor.

III - Propor e fomentar campanhas promocionais de conscientização dos direitos da criança e do adolescente.

Artigo 31 - Compete à COMISSÃO DE PROJETOS

I - Examinar quanto a sua viabilidade, conveniência e oportunidade, todos os projetos e atividades de atendimento a serem submetidos ao Plenário, emitir parecer a seu respeito e fiscalizar o desenvolvimento dos mesmos.

II - Dar parecer sobre a inscrição de programas governamentais e não governamentais conforme disposto no Art. 9º

inciso XIV da Lei 4599/99, observada a Política Municipal de atendimento a criança e adolescente.

Artigo 32 - Compete à COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

I - Elaborar Plano de Aplicação do Fundo Municipal no atendimento da Criança e do Adolescente, a ser apreciado e aprovado pelo Plenário do Conselho, observados os prazos legais, bem como, acompanhar aplicação deste recurso orçamentário repassado às entidades registradas no Conselho, desde que devidamente habilitadas.

II - Examinar a viabilidade financeira dos projetos, programas e atividades, e dar parecer a respeito.

III - Fomentar campanhas de captação de recursos junto à comunidade, para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em acordo com o mesmo, mantendo o Plenário informado a respeito.

IV - Acompanhar a Diretoria na elaboração das despesas específicas do funcionamento do COMDEDICA.

V - Acompanhar a elaboração do Orçamento Municipal conforme Art.9º inciso III da Lei 4599/99 do COMDEDICA

Artigo 33 - Compete à COMISSÃO DE REGISTRO DE ENTIDADES

I - Propor critérios para registro de entidades junto ao COMDEDICA.

II - Examinar as propostas de solicitação de inscrição das ONGs junto ao COMDEDICA, atualizar registro das já vinculadas, bem como a exclusão quando for o caso, conforme Art. 10º da Lei 4599/99 do COMDEDICA.

Parágrafo Único - A fixação dos critérios para registro de entidades, exclusão e acompanhamentos das já inscritas, serão elaborados em caráter de resolução.

Artigo 34 - Cabe à comissão eleitoral seguir o regulamento previamente aprovado em plenária que trata das eleições para Conselho Tutelar e COMDEDICA

Artigo 35 - Compete à Secretária Executiva

O cargo de Secretaria Executiva do COMDEDICA será atendida por servidores cedidos ou contratados pela Administração Municipal e supervisionada nos termos deste Regimento.

I - Viabilizar a documentação para a efetivação de convênios com entidades públicas e privadas

II - Manter a guarda dos cadastros, registros e arquivos do COMDEDICA.

III - Registrar, arquivar e encaminhar os documentos e a correspondência segundo determinações da Diretoria.

IV - Manter atualizados os cadastros, registros e arquivos do COMDEDICA e exercer as atividades de protocolo.

Artigo 36 - Na Secretaria Executiva, sob a supervisão do Secretário, manter-se-à, além de outros acervos:

I - Arquivo de todos os documentos, correspondência, expedientes e processos do COMDEDICA.

II - Arquivo dos programas governamentais e não governamentais referidos, respectivamente, no artigo 90, parágrafo único e no artigo 91 do ECA (Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

III - O cadastro das entidades que compõem o Colégio Eleitoral do COMDEDICA

CAPÍTULO VI - Do Fundo Municipal

Artigo 37 - O Fundo Municipal é destinado a captar e aplicar recursos nos programas, projetos e atividades aprovados pelo Conselho.

Artigo 38 - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 3613 de 03 de dezembro de 1990, alterada pela Lei Municipal nº 3862 de 18 de junho de 1993, será controlado pelo COMDEDICA, através de sua Comissão de Finanças, na forma prevista no artigo 17º da referida Lei.

§ 1º - No controle das funções do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como na sua administração, promoção e divulgação, o COMDEDICA será auxiliado por um administrador disponibilizado pela Administração Municipal.

§ 2º - O Administrador do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fará divulgação em plenária, da

movimentação financeira dos recursos aplicados no mês. Ficando os registros à disposição na secretaria do COMDEDICA

Artigo 39 - Será eleito pela plenária um conselheiro para compor a junta administrativa conforme Lei 4599.

Artigo 40 - Compete à equipe administradora do Fundo

I - Prestar contas ao COMDEDICA na reunião ordinária do mesmo.

CAPÍTULO VII - Das Disposições Finais e Transitórias

Artigo 41 - O presente regimento poderá ser alterado pelo COMDEDICA mediante apresentação de propostas assinadas por pelo menos 1/3 dos conselheiros.

Parágrafo Primeiro - As propostas dos conselheiros para alteração deste regimento serão encaminhados à diretoria, que as submeterá a aprovação do plenário.

Parágrafo Segundo - Para a aprovação das alterações do regimento interno deve haver a maioria simples dos votos do total dos conselheiros.

Artigo 42 - Toda e qualquer situação omissa neste regimento interno será resolvida pelo voto dos conselheiros em conformidade com a legislação pertinente.

Artigo 43 - O presente regimento interno entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário.

São Leopoldo, 03 de março de 2004.

Arlete Lorena Garagnani
Presidente do COMDEDICA